



RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2006

Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.
Sociedade Aberta
Rua dos Remolares, nº 14, 1200-371 Lisboa – Portugal
Capital Social Eur 10.000.000 NIPC 500 255 342
Matrícula de Registo Comercial de Lisboa nº 5489

ÍNDICE

1.	MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	3
2.	PRINCIPAIS FACTOS E INDICADORES.....	6
3.	ANÁLISE MACROECONÓMICA	7
3.1	ECONOMIA INTERNACIONAL.....	7
3.2	ECONOMIA AMERICANA	8
3.3	ECONOMIA ZONA EURO	8
3.4	ECONOMIA ASIÁTICA.....	8
3.5	ECONOMIA NACIONAL	9
3.6	ANGOLA.....	9
3.7	BRASIL	9
3.8	ESPAÑA	10
3.9	MERCADOS FINANCEIROS	10
3.10	SECTOR PORTUÁRIO.....	11
4.	ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL.....	14
4.1	PRINCIPAIS INDICADORES DE 2006.....	14
4.2	ANÁLISE FINANCEIRA	16
4.2.1	VOLUME DE NEGÓCIOS	16
4.2.2	MARGEM BRUTA	17
4.2.3	EBITDA	17
4.2.4	DO EBITDA AOS RESULTADOS LÍQUIDOS CONSOLIDADOS	18
5.	PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS EM 2006 (INCLUINDO POSTERIORES)	19
6.	EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DE NEGÓCIO DO GRUPO.....	22
6.1	NAVEGAÇÃO	22
6.1.1	PORTUGAL	22
6.1.2	INTERNACIONAL	26
6.2	REPRESENTAÇÕES TÉCNICAS	29
6.3	ÁREA FINANCEIRA.....	32
7.	ACÇÕES PRÓPRIAS	35
8.	EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DO TÍTULO OREY	36
9.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	38
10.	ACÇÕES E VALORES MOBILIÁRIOS DETIDOS PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE	39
11.	LISTA DE TITULARES COM PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS.....	41
12.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	42
12.1	BALANÇO	42
12.2	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	43
12.3	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS	44
12.4	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRECTO).....	45
12.5	NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	46
12.6	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	62
13.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	65
13.1	BALANÇO CONSOLIDADO.....	65
13.2	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS.....	66
13.3	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS	67
13.4	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRECTO)	68
13.5	NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	69
13.6	CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS	95
14.	EXTRACTO DA ACTA DE APROVAÇÃO DE CONTAS	99

ANEXO: RELATÓRIO DO GOVERNO DAS SOCIEDADES

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Excelentíssimos Senhores Accionistas:

Com o inicio deste mandato definimos “terra”, renovámos “trabalho” e encontrámos “Capital”. Estando reunidos os três factores produtivos da teoria clássica económica, lançámos as sementes para que em 2010 possamos colher a totalidade dos frutos do nosso trabalho, recompensando as pessoas e remunerando o capital dos accionistas.



Enquadramento Económico:

Em Portugal, o ambiente económico continuou difícil, influenciado pelos fracos níveis de consumo e pressionado pela continuação de uma política orçamental restritiva. Apesar disso, o excelente momento da economia mundial, a forte procura externa e o bom desempenho das exportações associados a uma estabilidade política, permitem-nos encarar o futuro da actividade económica nacional com optimismo e confiança.

Ao nível internacional, o ambiente económico ficou marcado pela redução da dependência da economia mundial da economia Americana pelo crescimento sustentado dos países emergentes, em especial dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), bem como pela desmistificação do impacto do preço do petróleo no crescimento da economia mundial. Com efeito, apesar dos elevados preços do crude em 2006, a economia mundial cresceu de uma forma sustentada sem pressões inflacionistas.

A um nível mais micro este ano fica marcado pelo aumento de Fusões e Aquisições (M&A), que tem sido potenciado pelos excedentes de liquidez das empresas, baixas taxas de juro e pela agressividade do sector bancário para financiar estas operações.

Principais Desenvolvimentos:

O Grupo Orey continuou a sua missão de criação de valor para os seus accionistas, com base na implementação de diversas iniciativas e projectos ambiciosos, numa economia cada vez mais global e competitiva. Ao nível das áreas de negócio, continuámos a nossa focalização dos recursos do Grupo em actividades rentáveis, aproveitando as competências das nossas equipas de gestão.

Merce especial destaque a operação de reforço de capitais próprios para poder concretizar um plano de aquisição de empresas, quer do sector shipping, quer do sector financeiro. Os objectivos são aumentar a nossa cobertura geográfica e ganhar dimensão diversificando geograficamente e potenciando o “leverage” operacional.

Área Financeira:

A entrada no Brasil, através da aquisição da empresa MCA ECONOMY, actual Orey Financial Brasil foi o primeiro passo da execução dessa estratégia permitindo ao Grupo expandir a sua actividade na área Financeira, aumentar a sua presença na economia global, e estar presente num dos maiores mercados financeiros do mundo. Esta aquisição permite-nos oferecer com toda a confiança um serviço de gestão de activos e corporate finance neste país que tem tido um influxo de capitais estrangeiros sem precedentes na sua história.

Salientamos também a aquisição, no ultimo dia de 2005, da Cotavvalor, hoje Orey Valores, – Sociedade Corretora, S.A. que permitiu ao Grupo, alargar a sua actividade à corretagem online multi-mercado e multi Produto melhorando substancialmente a nossa oferta e criando valor para os clientes e accionistas, respectivamente.

Área do Shipping:

No Shipping, actividade histórica e tradicional do grupo, registámos uma redução do número de agências de navegação, com a venda da empresa Sadomarítima durante o mês de Agosto e motivada pela decisão do armador Grimaldi Lines de se instalar directamente em Portugal e Angola e ainda do fim do contrato de agência com o armador P&O Nedlloyd, resultado da aquisição da Maersk Line do armador referido.

O armador Delmas, representado em Portugal pela nossa participada Orey Comércio e Navegação, S.A. (OCN), fez uma reestruturação total do serviço passando a ter navios com maior capacidade e aumentando o número de escalas. Este facto permitiu oferecer aos clientes um serviço com maior regularidade e fiabilidade no mercado da costa Ocidental de África com especial destaque no mercado de Angola.

Também o segmento dos trânsitos aéreos teve um excelente crescimento, resultado de um grande esforço e dinâmica comercial. Destaca-se a obtenção de novos clientes servidos pelo Aeroporto do Porto, fundamental nesta área.

Na consignação a Orey Comércio e Navegação, S.A. obteve, durante 2006, os contratos de agenciamento da Grimaldi Lines, para Lisboa e Setúbal, e da Maersk, para Setúbal e Sines.

Área das Representações Técnicas:

O ano de 2006 caracterizou-se pela consolidação da nossa estratégia de reforço do peso dos serviços a clientes, bem como de crescimento nos negócios existentes.

Destaque na área Naval, para a finalização das obras, na nova loja de Lisboa, da participada Azimute e para a abertura de uma nova estação de serviço em Setúbal. A Orey Técnica Naval e Industrial, Lda obteve também a representação das jangadas DSB – Deutsche Schlauchboot aumentando assim a sua quota de mercado neste segmento.

Na Petroquímica, destacamos a obtenção da representação da FMC Smith para o mercado angolano, que tem algum simbolismo e impacto no seguimento da nossa estratégia de internacionalização.

Conclusões:

Este exercício foi marcante para esta casa na medida em que tanto o enquadramento externo, nas suas diversas vertentes, como os desafios lançados internamente, obrigaram-nos a fazer mudanças que procurámos fossem não só estruturais mas também estruturantes. A velocidade a que se desenrolaram os acontecimentos com impactos negativos na nossa actividade foi determinante no desencadeamento das mudanças implementadas ou em curso.

Embora possa não transparecer nas contas, este ano foi também de transição com entradas e saídas de empresas e com uma redução significativa do negócio de agências de navegação. Também na Orey Financial entrámos num ciclo novo com um aumento da institucionalização das relações com os clientes e parceiros e com um desafio de rentabilização da estratégia definida.

Apesar dos desafios que temos pela frente, a forte estrutura financeira do grupo associada a uma estratégia clara e inequívoca e a uma equipa competente e motivada para a sua execução, permitem-nos encarar o futuro com serenidade e optimismo tendo sempre presente que Roma e Pavia não se fizeram num dia!

Agradecimentos:

Desejo ainda agradecer a todos os Excelentíssimos Senhores Accionistas, colaboradores do Grupo e membros dos Órgãos Sociais toda a colaboração e apoio dados ao Conselho de Administração ao longo deste ano.

Uma palavra especial às pessoas que se reformam este ano bem como à BDO nas pessoas do Sr. Dr. José Soares Barroso e Sr. Dr. Emanuel Gonçalves Pereira que este ano cessam funções. Muito obrigado!

2. PRINCIPAIS FACTOS E INDICADORES

No ano de 2006, destacam-se os seguintes factos (comparações com o ano anterior):

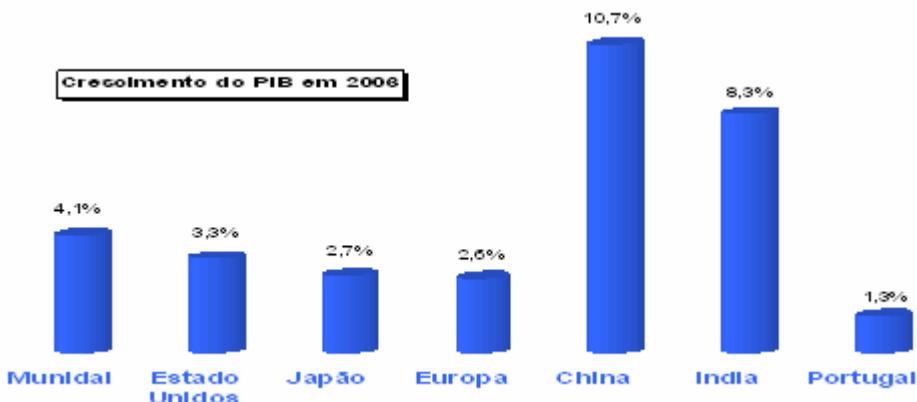
- ➔ As **Vendas e Prestações de Serviços Consolidadas** desceram 4,1%, correspondendo a 2,7 milhões de Euros, passando de 66,5 milhões de Euros em 2005 para 63,8 milhões de Euros no final de 2006;
- ➔ A **Margem Bruta** teve um crescimento de 17,6% face ao mesmo período de 2005, passando de 16,7 milhões de Euros em 2005 para 19,6 milhões de Euros em 2006;
- ➔ O **EBITDA** teve um crescimento de 24,3% face ao mesmo período de 2005, passando de 3,4 milhões de Euros em 2005 para 4,2 milhões de Euros em 2006;
- ➔ O **EBIT** teve um crescimento de 32,4% face ao mesmo período de 2005, passando de 2,0 milhões de Euros em 2005 para 2,7 milhões de Euros em 2006;
- ➔ Os **Resultados das Operações** em Continuidade cresceram 42,3% face a 2005, passando de 1,1 milhões de Euros no ano 2005 para 1,6 milhões de Euros em Dezembro de 2006;
- ➔ Os **Resultados Líquidos** atribuíveis a Accionistas da Empresa Mãe cresceram 5,6% face ao mesmo período de 2005, passando de 1.290 milhares de Euros para 1.363 milhares de Euros em 2006;

3. ANÁLISE MACROECONÓMICA

3.1 ECONOMIA INTERNACIONAL

O ano de 2006 ficou marcado por 6 aspectos principais:

1. Paragem depois de 17 subidas consecutivas das taxas de juros nos Estados Unidos, fixando-se em 5,25%;
2. As duas maiores economias emergentes na Ásia, atingiram taxas de crescimento anuais de 10,4% e 9,2%, na China e Índia, respectivamente;
3. Atingiu-se um máximo histórico na actividade de fusões e aquisições (M&A) a nível mundial;
4. O Banco Central Europeu continuou, em 2006, a sua política monetária tendo, no final do ano, registado a 6ª subida consecutiva da taxa de referência, colocando-a em 3,50%;
5. Continuação do desequilíbrio das contas externas dos Estados Unidos, condicionando a evolução do dólar norte-americano;
6. Após um excelente desempenho do mercado accionista nipónico no ano de 2005, o ano de 2006 foi uma surpresa pelo lado negativo, tendo o mesmo obtido uma rendibilidade negativa.



Em 2006, a actividade económica global esteve condicionada por:

Uma conjuntura de ampla liquidez, acompanhada de um bom desempenho dos mercados financeiros. Os principais índices accionistas na Europa e Estados Unidos atingiram excelentes valorizações durante o ano de 2006.

Um reequilíbrio das taxas de crescimento económico, das principais economias mundiais com uma redução do peso da economia americana na economia global. Este reequilíbrio é justificado por um lado pela desaceleração da economia dos Estados Unidos -originada pelo forte abrandamento do sector da habitação e, por outro, pelo maior crescimento económico na Zona Euro e sobretudo nas economias emergentes.

Em 2007 os temas que deverão a continuar a marcar as economias serão as incertezas em relação ao abrandamento económico nos Estados Unidos, ao potencial aumento do preço do petróleo, ao comportamento da inflação e políticas monetárias nos Estados Unidos e na Zona Euro e finalmente, ao desenvolvimento dos mercados emergentes.

3.2 ECONOMIA AMERICANA

A economia norte-americana ficou marcada, no ano de 2006, pelo abrandamento do crescimento económico, atingindo uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto de 3,3%. O abrandamento verificado no mercado habitacional, após o *boom* verificado nos últimos anos na vertente residencial, motivado por uma conjuntura de baixa de taxas de juro, foi a principal causa para uma desaceleração do PIB.

Verificou-se também uma paragem no aumento das taxas de juro após 17 subidas consecutivas de 0,25%, ao longo dos últimos dois anos. Esta pausa, juntamente com os sinais positivos da inflação e a quebra do preço do petróleo, contribuiu para uma recuperação dos mercados accionista e obrigacionista norte-americano, durante o 2º semestre do ano de 2006.

Para 2007, prevê-se um abrandamento do crescimento económico americano para 2,3%, o mais baixo dos últimos cinco anos, tendência que poderá continuar durante o ano de 2008.

3.3 ECONOMIA ZONA EURO

A economia da Zona Euro cresceu 2,6% em 2006, tendo obtido um excelente desempenho, o melhor dos últimos 6 anos. Este crescimento económico é sustentado pela despesa das famílias com o consumo e pelo investimento empresarial. Isto significa que as famílias da UE e da Europa a 27, durante o ano de 2006, aumentaram as suas despesas 2,1% e 2,4%, respectivamente, face ao mesmo período homólogo de 2005.

O investimento empresarial é um dos motores do crescimento europeu e a prova disso é que a Zona Euro, á excepção da Índia e China, foi uma das zonas mais dinâmicas nos gastos de capital. Este facto é ainda mais relevante, tendo em conta que a economia norte-americana registou uma queda no investimento de 0,2%, no último trimestre de 2006.

Apesar dos vários indicadores económicos positivos, tais como os elevados níveis de confiança económica (máximo dos últimos 5 anos) e os excelentes resultados das empresas, prevê-se para 2007 uma ligeira desaceleração da economia na Zona Euro, no seguimento das taxas de juro elevadas, políticas orçamentais rígidas e um Euro forte. O PIB deverá manter o seu crescimento por volta dos 2%.

3.4 ECONOMIA ASIÁTICA

O ano de 2006 caracterizou-se por uma conjuntura económica favorável, no qual se tem que destacar as economias da China e da Índia, registando crescimentos anuais de 10,4% e 9,2%, respectivamente. Este facto teve um impacto bastante positivo nos principais mercados accionistas da região, tendo os mercados mais desenvolvidos, como Hong-Kong e Singapura, batido máximos históricos e o mercado chinês e indiano registado valorizações superiores a 50%.

As perspectivas para a região no ano de 2007 são de uma desaceleração ligeira mas sempre com elevadas taxas de crescimento, entre 7% e 8% em 2007. Esta projecção é, por um lado, sustentada na desaceleração da economia dos Estados Unidos e, por outro, no excedente das

economias asiáticas. A menor performance da economia norte-americana, terá uma consequência no consumo interno americano, o que afectará directamente as exportações asiáticas.

3.5 ECONOMIA NACIONAL

A economia nacional cresceu 1,3% durante o ano de 2006, voltando a crescer abaixo da Zona Euro. Este crescimento foi sobretudo motivado pelas exportações, pois indicadores como o consumo das famílias e o investimento empresarial, ficaram abaixo das expectativas e projecções económicas.

O consumo das famílias, do Estado e o investimento, desaceleraram em 2006, aumentando apenas 0,2%, contra os 0,9% do ano de 2005. Este comportamento é justificado, em parte, por o aumento dos salários não ser suficiente para acompanhar a inflação e os impostos. A necessidade de contrariar o défice orçamental levou o estado a reduzir em 0,3% a despesa, contrariando o aumento de 2,3% registado no período homólogo de 2005. A penalizar ainda o desempenho da economia, o investimento empresarial, voltou a cair 1,7%, registando um decréscimo acumulado de 19,5% desde 2001 (indicadores em função do PIB).

As exportações portuguesas aumentaram 8,8% em termos reais versus apenas 1,1% durante o ano de 2005. O aumento da procura externa para a economia portuguesa está bastante acima dos 5% registados para a economia mundial. Para o ano de 2007, o Banco de Portugal projecta uma aceleração do crescimento económico para 1,8%, resultado de uma esperada correcção de desequilíbrios económicos internos e do aumento moderado dos preços do consumidor.

3.6 ANGOLA

A economia Angolana terá crescido 19,5% (taxa de crescimento real) em 2006, contra os 20,6% registados em 2005. O crescimento continuou a ser sustentado pelo sector petrolífero salientando-se a performance dos sectores "não-petróleo", que registaram um crescimento de 17,2% no ano de 2006 vs os 14,1% registado no mesmo período do ano anterior. Destaque para o sector diamantífero, a indústria transformadora e energia que registaram elevadas taxas de crescimento e um grande dinamismo.

Para 2007, mantém-se uma visão optimista para a economia angolana, projectando-se um crescimento do PIB na ordem dos 30%. O sector petrolífero continuará a ser o motor da economia (crescimento de 33,6%), sendo que o sector não petrolífero deverá registar também um forte crescimento, na ordem dos 27,9%.

3.7 BRASIL

O ano de 2006 foi marcado pelo sucesso na condução da política macroeconómica pelo Banco Central Brasileiro, levando as taxas de juro perto de patamares mínimos históricos 13,25% nominais (abaixo de 10% reais). A inflação permaneceu controlada e fechou abaixo de 3,50% (meta inicial de 4,50%), influenciada principalmente pela valorização do Real. Em contrapartida, o PIB brasileiro cresceu abaixo 3,40%, muito abaixo dos países emergentes, deixando espaço para novas reduções nas taxas de juro locais. O País fechou o ano com reservas cambiais superiores a USD 90 biliões, garantindo assim que dificilmente estará vulnerável a crises externas como no passado.

O grande desafio para 2007 será crescer acima de 3,50%. Desta forma, o processo de redução das taxas de juro deverá continuar e, provavelmente, verificar-se-á a conversão das taxas

juros mais longas. O País precisa que sejam aprovadas reformas fundamentais como a Tributária, combinando com aumento nos investimentos de infra-estrutura. Em termos externos o cenário é tranquilo com moeda estável e sujeita a novas valorizações, pois as taxas de juro reais elevadas atraem muito capital externo. Acreditamos que o Brasil será elevado para *Investment Grade* nos próximos 2 ou 3 anos, o que gera oportunidades em activos com potencial elevado de valorização, como acções e activos ligados ao crédito privado.

3.8 ESPANHA

No ano de 2006, a economia espanhola cresceu 3,9%, comparando com 3,5% registados no ano de 2005. Este desempenho levou a economia espanhola ao oitavo lugar no ranking mundial. Adicionalmente a esta excelente performance da economia espanhola, o índice de desemprego ficou-se pelos 8,3%, um recorde dos últimos 36 anos.

Para o indicador referido, muito contribuiu o excelente desempenho da economia da País Basco, que registou um crescimento de 4,2%, tendo o contributo do forte crescimento das exportações, que tem como destino principal a Zona Euro com 68,7%, seguido pelos Estados Unidos e América Latina, com 8,9% e 7,8%, respectivamente. O resto do mundo regista um peso de 14,6%.

Para 2007, prevêem-se saudáveis indicadores económicos para Espanha, onde se destacam a taxa de investimento nos 30% do PIB. No entanto, existem alguns alertas a ter em conta, tais como os elevados índices de endividamento da população, que é alavancado pela perspectiva de continuação de subida das taxas de juro lançadas pelo Banco Central Europeu.

3.9 MERCADOS FINANCEIROS

O ano de 2006 foi muito positivo para a generalidade dos mercados accionistas. O principal índice americano, S&P 500, registou uma valorização de 10,6%, tendo contribuído diversos factores para esta performance, como a pausa na subida das taxas de juro, dados positivos da inflação e quebra do preço do petróleo. Saliente-se ainda que os outros dois índices americanos, o Nasdaq e o Dow Jones, fecharam o ano com uma valorização de 10,5% e 14,7%, respectivamente.

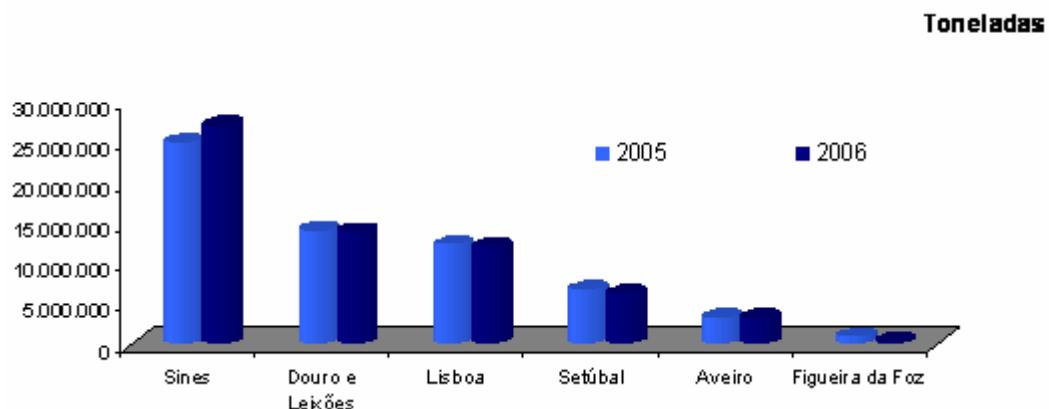
No Japão, apesar de a economia ter apresentado bons fundamentais, tais como as exportações, o índice Tankan, a baixa taxa de desemprego, o índice Nikkei 225 terminou o ano de 2006 com uma valorização de apenas 2,2%, contra uma valorização superior a 40% no ano de 2005. Também a Tailândia, teve destaque pela negativa, tendo em conta as medidas restritivas no fluxo de capitais estrangeiros, que levaram a bolsa deste país a uma desvalorização de mais de 15% num só dia.

O grande destaque nos mercados financeiros em 2006 foi, sem dúvida, para as duas economias emergentes, China e Índia, que obtiveram valorizações superiores a 50% nas suas bolsas. Destaque ainda para Hong Kong e Singapura, com a obtenção de máximos históricos. Nota para a Europa, onde o Stoxx EMU e Stoxx Europe, atingiram uma valorização de 16,9% e 14,8%, respectivamente, contra os 25,3%, registados pelo índice nacional PSI-20.

3.10 SECTOR PORTUÁRIO

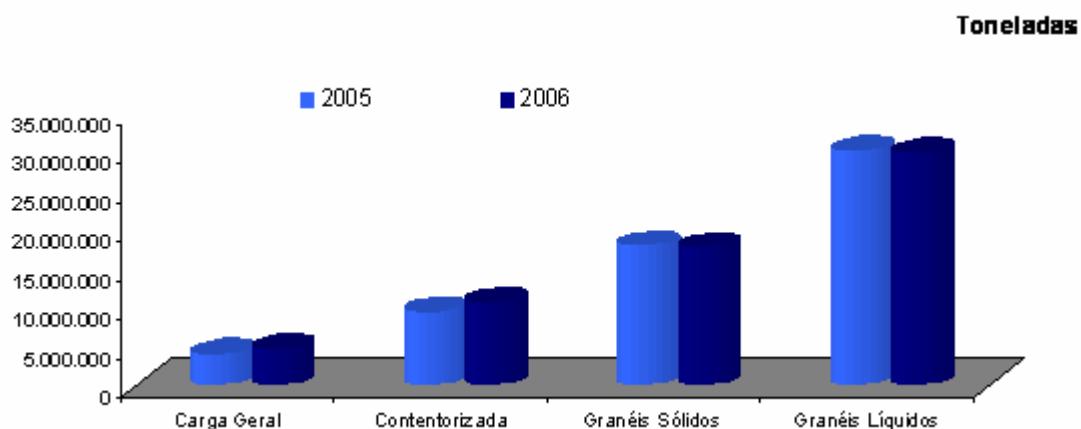
Portugal

O total de mercadorias movimentadas nos principais portos de Portugal Continental em 2006 ascendeu a 63,4 milhões de toneladas o que representou um crescimento de 1,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. A repartição por porto foi a seguinte:



Este crescimento foi nitidamente influenciado pelo aumento de 17,9% e 12,5%, da tonelagem de carga geral e contentorizada, respectivamente. O Porto de Sines voltou a estar em destaque com 27,2 milhões de toneladas, registando um crescimento de 8,6% comparativamente ao ano de 2005.

Analizando a carga por segmentos, temos as seguintes distribuições:



No que respeita à carga contentorizada, destaca-se também o Porto de Sines com um crescimento de cerca de 124% na tonelagem.

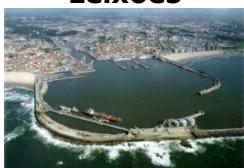
Fazendo uma análise sumária dos principais portos nacionais, podemos dizer que:

Porto de Sines



O porto de Sines movimentou 36,4 milhões de toneladas, o que corresponde a um crescimento de 8,6% em relação ao ano anterior. Os granéis líquidos são os grandes responsáveis por este crescimento, sendo que o crescimento de carga geral e contentorizada, comparativamente ao ano homólogo, foi de 26,6% e 123,8%, respectivamente.

Porto de Douro e Leixões



Neste porto verificou-se uma estagnação, cerca de menos 0,2%, no total de mercadorias movimentadas em 2006, comparativamente a 2005. Para esta modesta performance contribuiu o mau desempenho dos segmentos de granéis sólidos e líquidos, com perdas de 6,6% e 4,0%, respectivamente.

Porto de Lisboa



O total de mercadorias movimentadas no Porto de Lisboa ascendeu a 12,1 milhões de toneladas, o que corresponde a um decréscimo de 1,8% em relação a 2005. Esta evolução deveu-se a um significativo decréscimo no tráfego de granéis líquidos.

Porto de Setúbal



O total de mercadorias movimentadas no Porto de Setúbal ascendeu a 6,3 milhões de toneladas, o que correspondeu a um decréscimo de 6,4% em relação a 2005. Verificou-se uma evolução negativa nos granéis (-13,7%).

Porto de Aveiro



O Porto de Aveiro movimentou 3,3 milhões de toneladas em 2005, o que representa um valor recorde na sua história. Teve um crescimento de 0,6% no total de mercadorias movimentadas que derivou essencialmente do aumento na carga geral (20,3% face a 2005).

Bilbau



Porto de Bilbau

O Porto de Bilbau movimentou 3,5 milhões de toneladas em 2006, o que representa um crescimento de 16,1% comparativamente a 2005. Destaque para o forte contributo e crescimento, no segmento de granéis Líquidos, tendo movimentado 2,2 milhões de toneladas e registado um crescimento de 29,9%, relativamente ao ano anterior

4. ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL

4.1 PRINCIPAIS INDICADORES DE 2006

Demonstração de Resultados consolidada (Unidade Monetária - Euro)	Dez.06	Dez.05	Δ o6/o5 (%)
Vendas e Prestações de serviços	63.802.175	66.545.877	-4,1%
Custo das Vendas e Subcontratos	(44.198.698)	(49.871.857)	-11,4%
Margem Bruta	19.603.477	16.674.020	17,6%
Outros proveitos operacionais	3.527.400	1.218.547	189,5%
Outros custos operacionais	(18.948.432)	(14.528.826)	30,4%
EBITDA	4.182.445	3.363.741	24,3%
Amortizações do exercício	1.493.747	1.332.656	12,1%
EBIT	2.688.698	2.031.085	32,4%
Ganhos/ (Perdas) financeiras	(1.003.585)	(527.481)	90,3%
EBT	1.685.113	1.503.604	12,1%
Impostos sobre Lucros	96.543	387.155	-75,1%
Resultados das oper. em continuidade	1.588.570	1.116.449	42,3%
Resultados de oper. descontinuadas	(238.332)	180.925	-231,7%
Interesses Minoritários	(12.647)	7.287	n/a
Resultados Líquidos	1.362.885	1.290.087	5,6%
ROE	9,36%	13,81%	-4,4 p.p.
ROA	2,05%	1,96%	0,1 p.p.
Cash-flow	3.086.223	2.504.676	23,2%
Margem Bruta (em %)	30,7%	25,1%	5,7 p.p.
Cost-to-Income (*)	94,4%	82,7%	11,8 p.p.
Resultados Financeiros/Margem Bruta	-5,1%	-3,2%	-2,0 p.p.
EBITDA/Vendas	6,6%	5,1%	1,5 p.p.
Margem EBITDA	21,3%	20,2%	1,2 p.p.

(*) excluindo custos não recorrentes.

No ano de 2006, destacamos os seguintes factos:

Ao nível do desempenho financeiro

- » Redução das vendas em 4,1% face ao mesmo período de 2005. Esta evolução foi significativamente influenciada pelo efeito conjunto, no último trimestre, (i) da perda de negócio originada pela venda da empresa Sadomarítima, ocorrida em 1 de Agosto de 2006 e motivada pela decisão do armador Grimaldi Lines de se instalar directamente em Portugal e em Angola e (ii) do fim do contrato de agência com o armador P&O Nedlloyd em Março de 2006;
- » O EBITDA cresceu 24,3%, muito influenciado pela compensação paga pela Maersk Line ao Grupo Orey, registada na rubrica "Outros Proveitos Operacionais", e que resultou do término do contrato de agência que unia a PONP à P&O Nedlloyd. O fim do contrato deveu-se à integração da P&O Nedlloyd na Maersk Line fruto da aquisição da primeira pela segunda;
- » A queda do ROE (return on equity) de 13,81% em 2005 para 9,50% em 2006 reflecte, fundamentalmente, o aumento do montante de capitais próprios decorrente do aumento

de capital social de 10 milhões de Euros realizado em Julho de 2006. Expurgado o efeito do aumento de capital, o ROE em 2006 seria de 14,6%;

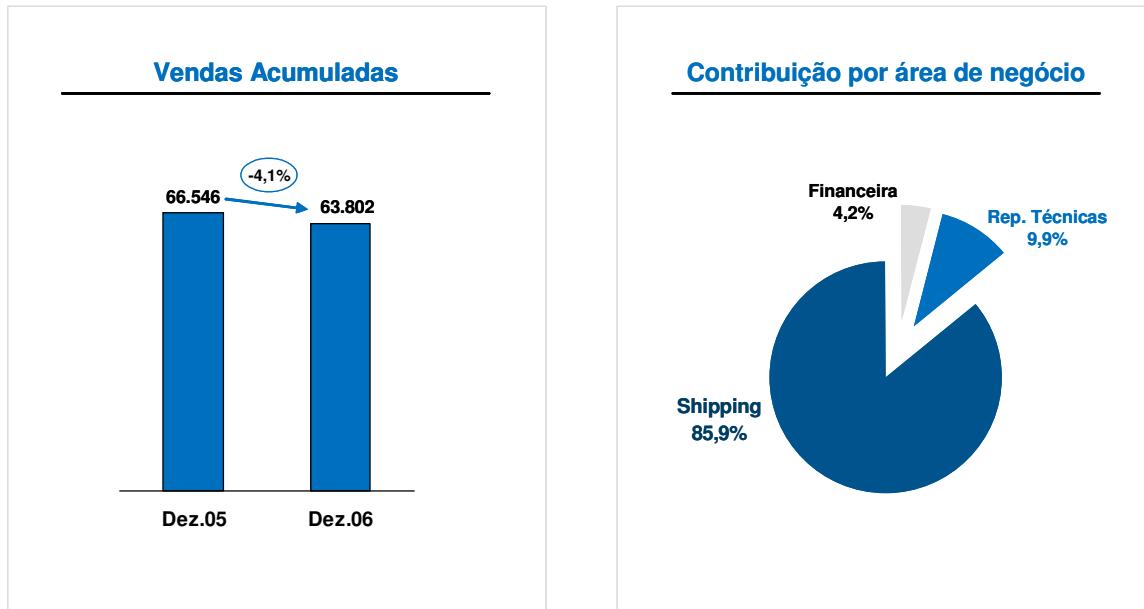
Ao nível corporativo

- ➔ Aquisição, na área financeira, da Cotavalo – Sociedade Corretora, S.A. e da MCA Economy, que permitiram ao Grupo, respectivamente, alargar o seu leque de serviços à corretagem e a entrada no mercado brasileiro nos serviços financeiros;
- ➔ Transformação da sociedade gestora de patrimónios em sociedade gestora de fundos de investimento, com a obtenção da licença de actividade da CMVM em 17 de Fevereiro de 2006. Foi ainda lançado o primeiro fundo de investimento harmonizado gerido pela Orey Gestão de Activos – SGFIM, S.A., o "Orey Acções Europa";
- ➔ Entrada, em Julho, no mercado dos Fundos de Investimento Imobiliários de Reabilitação Urbana de Lisboa e Porto;
- ➔ Na área da navegação, cessação, em Março, do contrato de agência que ligava o Grupo Orey à P&O Nedlloyd, em resultado da sua aquisição pela Maersk Line;
- ➔ Realização, em Junho, de uma operação de reforço de capitais, envolvendo duas operações distintas: (i) uma operação pública de subscrição de 10 milhões de euros através da emissão de 5 milhões de novas acções e (ii) uma emissão de 9,975 milhões de Euros de valores mobiliários obrigatoriamente permutáveis em acções OREY, organizada pelo Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., tendo sido a primeira operação deste género em Portugal;
- ➔ Por ocasião do anúncio do lançamento da operação de reforço de capitais, o Grupo Orey publicou as suas orientações estratégicas e o correspondente plano de negócios. Nesse plano de negócios constavam previsões de crescimento de volume de negócios e de resultados que dependiam, em grande parte, da concretização de um plano de aquisição de empresas quer do sector de shipping quer do sector financeiro. Não tendo sido possível, até ao momento, concretizar o plano anunciado, fica consequentemente adiada a capacidade de atingir os referidos volumes de negócio e de resultados;
- ➔ Venda, em Agosto de 2006, da Sadomarítima – Agência de Navegação e Trânsitos, Lda. à Grimaldi Lines por 850 mil Euros, gerando uma menos valia de 136 mil Euros. O resultado apropriado pelo Grupo Orey com esta participada nos primeiros sete meses de 2006 ascendeu a 238 mil Euros.

4.2 ANÁLISE FINANCEIRA

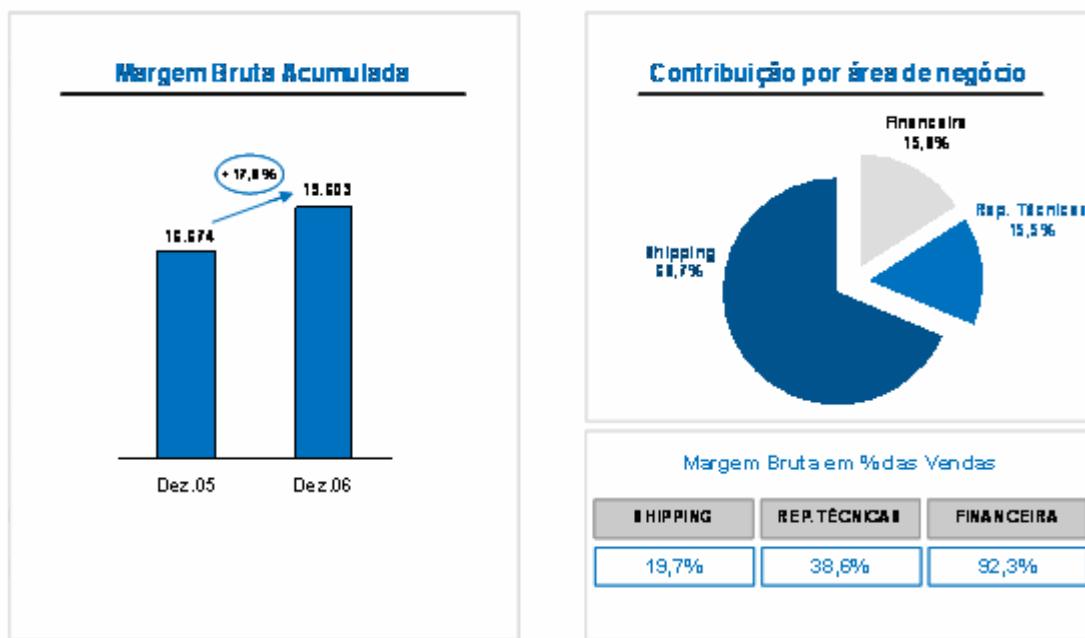
4.2.1 . VOLUME DE NEGÓCIOS

O volume de negócios consolidado do Grupo Orey ascendeu a 63,8 milhões de Euros no ano de 2006, registando um decréscimo de 4,1% face ao ano (valores em milhares de Euros):



4.2.2 MARGEM BRUTA

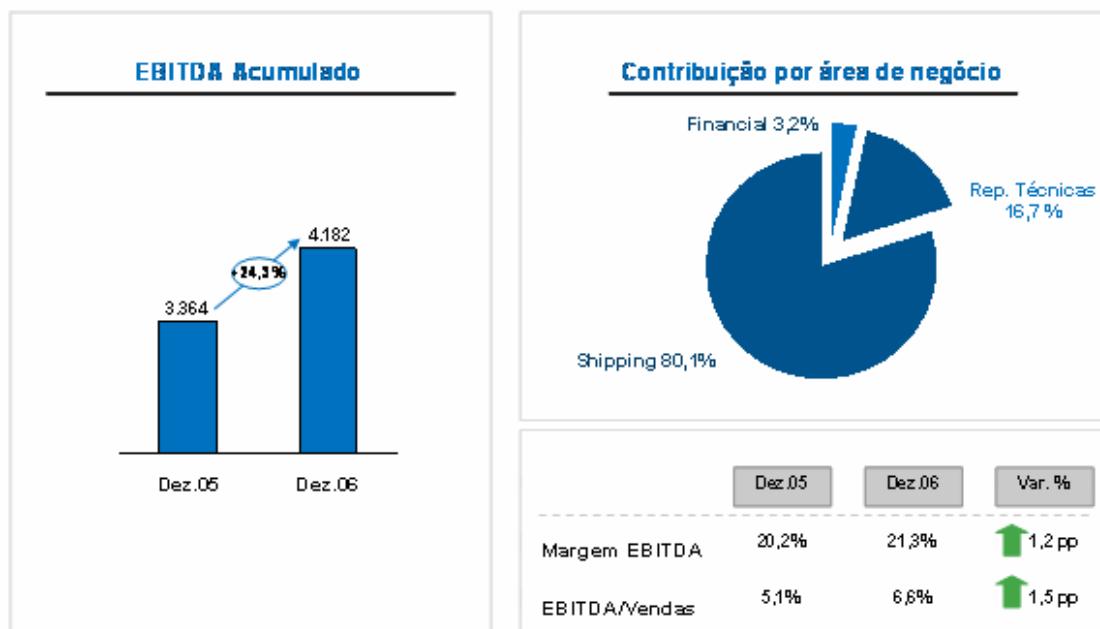
A margem bruta consolidada do Grupo Orey ascendeu a 19,6 milhões de Euros em 2006, registando um crescimento de 17,6% face ao ano anterior (valores em milhares de Euros):



(milhares de Euros)

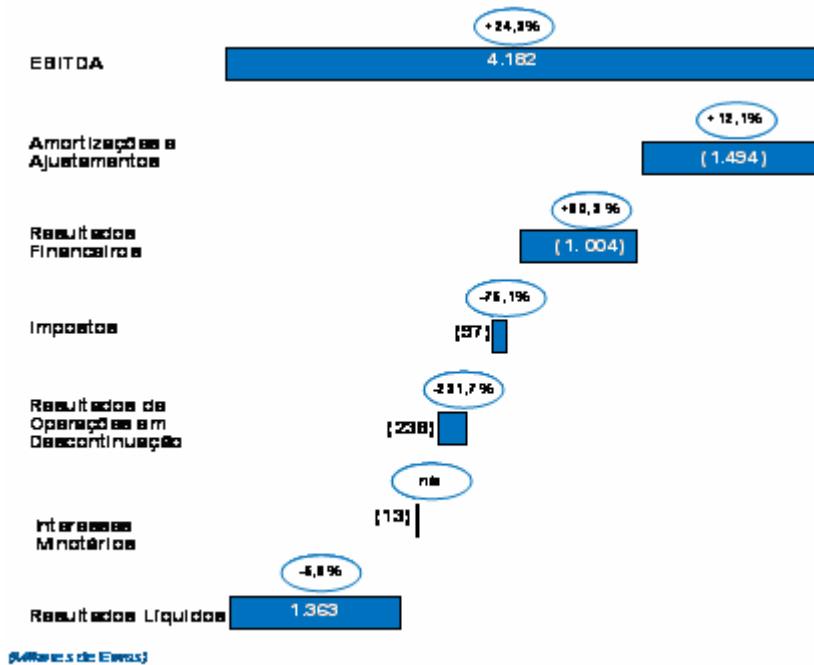
4.2.3 EBITDA

O EBITDA consolidado do Grupo Orey ascendeu a 4,2 milhões de Euros em 2006, registando um crescimento de 24,3% face ao ano anterior (valores em milhares de Euros):



4.2.4 DO EBITDA AOS RESULTADOS LÍQUIDOS CONSOLIDADOS

Analisa-se de seguida a reconciliação entre o EBITDA e o resultado consolidado do período:



O EBITDA cresceu 24,3%, influenciado pelo pagamento da Maersk Line ao Grupo Orey, registado na rubrica "Outros Proveitos Operacionais", resultante do término do contrato de agência que unia a PONP à P&O Nedlloyd.

5. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS EM 2006 (INCLUINDO POSTERIORES)

01/03

O Grupo Orey Informou o mercado para o facto de a sua participada Orey Financial, SGPS, S.A., ter chegado a acordo para a aquisição de 100% do capital da MCA Economy Consultoria e Investimentos, Ltda., sociedade administradora de carteiras e de valores mobiliários, domiciliada em São Paulo, Brasil e regulada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A MCA Economy tem como actividades a gestão discricionária de carteiras de investimento, a gestão de fundos de investimento, bem como actividade de "corporate finance" para pequenas e médias empresas.

14/03

O Grupo Orey apresentou ao mercado as principais linhas de orientação estratégica, definidas pelo Conselho de Administração, que passam pelo reforço da presença do Grupo na Península Ibérica, Brasil e Angola nas três áreas de negócio do Grupo Orey.

06/04

O Grupo Orey informou o mercado que, na sequência da aquisição da P&O Nedlloyd, Ltd. pela AP Moller e sua subsequente integração na Maersk Line, a sua participada PONP – Navegação e Trânsitos, Lda. concluiu o acordo de cessação do contrato de agência que mantinha com a P&O Nedlloyd, Ltd., do qual resultou o pagamento de uma compensação que, deduzidos os custos inerentes à correspondente diminuição da actividade, se estima que venha a ter um impacto positivo nos resultados operacionais consolidados de 2006 de cerca de um milhão de euros.

18/05

Na sequência de uma notícia publicada na imprensa, que permite o estabelecimento de uma ligação entre o projecto do lançamento de um Fundo Especial de Investimento Imobiliário destinado a investir em prédios rústicos para o desenvolvimento da floresta e uma investigação por parte das autoridades de supervisão, o Grupo Orey esclareceu o mercado relativamente aos seguintes aspectos:

1. A Orey Gestão de Activos, SGFIM, SA tinha em curso um projecto para o lançamento de um Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado (FEII) destinado a investir em prédios rústicos para desenvolvimento de floresta.
2. Tal como havia sido noticiado em Novembro de 2004, a Orey Financial, SGPS, SA celebrou uma parceria com a sociedade Bosques Naturales S.A. que havia materializado desde então na constituição de uma empresa detida a 75% pelo Grupo Orey e a 25% pela Bosques Naturales S.A., que tem como objectivo o aporte de *know-how* técnico e agro-silvícola por parte desta última ao Fundo Florestal a constituir.
3. O Grupo Orey só tinha tido conhecimento do diferendo que opunha a Companhias das Lezírias à Bosques Naturales, S.A. depois da celebração da parceria com esta última e era totalmente alheio ao diferendo.

26/05

4. A Orey Financial, SGPS, S.A. e a Orey Gestão de Activos, SGFIM, S.A. são reguladas pelo Banco de Portugal e pela CMVM e pautam a sua actividade pelo pleno respeito da Lei e pela procura constante de criação de valor para os investidores.

A Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. informou que a sua participada Orey Financial, SGPS, S.A. desencadeou os mecanismos contratualmente previstos que lhe permitem dissolver a sociedade Prime Trees. Esta sociedade materializava a parceria anteriormente anunciada com a sociedade Bosques Naturales, que tinha como objectivo o «apport» de «know how» técnico e agro-silvícola ao fundo especial de investimento imobiliário («fundo florestal») a constituir ao abrigo da legislação portuguesa. Esta decisão decorreu de motivos técnicos, que se traduziram na incapacidade da Prime Trees materializar atempadamente os projectos anteriormente anunciados. A Orey Financial reiterou também o seu firme propósito de continuar o trabalho no sentido de vir a lançar o seu primeiro fundo especial de investimento imobiliário («fundo florestal»), tanto pelo interesse económico-financeiro do conceito, como pelo próprio interesse colectivo de desenvolvimento, protecção e valorização da floresta portuguesa.

29/05

Na sequência do interesse manifestado pela Grimaldi Lines no seu estabelecimento directo em Portugal e em Angola, a Sociedade Comercial Orey Antunes, S. A. informou o mercado que a sua participada OA Agencies - Navegação e Trânsitos, S. A. concluiu um pré-acordo para a venda à Grimaldi Lines da SADOMARÍTIMA - AGÊNCIA DE NAVEGAÇÃO E TRÂNSITOS, LDA. Caso se concretize o negócio, a Orey comunicará ao mercado os montantes e demais detalhes envolvidos na transação.

05/06
A
03/07

Realização de uma operação de reforço de capitais, envolvendo duas operações distintas: (i) uma operação pública de subscrição de 10 milhões de euros através da emissão de 5 milhões de novas acções, onde a procura excedeu três vezes a oferta e (ii) uma emissão de 9,975 milhões de Euros de valores mobiliários obrigatoriamente permutáveis em acções OREY, organizada pelo Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., tendo sido a primeira operação deste género em Portugal.

11/07

A Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. informou o mercado que, ao abrigo do art. 11º do regulamento n.º 4/2004 da CMVM, adquiriu, em aumento de capital, através da sua participada Orey Financial SGPS, S.A. um lote de 140.000 acções próprias da Sociedade, correspondentes a 1,4% do seu capital, ao preço unitário de 2,90 Euros.

01/08

Na sequência do comunicado efectuado em 29 de Maio de 2006, a Sociedade Comercial Orey Antunes, S. A. informou o mercado que procedeu realização da escritura de venda da totalidade do capital social da sua participada SADOMARÍTIMA – AGÊNCIA DE NAVEGAÇÃO E TRÂNSITOS, LDA. à Grimaldi Lines pelo valor de 850.000 Euros, gerando uma menos valia de cerca de 136.000 Euros. De acordo com a escritura de venda, a Orey Antunes irá apropriar-se do resultado líquido da participada referente aos primeiros sete meses de 2006, que se estima superior a esta menos valia.

21/08

A CMVM autorizou o alargamento dos serviços prestados pela Orey Valores à actividade de execução de ordens para o mercado a prazo e a disponibilização do domínio de internet www.oreyitrade.com.

30/01/07

A Sociedade Comercial Orey Antunes S.A. informou que a sua participada Orey Financial, SGPS, S.A., concluiu com êxito as negociações para a aquisição de uma participação de 3% no capital da Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (SGF), detida actualmente pela Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento. A referida aquisição está sujeita ao direito de preferência dos actuais accionistas.

6. EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DE NEGÓCIO DO GRUPO

De seguida apresentamos a evolução do Grupo Orey e das suas diferentes áreas de negócio durante o ano de 2006, comparando a mesma com o período homólogo de 2005.

6.1 NAVEGAÇÃO

No sector da navegação, o Grupo Orey está presente em Portugal, Espanha, Angola e Moçambique, prestando diferentes tipos de serviços: Linhas Regulares, Trânsitos Marítimos e Aéreos, Agenciamento de Navios, Operações Portuárias e Logística.

6.1.1 PORTUGAL



Na navegação em Portugal, o Grupo Orey presta todos os diferentes tipos de serviço referidos anteriormente.

Em 31 de Dezembro de 2006, o volume de vendas destas áreas de negócio totalizaram 33,7 milhões de Euros, o que representa um decréscimo de 8,5% relativamente ao mesmo período do ano anterior (36,8 milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2005).

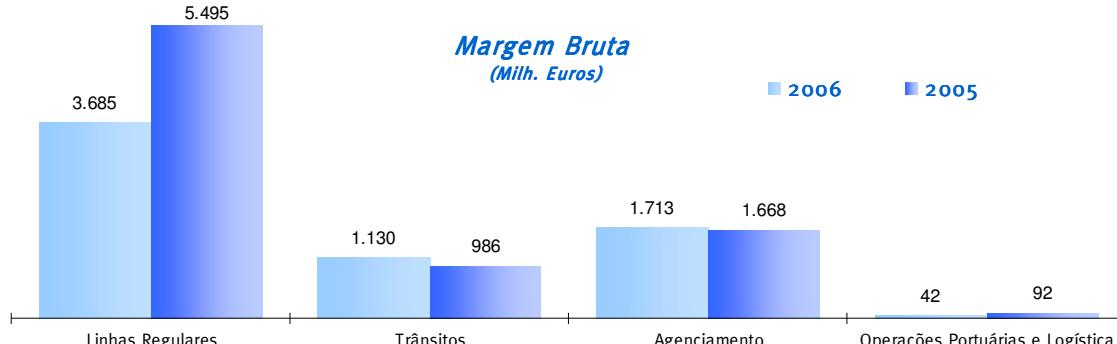
Vendas	2006	2005	06 vs 05
Linhas Regulares	7.199	13.063	-44,9%
Trânsitos	12.110	11.898	1,8%
Agenciamento	14.247	11.359	25,4%
Operações Portuárias e Logística	199	557	-64,4%
Total	33.754	36.877	-8,5%

(Milhares de Euros)

A margem bruta totalizou 6,6 milhões de Euros, decrescendo 20,3% em relação a 31 de Dezembro de 2005. O seu detalhe por área de actuação é o seguinte:

Margem Bruta	2006	2005	06 vs 05
Linhas Regulares	3.685	5.495	-32,9%
Trânsitos	1.130	986	14,6%
Agenciamento	1.713	1.668	2,7%
Operações Portuárias e Logística	42	92	-54,2%
Total	6.569	8.241	-20,3%

(Milhares de Euros)



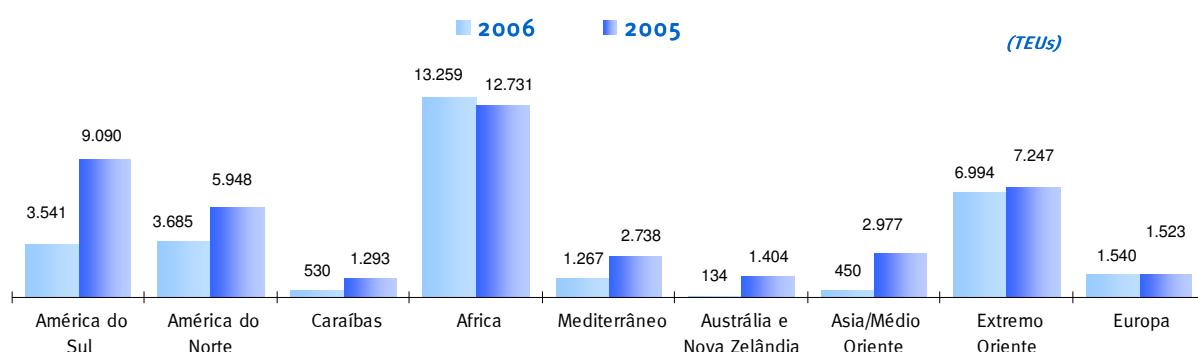
Linhas Regulares

A evolução dos principais dados de negócio neste segmento de actuação foi a seguinte, comparativamente a 31 de Dezembro de 2005:

Linhas Regulares	2006	2005	06 vs 05
Vendas	7.199	13.063	-44,9%
Margem Bruta	3.685	5.495	-32,9%
Carga Contentorizada (TEUs)	31.399	44.951	-30,1%
Carga Geral (Tons.)	40.488	52.246	-22,5%

(Milhares de Euros)

O detalhe por zona geográfica dos TEUs (*Twenty-foot-Equivalent Units* ou contentor de vinte pés) transportados pelas empresas do Grupo Orey teve a seguinte evolução relativamente a 31 de Dezembro de 2005:



Neste segmento de negócio há a destacar os seguintes factos:

Verifica-se uma diminuição dos principais indicadores relativamente ao ano anterior, devido ao facto de a participada PONP - Navegação e Trânsitos, Lda. ter deixado de representar em Portugal, o armador P&O Nedlloyd a partir de 1 de Março de 2006. Este armador foi adquirido pela Maersk Line em 2005. Este facto teve também como consequência, a diminuição da carga transportada de e para o Brasil e Estados Unidos da América, mercados onde a PONP actuava maioritariamente.

O armador Delmas, que é representado em Portugal pela nossa participada Orey Comércio e Navegação, S.A. (OCN), fez uma reestruturação total do serviço passando a ter navios com maior capacidade e aumentando o número de escalas. Isto permitiu oferecer aos clientes um serviço com mais regularidade e fiabilidade no mercado da costa Ocidental de África com especial destaque no mercado de Angola. Este facto permitiu à Orey aumentar a quantidade de TEUs transportados para este destino com a DELMAS, em mais de 50% comparativamente ao período homólogo de 2005.

Na sequência do interesse manifestado pela Grimaldi Lines no seu estabelecimento directo em Portugal e em Angola, o Grupo Orey celebrou em 29 de Maio de 2006 um pré-acordo para a venda da sua participada Sadomarítima – Agência de Navegação e Trânsitos, Lda. a este armador. Esta transacção foi efectuada no dia 1 de Agosto de 2006 pelo montante de 850.000 Euros e desta forma, a actividade deste armador deixou de ser registada nas contas do Grupo a partir do final de Julho de 2006. A perca da Grimaldi faz-se sentir essencialmente no volume de tráfego transportado para África.

Trânsitos

O segmento dos trânsitos é operado maioritariamente pela participada Orey Comércio e Navegação, S.A.. Os principais dados neste segmento de actividade são:

Trânsitos	2006	2005	06 vs 05
<u>Marítimos</u>			
Vendas	11.673	11.602	0,6%
Margem Bruta	978	854	14,5%
Carga Contentorizada (TEUs)	10.027	9.936	0,9%
<u>Aéreos</u>			
Vendas	437	295	47,8%
Margem Bruta	152	132	15,4%
Carga Geral (Kgs.)	168.703	157.890	6,8%
Margem Bruta Total	1.130	986	14,6%

(Milhares de Euros)

O segmento dos trânsitos aéreos conseguiu inverter a recente tendência de queda na carga transportada, principalmente devido a um grande esforço e dinâmica comercial. Destaca-se a obtenção de clientes novos servidos pelo Aeroporto do Porto, com bastante peso nos volumes transportados a partir deste aeroporto.

Nos trânsitos marítimos é importante destacar a melhoria da margem por Teu, isto deveu-se ao esforço contínuo de melhorar o nosso mix de clientes, assim como a evolução do mercado de fretes que permitiu aos trânsitos, uma melhoria nos contratos com as linhas de Navegação. Destaque ainda para o continuo desenvolvimento de tráfego da Extremadura Espanhola que os trânsitos têm conseguido captar.

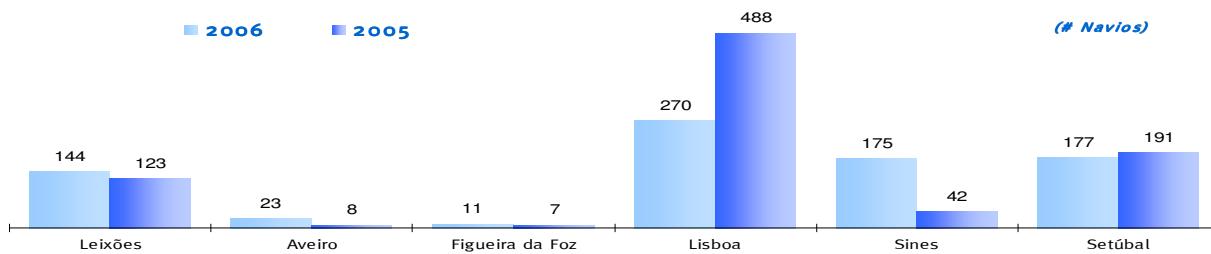
Salientamos ainda o facto das vendas dos trânsitos marítimos se terem mantido em níveis idênticos ao ano anterior (+0,6%), embora com um aumento significativo de margem bruta (+14,5%). No final de 2006, nos Trânsitos em termos globais, assistimos a um aumento de 1,8% e 14,6% das vendas e da margem bruta, respectivamente.

Agenciamento

Em 31 de Dezembro de 2006, o número de navios agenciados e a margem bruta tiveram a seguinte evolução, relativamente a 31 de Dezembro de 2005:

Agenciamento	2006	2005	06 vs 05
Vendas	14.247	11.359	25,4%
Margem Bruta	1.713	1.668	2,7%
Escalas (Número de Navios)	800	859	-6,9%
(Milhares de Euros)			

A evolução durante os últimos 2 anos, relativamente ao número de navios agenciados por porto de actuação foi o seguinte:



No porto de Lisboa, que representava cerca de 57% dos navios agenciados em Dezembro de 2005, verificou-se uma diminuição de 44% no número de escalas relativamente ao ano anterior. Esta diminuição resultou da perda das escalas do armador P&O Nedlloyd, tal como descrito acima.

Há que referir o forte crescimento do número de escalas no porto de Sines, correspondente a um crescimento de 317%, em resultado da aquisição, pelo Grupo Orey, da Martanque – Agência de Navegação e Logística de Transportes, Lda., em Janeiro de 2006. Esta sociedade dedica-se ao agenciamento de navios de transporte de granéis líquidos ligados a produtos químicos.

De referir que a Orey Comércio e Navegação, S.A. obteve, durante 2006, os contratos de agenciamento da Grimaldi Lines, para Lisboa e Setúbal, e da Maersk, para Setúbal e Sines.

Operações Portuárias e Logística

A partir de Abril de 2005, o Grupo Orey passou a estar presente em Portugal no segmento de Operações Portuárias e Logística através da sua participada StorkShip – Navegação e Logística, S.A.

A 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a margem bruta e o detalhe das toneladas manuseadas foram as seguintes:

Operações Portuárias e Logística	2006	2005	06 vs 05
Vendas	199	557	-64,4%
Margem Bruta	42	92	-54,2%
Toneladas Manuseadas	8.420	14.024	-40,0%
<i>Das quais:</i>			0,0%
<i>Papel</i>	8.250	10.502	-21,4%
<i>Outros Produtos Florestais</i>	170	3.522	-95,2%

(Milhares de Euros)

A actividade da StorkShip nos primeiros trimestres do ano foi afectada negativamente pela grande redução de vendas de um dos seus principais clientes. A redução das toneladas transportadas para Portugal obrigou a uma reestruturação do processo logístico nacional, tendo deixado de existir quantidades suficientes para justificar um serviço mensal de navio convencional. Parte da carga passou a ser contentorizada, continuando a Storkship, a efectuar as entregas nos clientes finais e a sua logística em armazém, quando necessário e outra parte passou a ser transportada via alguns portos espanhóis.

A Storkship tem em curso um agressivo plano comercial com o objectivo de obter novos clientes e poder inovar em alguns serviços para oferecer aos seus clientes.

6.1.2 INTERNACIONAL

Na navegação internacional, o Grupo Orey está presente em Angola, Moçambique e Espanha no segmento dos trânsitos, agenciamento de navios e operações portuárias e logísticas.

Orey International	2006	2005	06 vs 05
Vendas	23.631	24.876	-5,0%
Margem Bruta	4.733	6.359	-25,6%

(Milhares de Euros)

a) Angola

Em Angola, o exercício de 2006 foi marcado pela perda da agência da Grimaldi, a partir do final de Outubro. Ainda assim, foram agenciados 122 navios durante o ano de 2006, maioritariamente no Porto de Luanda, contra 82 no mesmo período de 2005, representando um aumento de 48,8%.

A evolução do volume de TEUs e viaturas descarregadas pela Orey (Angola), bem como das vendas e margem bruta, foi a seguinte, comparativamente a 31 de Dezembro de 2005:

Angola	2006	2005	06 vs 05
Vendas (USD)	5.820	6.187	-5,9%
Margem Bruta (USD)	1.488	1.113	33,7%
Carga rolante (Viaturas)	25.142	16.037	56,8%
Carga Contentorizada (TEUs)	11.172	11.619	-3,8%

(Milhares de USD)

Embora o volume de vendas tenha decrescido cerca de 5,9% em relação a 2005, regista-se uma melhoria da margem bruta que relativamente ao mesmo período do ano transacto, cresceu 33,7%.

A carga contentorizada movimentada decresceu cerca de 4%, enquanto a carga rolante registou um crescimento elevado, atingindo mais 56,8% que no ano de 2005.

b) Moçambique

A evolução dos principais dados do negócio em Moçambique foi a seguinte, comparativamente a 31 de Dezembro de 2005:

Moçambique	2006	2005	06 vs 05
Margem Bruta (USD)	293	603	-51,4%
Escalas (número de navios)	116	108	7,4%
Carga Contentorizada (TEUs)	5.806	10.493	-44,7%

(Milhares de USD)

Tal como em Portugal, também em Moçambique, a aquisição da P&O Nedlloyd pela Maersk Sealand, influenciou negativamente o negócio da subsidiária Leme, levando a que os indicadores de negócio diminuíssem em relação ao ano anterior.

c) Espanha

O Grupo Orey está presente em Espanha através da sociedade Agemasa – Agencia Marítima de Consignaciones, S.A. que opera no Porto de Bilbau. No âmbito da sua actividade, presta três tipos de serviços: Agenciamento, Operações Portuárias e Entrega de Mercadorias.

Em 31 de Dezembro de 2006, os principais dados da empresa são os seguintes:

AGEMASA	2006	2005	06 vs 05
Vendas	13.876	11.974	15,9%
Margem Bruta	2.377	2.177	9,2%

(Milhares de Euros)

No ano de 2006, há a destacar a assinatura do novo contrato de concessão com a Autoridade Portuária do Porto de Bilbau, que passou a incluir uma nova área no Muelle Príncipe de Astúrias, que aumentou substancialmente a capacidade de armazenagem da empresa. A nova área foi concessionada por 19 anos (com mais cinco anos de opção) e a área actual (Muelle Reina Victoria) viu a sua concessão alargada também pelo mesmo período (para além dos 14 anos inicialmente concedidos).

No final de 2006, o volume de vendas e a margem bruta obtiveram um crescimento de 15,9% e 9,2%, respectivamente, quando comparados com o período homólogo de 2005.

Agenciamento

Os valores da margem bruta e do número de navios agenciados em 31 de Dezembro de 2006, comparativamente aos dois anos anteriores são os seguintes:

Agenciamento	2006	2005	06 vs 05
Vendas	1.459	1.376	6,0%
Margem Bruta	357	328	8,8%
Escalas (Número de Navios)	73	137	-46,7%

(Milhares de Euros)

A diminuição verificada no número de escalas deriva, essencialmente, da perda de um cliente na área dos produtos siderúrgicos, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2006. No final de 2006, a margem bruta atingiu o montante de 357 m.e., significando um aumento de 8,8% relativamente ao ano de 2005.

Operações Portuárias e Logística

O detalhe da margem bruta e das toneladas manuseadas em estiva no ano de 2006 e 2005 são os seguintes:

Operações Portuárias e Logística	2006	2005	06 vs 05
Vendas	8.646	6.668	29,7%
Margem Bruta	1.737	1.397	24,3%
Carga Geral (Tons.)	638.131	457.952	39,3%
<i>papel</i>	191.775	182.599	5,0%
<i>produtos siderúrgicos</i>	446.356	275.353	62,1%

(Milhares de Euros)

Neste segmento de negócio há a salientar uma significativa diversificação da carteira de clientes, que proporcionou um aumento da tonelagem dos produtos siderúrgicos. No entanto, estes produtos têm uma margem inferior.

Entregas de mercadorias

O valor acumulado até Dezembro de 2006, comparando com o ano de 2005 da margem bruta e das toneladas entregues pela Agemasa é o seguinte:

Entregas de Mercadorias	2006	2005	06 vs 05
Vendas	3.772	3.930	-4,0%
Margem Bruta	283	451	-37,3%
Carga Geral (Tons.)	135.439	157.807	-14,2%
<i>papel</i>	131.557	126.947	3,6%
<i>produtos siderúrgicos</i>	3.882	30.860	-87,4%

(Milhares de Euros)

Verificou-se um decréscimo da margem devido à subida dos custos das vendas provocado pela escassez de camiões no mercado, que não foram suportados na íntegra pelos clientes. De notar que a quantidade transportada no papel subiu mas, em contrapartida, diminuíram os produtos siderúrgicos. No global houve uma quebra na tonelagem transportada. A menor margem bruta reflecte ambos os efeitos.

6.2 REPRESENTAÇÕES TÉCNICAS

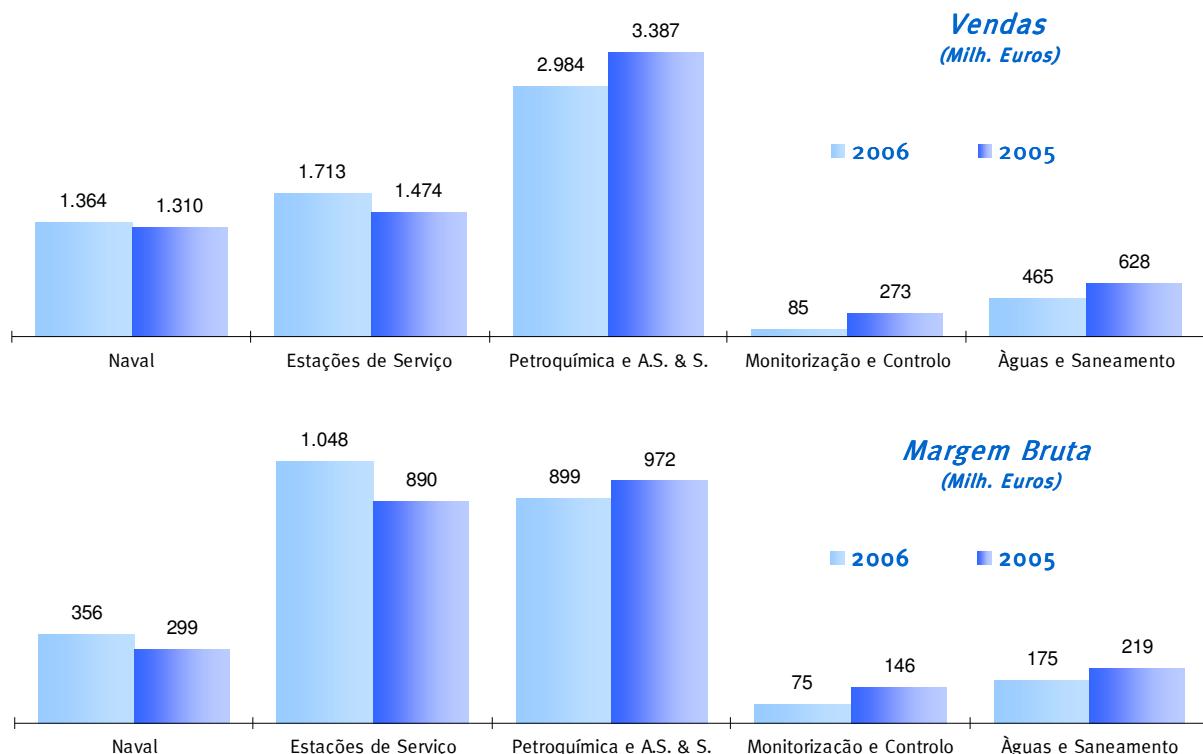


No sector das representações técnicas, o Grupo Orey está presente em diferentes áreas, tais como equipamentos navais e segurança no mar, petroquímica, monitorização e controlo e águas e saneamento.

Orey Technical	2006	2005	06 vs 05
Vendas	6.611	7.072	-6,5%
Margem Bruta	2.554	2.526	1,1%

(Milhares de Euros)

Em 31 de Dezembro de 2006, as vendas desta área de negócio totalizaram 6,6 milhões de Euros, o que representa um decréscimo de 6,5% relativamente ao mesmo período do ano anterior (7,1 milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2005). A repartição percentual por segmento de negócio é a seguinte:



Naval

A evolução dos principais dados neste segmento de negócio foi a seguinte, comparativamente com o ano de 2005:

Naval	2006	2005	06 vs 05
Vendas	1.364	1.310	4,1%
Margem Bruta	356	299	19,0%
(Margem Bruta em %)	26,1%	22,9%	3,3 p.p.

(Milhares de Euros)

Esta área de negócio tem verificado um crescimento consistente em termos de vendas e margem bruta durante os últimos dois anos de actividade. As vendas registaram um aumento de 4,1% face ao período homólogo de 2005 e um crescimento de 19% na margem bruta para o mesmo período comparativo.

Por outro lado, ainda neste segmento a participada Azimute – Aprestos Marítimos, Lda. finalizou as obras da sua nova loja em Lisboa. Esta nova loja, de dimensão superior à actual e com melhor localização, deverá proporcionar um aumento das vendas.

Estações de Serviço

No final de 2006, a evolução do volume de vendas realizadas pelas empresas do Grupo Orey e da margem bruta neste segmento de negócio foi a seguinte:

Estações de Serviço	2006	2005	06 vs 05
Vendas	1.713	1.474	16,2%
Margem Bruta	1.048	890	17,8%
(Margem Bruta em %)	61,2%	60,4%	,8 p.p.
Jangadas Inspeccionadas	2.060	1.973	4,4%

(Milhares de Euros)

Esta é uma área de negócio que tende a beneficiar muito com as vendas do sector naval e onde o Grupo Orey tem investido. Para além das estações de serviço de jangadas no Porto, Lisboa e Algarve, foi aberta em Outubro de 2005 mais uma em Setúbal da subsidiária Azimute, que inspeccionou durante 2006, 181 jangadas e 66 balsas salva vidas.

A participada Orey Técnica Naval e Industrial, Lda inspeccionou durante 2006 1.879 jangadas, distribuídas por 281 no Algarve, 1080 em Lisboa e 518 em Leixões. Destaque ainda para a obtenção da representação da DSB - Deutsche Schlauchboot, tendo começado a inspeccionar jangadas desta nova representada no 2º semestre de 2006.

Petroquímica e AS&S

Neste segmento os dados referentes às vendas realizadas e margem bruta são os seguintes:

Petroquímica e A.S. & S.	2006	2005	06 vs 05
Vendas	2.984	3.387	-11,9%
Margem Bruta	899	972	-7,5%
(Margem Bruta em %)	30,1%	28,7%	1,4 p.p.

(Milhares de Euros)

O volume de vendas decresceu em cerca de 12%, comparativamente ao ano de 2005, em virtude de um conjunto de projectos em carteira no mercado Angolano, terem sofrido atrasos significativos na sua execução. Estas obras serão finalizadas nos primeiros meses de 2007.

Há ainda a destacar a obtenção da representação da FMC Smith para o mercado angolano, que terá um impacto positivo nas vendas e na margem bruta dos próximos semestres.

Monitorização e Controlo

Em 2006 e 2005, os dados deste segmento de negócio foram os seguintes:

Monitorização e Controlo	2006	2005	06 vs 05
Vendas	85	273	-68,8%
Margem Bruta	75	146	-48,7%
(Margem Bruta em %)	87,8%	53,3%	34,4 p.p.

(Milhares de Euros)

O desempenho desta área reflecte o facto de, até 2005, termos o contributo de um grande projecto que não se renovou em 2006.

Águas e Saneamento

Neste segmento, a evolução durante os últimos dois anos dos dados referentes às vendas realizadas e margem bruta são os seguintes:

Águas e Saneamento	2006	2005	06 vs 05
Vendas	465	628	-25,9%
Margem Bruta	175	219	-20,1%
(Margem Bruta em %)	37,7%	34,9%	2,7 p.p.

(Milhares de Euros)

Nesta área de negócio, o Grupo Orey reforçou a equipa comercial com vista ao acompanhamento e desenvolvimento do negócio e de novos projectos. No entanto regista-se um decréscimo das vendas e margem bruta em 25,9% e 20,1%, respectivamente, face ao ano 2005 mas uma melhoria em percentagem da margem bruta.

6.3 ÁREA FINANCEIRA



Na área financeira, o Grupo Orey presta serviços de gestão de carteiras, gestão de fundos de investimento, corretagem on-line e off-line, Corporate Finance e Family Office com subsidiárias em Portugal, no Brasil, na Holanda, na Alemanha e nas Ilhas Caimão. Os seus produtos são distribuídos em Portugal e no Brasil.

No decorrer do ano de 2006 há a destacar a extensão da actividade ao Brasil, com a aquisição de 100% do capital da MCA Economy Consultoria e Investimentos, Ltda, actualmente já designada por Orey Financial Brasil SA. Esta sociedade administra carteiras e valores mobiliários, está domiciliada em São Paulo e é regulada pela Comissão de Valores Mobiliários. Esta aquisição constitui um marco importante na execução da estratégia de internacionalização da área financeira do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005, o total dos activos sob gestão e das comissões líquidas era o seguinte:

Activos sob Gestão	2006	2005	06 vs 05
Portugal	104.637	114.652	-8,7%
Brasil	44.482	25.378	75,3%
Total	149.120	140.031	6,5%
(Milhares de Euros)			
Comissões Líquidas	2006	2005	06 vs 05
Portugal	1.968	2.222	-11,4%
Brasil	637	-	-
Total	2.605	2.222	17,2%
(Milhares de Euros)			

a) Gestão de Carteiras

Activos Sob Gestão	2006	2005	06 vs 05
Portugal *	48.456	47.869	1,2%
Brasil	39.783	21.960	81,2%
Total	88.239	69.829	26,4%
(Milhares de Euros)			

* excluindo acções da Sociedade Comercial Orey Antunes e da Orey Financial SGPS pertencentes a clientes.

Portugal

Neste segmento de negócio, face ao ano de 2005, há a realçar um decréscimo do número de clientes e do volume de activos sob gestão, como se ilustra de seguida:

Gestão de Carteiras	2006	2005	06 vs 05
Activos sob Gestão *	48.456	59.237	-18,2%
Clientes	215	224	-4,0%
(Milhares de Euros)			

* excluindo acções da Sociedade Comercial Orey Antunes e da Orey Financial SGPS pertencentes a clientes.

Em termos de variação anual, verifica-se um decréscimo dos activos sob gestão em consequência da instabilidade vivida nos mercados financeiros durante o segundo trimestre de 2006. Este efeito levou a que muitos investidores reduzissem a sua exposição ao risco através do resgate das carteiras penalizando assim os montantes geridos.

Apesar do esforço comercial feito, através da reestruturação da área comercial e da implementação de novas metodologias de trabalho, não foi possível compensar esta saída de activos até ao final de 2006.

Brasil

Neste segmento de negócio, e relativamente a 31 de Dezembro de 2005, há a realçar um forte crescimento no volume de activos sob gestão:

Gestão de Carteiras	2006	2005	06 vs 05
Activos sob Gestão	39.783	21.960	81,2%
Clientes	133	98	35,7%

(Milhares de Euros)

Este crescimento reflecte a captação de novos clientes resultante de um assinalável esforço comercial e, também, de uma mudança estrutural que tem vindo a ocorrer no Brasil relativamente à política de investimento dos clientes. Com efeito, em virtude do cenário de diminuição das taxas de juro de referência, tem-se assistido a uma maior aposta na diversificação das carteiras de investimentos na procura de rentabilidades mais expressivas.

b) Gestão de Fundos de Investimento

Activos sob Gestão	2006	2005	06 vs 05
Portugal	56.182	55.416	1,4%
Brasil	4.699	3.418	37,5%
Total Gerido	60.881	58.834	3,5%

(Milhares de Euros)

Portugal

No decorrer do ano de 2006 há a destacar a concretização da transformação da sociedade gestora de patrimónios em Portugal em sociedade gestora de fundos de investimento, com a obtenção da licença de actividade da Comissão dos Mercados de Valores Mobiliários (CMVM) em 17 de Fevereiro de 2006. Foi ainda lançado o primeiro fundo de investimento harmonizado gerido pela Orey Gestão de Activos – SGFIM, S.A., o "Orey Acções Europa".

Em 2006, o grupo Orey Financial também lançou o segmento da gestão de fundos de investimento imobiliário. No final do ano estavam constituídos quatro novos fundos de investimento imobiliário, classificados como fundos especiais de investimento de subscrição particular, totalizando um montante sob gestão de 12.650 m.e..

Ao nível dos fundos de investimento geridos pelas subsidiárias da Orey Financial em Portugal, no final de 2006, os dados relativamente aos valores patrimoniais geridos são os seguintes:

Gestão de Fundos de Investimento	2006	2005	06 vs 05
Hedge-Funds	32.538	43.441	-25,1%
Fundos de Futebol	9.102	11.975	-24,0%
OIC's Harmonizados (Portugal)	1.891	-	-
Fundos Imobiliários (Portugal)	12.650	-	-
Total Gerido	56.182	55.416	1,4%

(Milhares de Euros)

A 31 de Dezembro de 2006, verifica-se uma variação negativa nos activos sob gestão dos Fundos de Direitos de Transferência de Jogadores de Futebol (Sporting, Boavista e Porto) devido à realização de resgates por parte de alguns participantes. Por outro lado, houve uma desvalorização das carteiras resultante da performance negativa do Fundo do Sporting.

Brasil

Ao nível dos fundos de investimento geridos pela Orey Financial Brasil, no final do ano de 2006, os dados relativamente aos valores patrimoniais geridos eram os seguintes:

Gestão de Fundos de Investimento	2006	2005	06 vs 05
Fundo Orey Multigestor	3.127	2.030	54,0%
Fundo AlfaPrev MCA	1.572	1.388	13,3%
Total Gerido	4.699	3.418	37,5%

(Milhares de Euros)

Verifica-se um bom desempenho dos fundos geridos pela Orey Financial Brasil com o aumento dos seus activos em quase 38% face a Dezembro de 2005. O crescimento dos fundos de investimento beneficiou também do crescimento verificado ao nível da gestão de carteiras.

c) Corretagem

Em 2006, o Grupo Orey procedeu ao alargamento do conjunto de serviços prestados na área financeira através da incorporação da actividade de corretagem com a aquisição da Cotavvalor – Sociedade Corretora, S.A., hoje denominada Orey Valores – Sociedade Corretora, S.A.

Em 21 de Agosto de 2006, a CMVM autorizou o alargamento dos serviços prestados pela Orey Valores à actividade de execução de ordens para o mercado a prazo e da disponibilização do site de Internet (www.oreyitrade.com).

d) Corporate Finance

Nesta área, a Orey Financial Brasil presta o serviço de administração e renegociação de passivos, bem como o de consultoria financeira a empresas. A margem bruta desta área de negócio é a seguinte:

Corporate Finance	2006	2005	06 vs 05
Gestão de Passivos	214	93	130,3%
Consultoria Financeira	104	37	180,3%
Total	318	130	144,5%

(Milhares de Euros)

Há a destacar, neste período, a procura de novas alternativas de serviços ligados à estruturação, criação e colocação de direitos creditórios (com possível evolução para a criação de fundos de investimento ligados a estes direitos).

7. ACÇÕES PRÓPRIAS

Ao abrigo do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Sociedade detinha, indirectamente, em 31 de Dezembro de 2006, 140.000 acções próprias, no montante total de 407.554 Euros, correspondendo a um valor unitário médio de aquisição de 2,91 Euros.

Estas acções foram adquiridas em Julho de 2006, com um valor nominal de 1 Euro. Durante o período de 2006 não foram alienadas acções próprias.

8. EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DO TÍTULO OREY

O capital social da Sociedade Comercial Orey Antunes S.A. encontra-se presentemente representado por 10.000.000 de acções ordinárias, escriturais e ao portador, com o valor nominal de 1 Euro cada, admitidas à cotação no Mercado de Cotações Oficiais da Euronext Lisboa.

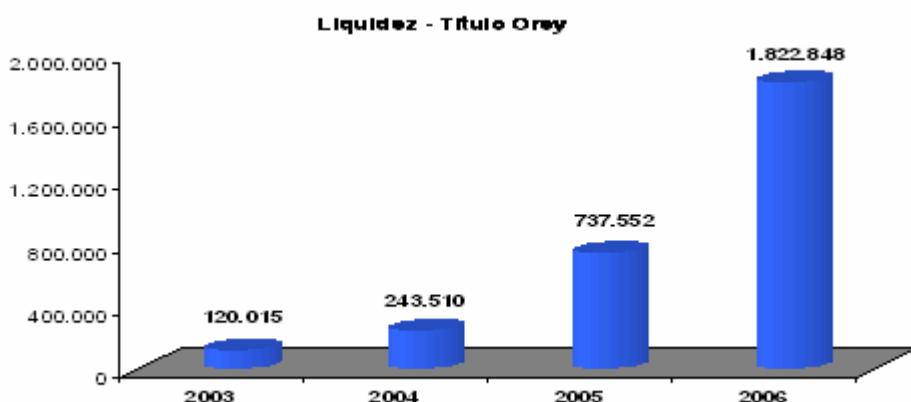
A acção Orey teve uma desvalorização de 18,5% entre 1 de Janeiro de 2005 e 31 de Dezembro de 2006. A acção fechou, no último dia de 2005, a 3.35 eur e fechou, em 31 de Dezembro de 2006, a 2.73 eur.

A evolução durante o ano de 2006 das cotações do título Orey foi a seguinte:



Nota importante: no ano de 2006, a cotação do título Orey sofreu um ajustamento por via da operação conjunta de aumento de capital e de emissão de valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis ocorrida em Julho desse ano. Assim sendo, todos os dados relativos às cotações da acção Orey são apresentados já corrigidos do efeito no preço decorrente das operações referidas.

A evolução da liquidez desde o ano de 2003 até ao final de 2006 foi a seguinte:



A quantidade de títulos Orey transaccionados em bolsa durante o ano 2006 atingiu um montante de 1.822.848, resultando de um aumento de 147,1%, correspondendo a um acréscimo de 1.085.296 de acções.

Em 4 de Janeiro de 2005, a Sociedade assinou com o Caixa - Banco de Investimento, S.A. um contrato de "liquidity provider" sobre as acções da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. O contrato, que entrou em vigor em 6 de Janeiro, teve como objectivo aumentar a liquidez do título cotado na Euronext Lisboa, o que se verificou durante os anos de 2005 e 2006, com o aumento da quantidade transaccionada. Durante parte do ano 2006, a Sociedade manteve um contrato de "liquidity provider" com o Banco Big, facto que deu um impulso significativo na liquidez do título.

9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. encerrou o exercício de 2006 com um resultado líquido positivo, apurado em base consolidada, de 1.362.885 Euros e com um resultado negativo (individual) de 953.591 Euros, o qual se propõe que seja transferido para Resultados Transitados. Considerando que ao resultado individual acresce uma reserva de valorização dos investimentos ao justo valor, as reservas distribuíveis ascendem a 18.012.196 Euros.

Considerando as disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que, daquelas reservas, seja feita a distribuição de 0,07 Euros por acção.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2007

O Conselho de Administração,

PRESIDENTE

Duarte Maia de Albuquerque d'Orey

VOGAIS

Rui Maria de Campos de Albuquerque d'Orey

Francisco Manuel de Lemos dos Santos Bessa

10.ACÇÕES E VALORES MOBILIÁRIOS DETIDOS PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE

(Nos termos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e da alínea b) do n.º 1 do artigo 9º do Regulamento n.º 4/2004 da CMVM)

Acções

Membros do Conselho de Administração	Acções		
	Detidas em 31-12-2005	Adquiridas	Transmitidas
Duarte Maia de Albuquerque d'Orey	0	0	0
Rui Maria Campos Henriques de Albuquerque d'Orey	551	565	0
João Manuel de Albuquerque d'Orey *	15.580	0	0
Luís Miguel Correia Gomes da Costa *	0	0	0
Francisco Manuel Lemos Santos Bessa	110	820	0
	16.241	1.385	0
			17.626

* - Terminou o mandato a 16/03/2006

Duarte Maia de Albuquerque d'Orey: não efectuou qualquer aquisição/alienação em 2006. Detém, indirectamente, 73,79% dos direitos de voto da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., nos termos do Artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários.

Rui Maria Campos Henriques de Albuquerque d'Orey: adquiriu 565 acções em 3 de Julho de 2006.

João Manuel de Albuquerque d'Orey: em 16/03/2006, mantinha 15.580 acções à data de 16/03/2006

Luís Manuel Correia Gomes da Costa: não efectuou qualquer aquisição/alienação em 2006.

Francisco Manuel de Lemos dos Santos Bessa: adquiriu 820 acções em 3 de Julho de 2006.

Fiscal Único e Suplente	Acções		
	Detidas em 31-12-2005	Adquiridas	Transmitidas
Barroso, Dias, Caseirão e Associados (SROC)	0	0	0
Manuel Rui dos Santos Caseirão (ROC)	0	0	0
	0	0	0
			0

Capital Orey 06/09

Membros do Conselho de Administração	Capital Orey - 06/09		
	Detidas em 31-12-2005	Adquiridas	Transmitidas
Duarte Maia de Albuquerque d'Orey	0	0	0
Rui Maria Campos Henriques de Albuquerque d'Orey	0	438	0
Francisco Manuel Lemos Santos Bessa	0	178	0
	0	616	0
			616

Fiscal Único e Suplente	Capital Orey - 06/09		
	Detidas em 31-12-2005	Adquiridas	Transmitidas
Barroso, Dias, Caseirão e Associados (SROC)	0	0	0
Manuel Rui dos Santos Caseirão (ROC)	0	0	0
	0	0	0
			0

Duarte Maia de Albuquerque d'Orey: não efectuou qualquer aquisição/alienação em 2006. Detém, indirectamente, através da Triangulo-Mor, Consultoria Económica e Financeira, S.A., 2.804.721 obrigações Capital Orey 06/09.

Rui Maria Campos Henriques de Albuquerque d'Orey: adquiriu 438 obrigações Capital Orey 06/09 em 5 de Julho 2006.



Francisco Manuel de Lemos dos Santos Bessa: adquiriu 178 obrigações Capital Orey 06/09 em 5 de Julho de 2006.

11. LISTA DE TITULARES COM PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

(Nos termos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais e da alínea d) do n.º 1 do artigo 9º do Regulamento n.º 4/2004 da CMVM)

Em 31 de Dezembro de 2006, os accionistas detentores de participações qualificadas no capital social da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., eram os seguintes:

Accionista	Quantidade	Percentagem do Capital Social	Percentagem dos direitos de voto
Duarte Maia de Albuquerque d'Orey			
Directamente:	0	0,00%	0,00%
Indirectamente:			
- Através da Triangulo-Mor, Consultoria Económica e Financeira, S.A.	7.097.671	70,98%	71,98%
- Através da Orey Gestão de Activos SGFIM, S.A.	280.748	2,81%	2,85%
carteiras de clientes de gestão discricionária			
	7.378.419	73,79%	74,83%
MCFA, SGPS, S.A.	200.000	2,00%	2,03%
Jochen Michalski	300.000	2,69%	3,04%
MRF, SGPS, S.A.	200.000	2,00%	2,03%
António de Arriaga Mardel Correia	201.300	2,01%	2,04%

* As acções da Orey Inversiones Financieras, Slu, passaram a ser detidas pela empresa Triangulo-Mor, Consultoria Económica e Financeira, S.A.

12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

12.1 BALANÇO

SOCIEDADE COMERCIAL OREY ANTUNES, S.A.

Balanço

ACTIVO	Notas	31-12-2006	31-12-2005
ACTIVOS NÃO CORRENTES			
Activos Fixos Tangíveis	3	751.123	4.466.941
Propriedades de Investimento	4	3.838.983	75.600
Goodwill	2, 5	8.009.266	5.603.824
Outros Activos Intangíveis		4.598	12.892
Investimentos Financeiros em Subsidiárias	2	26.114.327	7.716.953
Outros activos financeiros		6.058	6.058
Activos por Impostos Diferidos	6	291.332	82.358
Total dos Activos Não Correntes		39.015.687	17.964.626
ACTIVOS CORRENTES			
Inventários		65.956	45.760
Contas a Receber- Clientes		366.330	262.076
Contas a Receber- Outras	7	8.374.485	5.635.216
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	1.166.527	1.127.432
Total dos Activos Correntes		9.973.298	7.070.484
Activo Total de Unidades Operacionais em Continuidade		48.988.985	25.035.110
Activo Total de Unidades Operacionais Em Descontínuação		0	564.718
TOTAL DO ACTIVO		48.988.985	25.599.828

(Unidade Monetária - Euro)

SOCIEDADE COMERCIAL OREY ANTUNES, S.A.

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	31-12-2006	31-12-2005
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	10	10.000.000	5.000.000
Prémios de Emissão	10	4.830.550	0
Reservas	11	21.427.117	2.813.034
Resultados Transitados		561.690	-435.267
Resultado Líquido do Período		-953.591	1.287.997
Total do Capital Próprio		35.865.766	8.665.764
PASSIVO			
PASSIVOS NÃO CORRENTES			
Provisões	23	28.532	241.281
Empréstimos e Descobertos Bancários	12	3.650.000	4.350.000
Responsabilidades por Benefícios de Reforma	13	793.569	747.937
Passivos por Impostos Diferidos	6	488.451	654.890
Total dos Passivos Não Correntes		4.960.552	5.994.108
PASSIVOS CORRENTES			
Contas a Pagar- Fornecedores		571.115	532.855
Empréstimos e Descobertos Bancários	12	5.711.020	9.157.564
Contas a Pagar- Outras	14	1.770.530	498.821
Passivo por Impostos Correntes		0	46.161
Responsabilidades por Benefícios de Reforma	13	110.002	322.350
Total dos Passivos Correntes		8.162.667	10.557.751
Passivo Total de Unidades Operacionais em Continuidade		13.123.219	16.551.859
Passivo Total de Unidades Operacionais Em Descontínuação		0	382.205
Total do Passivo		13.123.219	16.934.064
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		48.988.985	25.599.828

(Unidade Monetária - Euro)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



12.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

SOCIEDADE COMERCIAL OREY ANTUNES, S.A.

Demonstração dos Resultados por Naturezas	Notas	31-12-2006	31-12-2005
Proveitos Operacionais			
Prestações de Serviços	15	726.351	967.144
Outros Proveitos Operacionais	16	412.360	662.307
Total dos Proveitos Operacionais		1.138.712	1.629.451
Custos Operacionais			
Fornecimentos e Serviços de Terceiros		-1.545.028	-1.505.742
Gastos com o Pessoal		-1.016.546	-1.146.079
Provisões		0	-241.281
Outros Gastos Operacionais		-37.467	-85.823
Total dos Custos Operacionais		-2.599.041	-2.978.926
EBITDA		-1.460.329	-1.349.475
Gastos de Depreciação e de Amortização		-112.681	-159.357
EBIT		-1.573.010	-1.508.832
Resultados Financeiros	17	-478.265	-336.775
Ganhos/Perdas em Empresas Subsidiárias e Associadas		1.058.858	2.824.520
Ganhos/Perdas em Propriedades de Investimento		144.721	134.691
Resultado Antes de Impostos		-847.696	1.113.604
Gastos (Rendimentos) de Impostos	18	132.437	-6.532
Resultado das Unidades Operacionais em Continuidade		-715.259	1.107.072
Resultado das Unidades Operacionais Descontinuadas	9	-238.332	180.925
Resultado Líquido do Período		-953.591	1.287.997
Resultado Líquido do Período por Acção			
Básico		-0,127	0,259
Diluído		-0,102	0,259

(Unidade Monetária - Euro)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

12.3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

Sociedade Comercial Orey Antunes S.A.

Demonstração de Alterações nos Capitais Próprios

31-Dezembro-2006	Notas	Capital Emitido	Prémios de Emissão	Rúbricas não Distribuíveis			Rúbricas Distribuíveis			Total
				Ajustamentos Partes de Capitais em Filiais	Reservas Legais	Reservas Reavaliação	Outras Reservas	Resultado Transitados	Resultado Líquido	
Saldo em 1 de Janeiro de 2006		5.000.000		27.386	417.058	2.368.590		-435.267	1.287.997	8.665.764
Transferência do Resultado de 2005								1.287.997	-1.287.997	0
Aumento de Capital	10	5.000.000								5.000.000
Resultado Líquido do Exercício									-953.591	-953.591
Aumento/dim.no excedente de Activos Fixos	11					172.971				172.971
Prémios de emissão de acções	10		4.830.550							4.830.550
Aumento de reservas por aplicação resultados					64.400			-64.400		0
Gratificações 2005				-27.386				-129.008		-129.008
Valorização das Subsidiárias (IAS 39)						18.404.097	0			18.376.711
Outras correções /Transferências								-97.632		-97.632
Saldo em 31 de Dezembro de 2006		10.000.000	4.830.550	0	481.458	2.541.561	18.404.097	561.690	-953.591	35.865.765

(Unidade Monetária - Euro)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

12.4 DEMONTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRECTO)

SOCIEDADE COMERCIAL OREY ANTUNES, S.A.

Demonstração de Fluxos de Caixa
(Método Directo)

	Notas	31-Dez-06	31-Dez-05
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes		1.418.046	1.719.718
Pagamentos a Fornecedores		-4.486.965	-2.965.716
Pagamentos ao Pessoal		-677.221	-788.239
Fluxos Gerado pelas Operações		-3.746.140	-2.034.237
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento		-356.837	-294.229
Outros Pagamentos relativos à Actividade Operacional		-934.485	-803.977
Fluxos Gerados antes das Rubricas Extraordinárias		-5.037.462	-3.132.443
Recebimentos/Pagamentos Relacionados com Rubricas Extraordinárias		0	-800
Fluxos das Actividades Operacionais (1)		-5.037.462	-3.133.243
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Juros e Proveitos Similares		98.550	12.029
Dividendos		1.088.858	1.457.013
		1.187.408	1.469.042
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Investimentos Financeiros		-2.624.772	0
Empréstimos a Subsidiárias		0	-3.000.000
Activos Fixos Tangíveis		-79.226	-254.762
		-2.703.998	-3.254.762
Fluxos das Actividades de Investimentos (2)		-1.516.590	-1.785.720
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Empréstimos		10.013.571	11.073.709
Aumentos de Capital e prémios de emissão		10.000.000	0
Venda de Acções Próprias		0	257.006
		20.013.571	11.330.715
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Empréstimos		-13.061.057	-4.676.569
Amortizações de Contratos de Locação Financeira		0	-13.204
Juros e Custos Similares		-391.783	-296.873
Dividendos		-61	-437.095
		-13.452.901	-5.423.741
Fluxos de Actividades de Financiamento (3)		6.560.670	5.906.974
Variação de Caixa e seus Equivalentes (1+2+3)		6.618	988.011
Efeito das Diferenças de Câmbio		32.477	879
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	8	1.127.432	138.542
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	8	1.166.527	1.127.432

(Unidade Monetária - Euro)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

12.5 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

(Todos os valores são expressos em euros, salvo expressamente indicado)

Nota introdutória

A Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. ("Sociedade" ou "SCOA") foi fundada em 1886 por Rui d'Orey sob o nome de Rui d'Orey & CIA. e tem por objecto social o comércio de comissões e consignações e qualquer outro ramo de comércio ou indústria que, por deliberação do Conselho de Administração, resolva explorar e lhe não seja vedado por lei.

Actualmente a SCOA é uma holding que maioritariamente gere participações financeiras em outras sociedades que actuam em Portugal e nos PALOP em três actividades diferentes:

- ✓ Navegação (Agentes de Navegação, Transitários, Consignação, Operações Portuárias);
- ✓ Representações técnicas em diferentes áreas (Equipamentos navais e segurança no mar, Petroquímica, Monitorização e controlo e Águas e saneamento);
- ✓ Área Financeira (Gestão de Patrimónios e de Fundos de Investimento).

1. Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia. Devem entender-se como fazendo parte dessas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) quer as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Committee (IASC) e respectivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e Standing Interpretation Committee (SIC), desde que e na versão em que tenham sido publicadas sob a forma de regulamento da Comissão Europeia, no jornal oficial das Comunidades Europeias (tal como previsto no artigo 3º do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho). Estas normas e interpretações serão, de ora em diante, designadas genericamente por "IAS/IFRS".

Unidades Operacionais em Descontinuação

Os activos, passivos e resultados das operações em descontinuação referem-se à empresa subsidiária Orey Viagens e Turismo Lda, que em 31 de Julho de 2005, trespassou o negócio à Star- Viagens e Turismo SA

Salientamos o facto de que Orey Viagens e Turismo Lda já está liquidada desde o dia 28/12/2006.

Rérito e Especialização de Exercícios

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de "Contas a Receber – Outras" e "Contas a Pagar – Outras".

Custo histórico

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, com excepção dos activos incluídos nas rubricas "Propriedades de Investimento", "Terrenos" e "Edifícios e Outras Construções", que se encontram reavaliados de forma a reflectir o seu justo valor.

Utilização de estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afectam as quantias registadas dos activos e passivos, assim como dos proveitos e custos reportados. Todas as estimativas foram efectuadas com base no melhor conhecimento existente dos eventos e transacções em curso.

Goodwill

O goodwill, proveniente da aquisição de participações financeiras, é inicialmente registado pelo seu custo, correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição e o interesse da adquirente no justo valor dos activos e passivos identificáveis da entidade adquirida. Após o reconhecimento inicial, os valores de goodwill são sujeitos a testes de imparidade anuais, sendo os correspondentes valores do activo mensurados pelo custo deduzido de eventuais perdas de imparidades acumuladas. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato em resultados do exercício.

Outros Activos Intangíveis

Os outros activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição e são depreciados pelo método das quotas constantes.

Activos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo modelo do custo, com excepção dos terrenos e edifícios, os quais são registados pelo método da revalorização. Os activos registados pelo modelo do custo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes, de acordo, com a sua vida útil estimada, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para

serem utilizados. A vida útil estimada da generalidade dos activos incluídos nas várias rubricas é a seguinte:

Anos de Vida Útil

Edifícios e Outras Construções	50
Equipamento básico	4
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	3 - 4
Equipamento administrativo	4 - 8

Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendas ou para valorização do capital. Estes activos encontram-se valorizados pelo modelo do justo valor.

Investimentos Financeiros em Subsidiárias

Os investimentos em subsidiárias encontram-se registados de acordo com a IAS 39, sendo classificados na categoria residual de "activos financeiros disponíveis para venda" prevista naquela norma. Assim, aquando da mensuração inicial estes investimentos são registados pelo seu justo valor mais eventuais custos de transacção que sejam imputáveis à aquisição ou constituição do activo financeiro; e, subsequentemente, são mensurados ao justo valor. Consequentemente, os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor destes investimentos são reconhecidos directamente no capital próprio, através da demonstração de alterações no capital próprio, excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais, até que o activo financeiro seja desreconhecido, momento em que o ganho ou perda cumulativo anteriormente reconhecido no capital próprio é reconhecido nos resultados. Os dividendos resultantes destes investimentos são reconhecidos nos resultados quando é estabelecido o direito da sociedade de receber o pagamento.

Na determinação do justo valor dos investimentos em subsidiárias e uma vez que não existem preços cotados num mercado activo, a Sociedade procede à sua determinação através de avaliações efectuadas por peritos independentes, com referência à data de reporte das demonstrações financeiras.

Impostos sobre o Rendimento

A Sociedade encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa normal de 25%, incrementada em 10% pela Derrama, resultando numa taxa de imposto agregada de 27,5%.

A Sociedade é tributada em sede de IRC conjuntamente com a maioria das suas participadas sedeadas em Portugal, por serem detidas há mais de um ano e numa percentagem superior a 90% e por serem tributadas segundo o regime geral do IRC.

(i) Impostos correntes

Os impostos correntes têm por base o lucro ou prejuízo das actividades ordinárias ajustado relativamente aos itens dos resultados que não são dedutíveis ou tributáveis para efeitos fiscais (de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades) e são calculados usando as taxas e leis fiscais que tenham sido decretadas ou substantivamente decretadas à data do balanço.

O valor registado no “Passivo por Impostos Correntes” inclui a totalidade dos impostos correntes das sociedades do grupo incluídas na tributação do grupo de sociedades, opção exercida pela Sociedade como casa-mãe das empresas detidas a mais de 90%, tributadas segundo o regime geral do IRC, localizadas em território nacional e detidas há mais de um ano.

(ii) Impostos diferidos

Desde o exercício de 2002, a Sociedade contabiliza, para além dos impostos correntes, os impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, entre as quantias escrituradas dos activos e passivos e a sua base fiscal (quantia atribuída a esses activos e passivos para efeitos fiscais), bem como os derivados de eventuais prejuízos fiscais reportáveis que a Sociedade tenha fundamentadas expectativas de vir a recuperar, face ao plano de negócios existente.

Conforme previsto no IAS 12 – “Impostos sobre o Rendimento”, são reconhecidos activos e passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis, excepto quando associadas ao goodwill ou quando resultem do reconhecimento inicial de activos e passivos que não sejam concentrações de actividades empresariais e que, no momento da transacção, não afectem o lucro contabilístico nem o lucro tributável (perda fiscal). Os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que existe uma segurança razoável de que serão gerados lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais poderão ser utilizadas as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais reportáveis.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam de aplicar no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas e leis fiscais que tenham sido decretadas ou substantivamente decretadas à data do balanço.

Os gastos (rendimentos) de impostos sobre o rendimento são relevados como resultados do exercício, excepto se o imposto se relacionar com itens que sejam creditados ou debitados directamente em rubricas do capital próprio, no mesmo ou num diferente período, caso em que o imposto é também relevado no capital próprio.

Responsabilidades por Benefícios de Reforma

A Sociedade assumiu o compromisso de conceder aos seus colaboradores admitidos até 1980, prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos, tendo sido constituído para o efeito um fundo de pensões autónomo.

A fim de estimar as suas responsabilidades com os complementos de reforma, a Sociedade obtém, anualmente, estudos actuariais elaborados por uma entidade independente e especializada, de acordo com o método denominado por “Projected Unit Credit” e pressupostos e bases técnicas e actuariais internacionalmente aceites.

Os ganhos e perdas actuariais são registados na demonstração dos resultados do período em que ocorrem.

As responsabilidades por complementos de reforma reconhecidas à data do balanço representam o valor presente das obrigações no âmbito do plano de benefícios definidos, reduzido do justo valor dos activos líquidos do fundo de pensões.

Imparidade

Na generalidade dos activos não correntes de valor significativo é efectuada uma avaliação de imparidade à data do Balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indicie que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. No âmbito destas avaliações de imparidade, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a identificar e determinar a extensão de eventuais perdas de imparidade.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda de imparidade, registada na Demonstração dos Resultados.

Os testes de imparidade são também efectuados para os activos financeiros, neste caso ao longo do ano, por forma a determinar os necessários ajustamentos, nomeadamente em relação aos saldos das "Contas a Receber – Clientes" e "Contas a Receber – Outras", por forma a identificar os ajustamentos de imparidade decorrentes de cobranças duvidosas.

Provisões

Uma provisão é um passivo de tempestividade ou quantia incerta.

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e que seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

2. Investimentos Financeiros em Subsidiárias

Em 31 de Dezembro de 2006, o detalhe das participações da Sociedade (directas ou indirectas) era o seguinte:

NOME	SEDE	CAPITAL SOCIAL	Moeda	PROPORÇÃO DETIDA	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO LÍQUIDO
Orey Serviços e Organização, Lda.	Lisboa	25.000,00	Euro	100,00%	63.013,66	18.625,15
Orey- Gestão Imobiliária Lda	Lisboa	100.000,00	Euro	100,00%	105.493,92	-40.568,00
OA Agencies- Navegação e Trânsitos SA	Lisboa	1.200.000,00	Euro	100,00%	5.876.800,95	2.122.576,35
Orey Comércio e Navegação, Lda.	Lisboa	850.000,00	Euro	100,00%	1.436.669,73	404.594,54
Casa Marítima- Agência de Navegação SA	Lisboa	150.000,00	Euro	100,00%	1.176.892,92	862.940,65
PONP- Navegação e Trânsitos, Lda.	Lisboa	74.819,19	Euro	100,00%	1.026.534,70	929.939,81
Martanque - Ag. Nav. e Logística de Transportes Lda	Lisboa	29.927,87	Euro	100,00%	148.009,17	46.342,08
ShipATN – Agentes de Transportes e Navegação, S.A.	Lisboa	50.000,00	Euro	100,00%	193.776,75	60.645,91
OA Technical Representations- Rep.Nav.Ind. SA	Lisboa	450.000,00	Euro	100,00%	1.446.048,87	498.734,38
Orey Técnica Naval e Industrial, Lda.	Lisboa	350.000,00	Euro	100,00%	1.203.644,10	511.057,33
Sofema - Soc.Ferramentas e Máquinas,Lda.	Lisboa	100.000,00	Euro	100,00%	412.412,52	148.934,09
Azimute- Prestos Marítimos Lda	Lisboa	70.000,00	Euro	100,00%	-43.744,10	-83.374,79
Lalizas Marine- Equipamentos Náuticos Lda	Lisboa	6.000,00	Euro	100,00%	-7.920,24	-12.845,09
OA International BV	Amesterdão- Holanda	18.000,00	Euro	100,00%	1.405.163,51	560.003,90
OA International Antilles NV	Curaçao-Antilhas Holandesas	6.000,00	USD	100,00%	1.382.815,70	754.550,46
Orey Apresto e Gestão de Navios Lda	Funchal	50.000,00	Euro	100,00%	59.830,78	-1.659,50
Orey (Cayman) Ltd.	Cayman Islands	50.000,00	USD	100,00%	798.149,13	725.479,64
Leme International Lda	Cayman Islands	120.000,00	USD	100,00%	-53.582,46	-577.837,34
Casa Marítima International Ltd	Cayman Islands	5.000,00	USD	100,00%	182.930,58	157.940,71
Orey Financial SGPS SA	Lisboa	600.000,00	Euro	100,00%	6.242.850,00	303.781,00
Orey Gestão de Activos SGFIM SA	Lisboa	700.000,00	Euro	100,00%	310.563,00	-174.267,00
Orey Management (Cayman) Ltd	Cayman Islands	1.957.190,00	USD	100,00%	647.498,00	999.234,00
Orey Management BV	Amesterdão- Holanda	50.000,00	Euro	100,00%	5.636.000,00	1.362.644,00
Orey Investments NV	Curaçao-Antilhas Holandesas	5.390.000,00	USD	100,00%	5.414.437,00	1.457.607,00
Football Players Funds Management Ltd	Cayman Islands	6.000,00	Euro	100,00%	321.985,00	279.505,00
TRT Initiatoren GmbH	Munique-Alemanha	40.000,00	Euro	70,00%	-115.237,00	-61.317,00
TRF Transferechtefonds 1 Management GmbH	Munique-Alemanha	25.000,00	Euro	70,00%	23.662,00	-156,00
Orey Valores-Sociedade Correctora S.A.	Lisboa	25.000,00	Euro	100,00%	253.546,00	-52.758,00
MCA Economy	S. Paulo- Brasil	12.000,00	Real	99,99%	69.306,00	-8.668,00
Agemasa- Ag. Marítima de Consignaciones SA	Bilbao- Espanha	248.669,76	Euro	100,00%	3.787.722,64	193.502,12
Inmobiliária Ormer SL	Bilbao- Espanha	234.390,00	Euro	100,00%	946.740,81	35.890,43
Orey Shipping SL	Bilbao- Espanha	3.100,00	Euro	100,00%	-227.704,00	132.321,49
Storkship- Navegação e Logística SA	Lisboa	50.000,00	Euro	100,00%	-198.708,03	-242.486,58
Orey (Angola)- Comércio e Serviços Lda	Luanda-Angola	485.883,53	Kwanza	99,00%	4.255.017,31	976.591,51
Orey (Moçambique)- Comércio e Serviços Lda	Maputo-Moçambique	60.000,00	Meticais	100,00%	2.348.386,29	1.879.997,91
Leme- Agência de Navegação Lda	Maputo-Moçambique	60.000,00	Meticais	99,00%	7.935.335,48	16.856.094,01

(Unidade Monetária - Euro)

Conforme mencionado na Nota 1, os Investimentos Financeiros em Subsidiárias são registados de acordo com a IAS 39 (categoria residual de Activos Financeiros Disponíveis para Venda) e tiveram a seguinte evolução em 2006:

Reconhecimento dos Investimentos Financeiros ao justo valor					
Participadas Directas	Saldo Inicial	Aumento /Diminuição de participação	Outras correções de capitais próprios das subsidiárias	Constituição de Reserva	Saldo Final
Orey Financial, SGPS, Sa	6.641.670	2.624.772	-	8.583.558	17.850.000
OA Agencies- Navegação e Trânsitos SA	4.329.128	-	(59.903)	1.607.576	5.876.801
OA Technical Representations- Rep.Nav.Ind. SA	1.195.718	-	(33.404)	5.437.686	6.600.000
OA International BV	977.907	-	(132.747)	2.827.466	3.672.626
Orey Serviços e Organização, Lda.	44.389	-	-	18.625	63.014
Orey (Angola)- Comércio e Serviços Lda	33.867	-	-	(33.867)	-
Orey- Gestão Imobiliária Lda	84.647	-	-	(23.495)	61.152
Orey (Moçambique)- Comércio e Serviços Lda	13.453	-	-	(13.453)	-
Valor Líquido	13.320.779	2.624.772	(226.054)	18.404.097	34.123.593

(Unidade Monetária - Euro)

Conforme previsto na IAS 39, estes investimentos em subsidiárias encontram-se registados ao justo valor, o qual foi determinado através de avaliações efectuadas por peritos independentes, reportadas a 31 de Dezembro de 2006.

3. Activos Fixos Tangíveis

Durante o ano de 2006, o movimento ocorrido nas rubricas de activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações, foi o seguinte:

							31-12-2006
Activo Bruto	Saldo Inicial	Reavaliações	Aumentos	Transferencias	Abates	Saldo Final	
Terrenos e Recursos Naturais	1.032.085	-	-	(937.542)	-	94.543	
Edifícios e O/ construções	4.532.138	-	166.506	(4.065.314)	-	633.330	
Equipamento Básico	98.577	-	118.750	-	-	217.327	
Equipamento Transporte	70.266	-	-	-	(52.179)	18.087	
Ferramentas e Utensílios	1.727	-	-	-	-	1.727	
Equipam Administrativo	169.992	-	24.750	(319)	-	194.423	
O Imob Corpóreas	8.380	-	8.342	-	-	16.722	
Imobiliz em Curso	230.505	-	13.590	(179.836)	-	64.260	
	6.143.671	-	331.937	(5.183.011)	(52.179)	1.240.419	

Depreciações e Perdas de imparidade acumuladas

Terrenos e Recursos Naturais							
Edifícios e O/ construções	1.498.690		30.653	(1.252.688)		276.656	
Equipamento Básico	58.248		45.231			103.479	
Equipamento Transporte	57.221				(39.134)	18.087	
Ferramentas e Utensílios	1.029		349			1.378	
Equipam Administrativo	61.118		24.325			85.443	
O Imob Corpóreas	425		3.828			4.253	
Imobiliz em Curso							
	1.676.730	-	104.387	(1.252.688)	(39.134)	489.296	
Valor Liquido	4.466.941	-	227.550	(3.930.323)	(13.045)	751.123	
(Unidade Monetária - Euro)							

As imobilizações em curso referem-se a obras nos edifícios da sociedade que não se encontravam terminadas a 31 de Dezembro de 2006.

As transferências, referem-se, essencialmente, à adaptação de parte dos imóveis da Sociedade Comercial Orey Antunes SA à actividade de arrendamento e consequente transferência para a rubrica Propriedades de Investimento.

4. Propriedades de Investimento

Conforme referido na nota 1, as propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendas ou para valorização do capital.

I - Quadro Evolução

					<i>Ano 2006</i>
Saldo Inicial	Aquisições	Dispêndios Subsequentes	Ajust. Justo valor Ganhos e Perdas Líquidos	Transferências	Saldo Final
75.600	0	0	200	3.763.183	3.838.983

(Unidade Monetária - Euro)

As transferências, referem-se, essencialmente, à adaptação de parte dos imóveis da Sociedade Comercial Orey Antunes SA à actividade de arrendamento e consequente transferência da rubrica Activos Fixos Tangíveis.

II – Quantias reconhecidas nos resultados

	2006	2005
Rendimentos de rendas	144.721	135.366
(Unidade Monetária - Euro)		

5. Goodwill

O *goodwill* evidenciado no Balanço em 31 de Dezembro de 2006, no valor 8.009.266 Euros, refere-se, exclusivamente à aquisição dos 100% da participação na Orey Financial, SGPS, S.A., ocorrida em 2004 e 2006. Em 2004 foi adquirido 86,53%, tendo sido reconhecido como *goodwill*, nesse ano, o valor de 5.603.824 Euros. Em 2006, foram adquiridas as restantes acções da sociedade, tendo sido reconhecido como *goodwill* o valor de 2.405.442 Euros.

Conforme referido na nota 1, o *goodwill* resultante da concentração de actividades é registado como activo e não é sujeito a amortização. Sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor e, pelo menos, no final de cada exercício, os valores de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Durante o exercício não ocorreram quaisquer perdas de imparidade.

Os pressupostos de avaliação foram os seguintes:

OREY FINANCIAL

Projecções Efectuadas	2006	2007	2008	2009
Variação Activos Sob Gestão	13,9%	96,0%	46,4%	36,6%
Variação Comissões Líquidas	12,3%	44,5%	54,5%	41,8%
Variação Encargos de Estrutura	33%	25%	5%	4%
Variação das Necessidades de Fundo Maneio	168,3%	39,3%	39,3%	17,6%
Investimento	2.000.000	114.000		
Desinvestimento	172.575			
Distribuição de Dividendos	328.858	29.856	115.828	463.784
WACC	12,9%			
Taxa de crescimento dos fluxos futuros**	3%, 4% e 5%			
Anos de Valor Residual	10 anos			

** Foram adoptadas 3 taxas (análise de sensibilidade) o que permitiu apurar um intervalo de valor mínimo e máximo.

(Unidade Monetária – Euro)

6. Activos e Passivos por Impostos Diferidos

Durante o ano de 2006, os movimentos nas rubricas de Activos e Passivos por Impostos Diferidos foram os seguintes:

Activos por Impostos Diferidos	Saldo em 31/12/2005	Constituição	Reversão	Saldo em 31/12/2006
Benefícios de Reforma	82.358	237.317	(71.193)	248.482
Encargos com o aumento de Capital	-	42.850		42.850
Total	82.358	280.167	(71.193)	291.332

Passivos por Impostos Diferidos	Saldo em 31/12/2005	Constituição	Reversão	Saldo em 31/12/2006
Reavaliações	654.890	-	(166.439)	488.451
Total	654.890	-	(166.439)	488.451

(Unidade Monetária - Euro)

7. Contas a Receber - Outras

Em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

Contas a Receber - Outras	31-Dez-06	31-Dez-05
Estado e Outros Entes Públicos		
- IVA	323.815	177.351
- IRC	273.155	-
Empréstimos a Subsidiárias	7.544.349	5.235.052
Outros Devedores	48.230	53.469
Acréscimos de Proveitos	11.882	36.764
Custos Diferidos	173.054	132.580
Total	8.374.485	5.635.216
(Unidade Monetária - Euro)		

A rubrica de Empréstimos a Empresas do Grupo tem a seguinte composição:

Empresas do Grupo	31-Dez-06	31-Dez-05
OA International BV	2.866.594	3.003.100
OA Agencies- Navegação e Trânsitos, SA	1.025	933.146
OA Technical Representations- Rep. Nav. Ind. SA	645.200	448.606
Orey Gestão Imobiliária Lda	1.428.206	403.578
Orey Financial, SGPS, SA	1.615.000	156.000
Orey Serviços e Organização Lda	652.810	194.841
Orey Shipping S.L.	334.558	84.558
Outras	955	11.223
Total	7.544.349	5.235.052
(Unidade Monetária - Euro)		

8. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

Caixa e Equivalentes de Caixa	31-Dez-06	31-Dez-05
Caixa	5.827	540
Depósitos à Ordem	160.700	126.892
Depósitos a Prazo	1.000.000	1.000.000
Total	1.166.527	1.127.432
(Unidade Monetária - Euro)		

9. Unidades Operacionais em Descontinuação

Os activos, passivos e resultados de unidades operacionais em descontinuação, referem-se à empresa subsidiária Orey Viagens e Turismo Lda., que trespassou o negócio em 31 de Julho de 2005, à Star - Viagens e Turismo S.A., por 500.000 Euros.

Salientamos o facto de que Orey Viagens e Turismo Lda já está liquidada desde o dia 28/12/2006.

Os activos e passivos referentes a esta unidade operacional discriminam-se da seguinte forma:

Activos	31-Dez-06	31-Dez-05
Clientes	-	5.576
Empréstimos	-	250.000
Investimentos financeiros	-	283.076
Investimentos financeiros	-	26.066
Total	-	564.718
Passivos	31-Dez-06	31-Dez-05
Fornecedores	-	2.205
Empresas do Grupo	-	380.000
Total	-	382.205

(Unidade Monetária - Euro)

10. Capital e Prémios de Emissão

Concretização no início de Julho de uma operação de reforço de capitais, envolvendo duas operações distintas: (i) uma operação pública de subscrição de 10 milhões de euros através da emissão de 5 milhões de novas acções com valor nominal de 1 euro e um prémio de emissão de 1 euro e (ii) uma emissão de 9,975 milhões de euros de valores mobiliários obrigatoriamente permutáveis em acções Orey, organizada pelo Banco Espírito Santo de Investimento, SA.

Os encargos com a emissão (deduzidos dos respectivos impostos diferidos) ascenderam a 169.450 Euros.

A emissão dos valores mobiliários obrigatoriamente permutáveis em acções Orey, foi reservada aos accionistas da sociedade, com a emissão de 3.750.000 títulos, ao valor nominal de 2 Euros, com um preço de subscrição de 2,66 Euros, que perfaz o montante total de 9,975 milhões de euros, vencendo-se em 30 de Junho de 2009.

11. Reservas

Em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

Conforme referido nas notas 1 e 2, as Reserva de Valorização dos Investimentos Financeiros ao justo valor, refere-se à valorização dos investimentos em subsidiárias ao justo valor, o que foi determinado através de avaliações efectuadas por peritos independentes. Os terrenos e edifícios e outras construções e as propriedades de investimento encontram-se registados pelo justo valor, o qual foi apurado através de avaliações efectuadas por peritos avaliadores com referência a 31 de Dezembro de 2006.

Reservas	31-Dez-06	31-Dez-05
Ajustamentos de Conversão Cambial	-	27.386
Reservas de Reavaliação	2.541.561	2.368.590
Reservas		
-Reservas Legais	481.458	417.058
-Reserva de Valorização dos Inv Financ ao justo valor	18.404.097	-
Total	21.427.117	2.813.034

(Unidade Monetária - Euro)

12. Empréstimos e Descobertos Bancários

Em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

Empréstimos e Descobertos Bancários		
	31-Dez-06	31-Dez-05
Passivo Não Corrente		
- Banco Espírito Santo	3.150.000	3.600.000
- Caixa Geral de Depósitos	500.000	750.000
Total	3.650.000	4.350.000
Passivo Corrente	31-Dez-06	31-Dez-05
- Fortis Bank	521.427	2.000.594
- Banco Espírito Santo	2.835.456	2.000.000
- Caixa Geral de Depósitos	250.000	250.000
- Banco Totta & Açores	514.867	2.000.000
- Banco Comercial Português	1.589.081	1.906.970
- Banco Bilbao Viscaya Argentaria	-	1.000.000
- Outros	189	-
Total	5.711.020	9.157.564

(Unidade Monetária - Euro)

As condições de financiamento são as seguintes:

Banco	Forma	Valor total Aprovado	Montante em Dívida	Taxa de Juro
BES	Médio/Longo Prazo	4.500.000	4.050.000	Euribor 3M + Spread de 1,0%
BES	Descoberto Autorizado	2.500.000	1.935.456	Euribor 3M + Spread de 1,5%
BES	Conta Corrente Caucianada	2.000.000	0	Euribor 3M + Spread de 1,0%
CGD	Médio/Longo Prazo	1.000.000	750.000	Euribor 3M + Spread de 1,0%
CGD	Curto Prazo	1.000.000	0	Euribor 3M + Spread de 0,625%
Fortis Bank	Descoberto Autorizado	2.000.000	521.427	Euribor 1M + Spread de 0,9%
BTA	Conta Corrente Caucionada	2.000.000	514.867	Euribor 3M + Spread de 0,75%
BCP	Descoberto Autorizado	2.000.000	1.589.081	Euribor 3M + Spread de 1,5%

13. Responsabilidades por Benefícios de Reforma

Conforme referido na nota 1, a sociedade tem um plano de benefícios definidos de reforma, atribuível aos trabalhadores admitidos até 1980, que cobre a diferença entre 80% do último salário como trabalhador activo e o valor pago pela Segurança Social a título de reforma. Este plano é de benefícios definidos, com fundo constituído e gerido por uma entidade terceira.

A fim de estimar as suas responsabilidades com os complementos de reforma, a Sociedade obtém, anualmente, estudos actuariais elaborados por uma entidade independente e especializada, de acordo com o método denominado por "Projected Unit Credit" e pressupostos e bases técnicas e actuariais internacionalmente aceites, os quais, para o estudo reportado a 31 de Dezembro de 2006, são como segue nos quadros seguintes:

	Evolução das Responsabilidades Líquidas	2006		
		Reformados	Activos	Total
Saldo Inicial		322.350	747.937	1.070.287
Benefícios e prémios pagos				
- Contribuições para o fundo	(258.885)	-	(258.885)	
- Benefícios pagos	(107.216)	-	(107.216)	
Custo serviços correntes	-	28.855	28.855	
Cortes/liquidações	-	-	-	
Custo dos juros	35.771	38.473	74.244	
Retorno real dos activos	(32.103)	-	(32.103)	
Ganhos e perdas actuariais	150.085	(21.696)	128.389	
Total	110.002	793.569	903.571	

(Unidade Monetária - Euro)

Contribuições para o fundo	2006	2005
Saldo Inicial	605.252	637.395
Contribuições para o fundo	258.885	-
Benefícios e prémios pagos pelo fundo	(64.942)	(81.507)
Rendimento dos activos do fundo	32.103	49.364
Total	831.298	605.252

(Unidade Monetária - Euro)

Diferencial entre responsabilidade e o valor dos activos do fundo	2006	2005
Valor das responsabilidades	1.734.869	1.675.539
Valor do fundo	831.298	605.252
Déficit	903.571	1.070.287

(Unidade Monetária - Euro)

Descrição dos custos	2006		
	Reformados	Activos	Total
Custo serviços correntes	-	28.855	28.855
Custo dos juros	35.771	38.473	74.244
Perdas actuariais	42.869	(21.696)	21.173
Rendimento dos activos do fundo	(32.103)	-	(32.103)
Total	46.537	45.632	92.169

(Unidade Monetária - Euro)

Pressupostos e bases técnicas actuariais	2006	2005
Pressupostos financeiros		
Taxa técnica actuarial	4,5%	4,5%
Taxa anual do rendimento do fundo	5,0%	5,0%
Taxa anual do crescimento salarial	3,0%	3,0%
Taxa anual do crescimento das pensões	0,0%	0,0%
Pressupostos demográficos		
Idade normal de reforma	65 anos	65 anos
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de invalidez	SR	SR

14. Contas a Pagar - Outras

Em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

Contas a Pagar - Outras	31-Dec-06	31-Dec-05
Impostos	42.222	71.933
Accionistas	18.676	18.737
Empresas do Grupo	975.000	-
Outros credores	507.422	143.058
Acréscimo de Custos	163.994	245.806
Proveitos Diferidos	63.216	19.287
Total	1.770.530	498.821

(Unidade Monetária - Euro)

A rubrica Empresas do Grupo refere-se a um empréstimo da OA Agencies, e na rubrica de outros credores inclui-se os pagamentos por conta de IRC no valor de 221.637 Euros, devido à tributação em IRC pelo Grupo de sociedades, em que a responsabilidade pelos pagamentos por conta e especial por conta é da Casa-Mãe, e é registado nesta conta os pagamentos das empresas do grupo à Casa-Mãe, por conta daqueles pagamentos

15. Prestações de Serviços

Em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

Prestações de Serviços	31-Dec-06	31-Dec-05
Serviços de administração e gerência	636.400	895.500
Diversos	89.951	71.644
Total	726.351	967.144

(Unidade Monetária - Euro)

16. Outros Proveitos Operacionais

Em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

Outros Proveitos Operacionais	31-Dec-06	31-Dec-05
Prestações suplementares	136.336	181.950
Reversão de Amortizações e Ajustamentos	-	61.712
Ganhos em Imobilizações	19.274	96.176
Redução de Provisões	241.281	68.482
Outros	15.469	253.987
Total	412.360	662.307

(Unidade Monetária - Euro)

(Ver nota 23 sobre a redução de provisões)

17. Resultados Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

Resultados Financeiros	31-Dec-06	31-Dec-05
Outros Rendimentos e Ganhos Financeiros		
- Juros Obtidos	147.276	60.425
- Diferenças de Câmbio Favoráveis	33.237	5.765
Total	180.513	66.190
Outros Gastos e Perdas Financeiros		
- Juros Suportados	(420.182)	(354.741)
- Serviços Bancários	(135.685)	(45.724)
- Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	(102.911)	(2.500)
Total	(658.778)	(402.965)
Outros Resultados Financeiros	(478.265)	(336.775)

(Unidade Monetária - Euro)

18. Gastos (Rendimentos) de Impostos

O saldo apurado de Gastos (Rendimentos) de Impostos é decomposto do seguinte modo:

Gastos (rendimentos de impostos)	31-Dec-06	31-Dec-05
Imposto Corrente	13.000	12.477
Impostos Diferidos		
- Origem e reversão de diferenças temporárias	(145.437)	(5.945)
Total	(132.437)	6.532

(Unidade Monetária - Euro)

19. Dividendos

Durante o ano de 2006, a Sociedade Comercial Orey Antunes S.A. não efectuou qualquer pagamento de dividendos aos accionistas, referentes ao ano de 2005.

20. Aquisições de Subsidiárias

Conforme nota 2, foram adquiridas as empresas Martanque para o sector da navegação e a empresa MCA Economy no Brasil para o sector Financeiro.

21. Activos e Passivos Contingentes

Em 31 de Dezembro de 2006, os compromissos financeiros que não figuram no balanço são os seguintes:

Garantias prestadas a favor do Estado	286 285 EUR
Garantias prestadas a favor de empresas do Grupo	1 919 876 EUR
Garantias prestadas a favor de empresas do Grupo	10 milhões MZM

22. Eventos Subsequentes

Em Janeiro de 2007, a participada Inmobiliaria Ormer S.L., vendeu o seu edifício que estava registado em propriedade de investimento por 1.950.000 Eur + Iva, o que se traduziu numa mais valia de 580.173 Eur.

Em Fevereiro de 2007, a participada Orey Financial, SGPS, S.A., adquiriu 3% da SGF-Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., por 114.000 Eur, estando a aguardar da parte dos accionistas daquela sociedade resposta sobre o seu direito de preferência.

23. Provisões

Ano 2006	Saldo em 31/12/05	Reforço	Utilizações	Saldo em 31/12/06
Provisões	241.281	28.532	(241.281)	28.532 <i>(Unidade Monetária - Euro)</i>

O saldo inicial da conta de provisões, estava relacionado com capitais próprios negativos de empresas subsidiárias. Como foi alterada essa situação, a provisão de 2005 foi anulada em 2006 (conforme nota 16). No que se refere à constituição, em 2006, a provisão foi constituída na empresa Orey Viagens e Turismo Lda, que foi liquidada em 28/12/2006, tendo os seus activos e passivos sido integrados na casa-mãe, para provisionar passivos e impostos contingentes

24. Fornecimento e Serviços Externos

Em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	FSE	31-Dez-06	31-Dez-05
Electricidade	26.977	27.656	
Combustíveis	13.797	17.704	
Livros e Doc. Técnica	5.778	2.664	
Material Escritório	5.367	10.306	
Artigos para Oferta	3.410	8.169	
Rendas e Alugueres	117.011	88.747	
Despesas de Representação	36.152	52.767	
Comunicação	46.160	28.759	
Seguros	112.053	60.428	
Deslocações e Estadias	65.711	85.828	
Honorários	19.734	18.123	
Conservação e Reparação	21.943	16.644	
Limpeza e Higiene	9.220	9.541	
Vigilância e Segurança	23.632	23.500	
Trabalhos Especializados	994.213	983.759	
Outros	43.870	71.147	
Total	1.545.028	1.505.742	
<i>(Unidade Monetária - Euro)</i>			

A rubrica de trabalhos especializados, refere-se principalmente, a débitos efectuados pelas empresas do grupo à casa-mãe, por serviços prestados, nomeadamente, Serviços de Informática no valor de 483.918 Euros, Centro de Serviços Partilhados no valor de 97.130 Euros e Processamento de Vencimentos no valor de 25.154 Euros.

25. Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

Pessoal	31-Dez-06	31-Dez-05
Remunerações dos Orgãos Sociais	568.799	570.408
Remunerações do Pessoal	190.432	274.378
Prémios para Pensões	117.725	154.951
Encargos s/Remuneração	106.122	118.042
Seguros Ac. Trabalho	28.042	25.297
Outros	5.426	3.005
Total	1.016.546	1.146.081
<i>(Unidade Monetária - Euro)</i>		

12.6 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, da Sociedade Comercial Orey Antunes, SA (adiante também designada por Empresa), as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 48 988 985 euros e um total de capital próprio de 35 865 766 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 953 591 euros); a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos capitais próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data; e as correspondentes Notas anexas às demonstrações financeiras.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa; (ii) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
- (v) a apreciação sobre se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Sociedade Comercial Orey Antunes, SA**, em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 12 de Março de 2007

José Martinho Soares Barroso, em representação de
Barroso, Dias, Caseirão & Associados – SROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2006 a actividade da Sociedade Comercial Orey Antunes, SA (adiante também designada por Empresa), examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados. O Relatório Anual da BDC sobre a fiscalização efectuada, nos termos da lei, é parte integrante do presente relatório.

O Balanço em 31 de Dezembro de 2006, a Demonstração dos resultados por naturezas, Demonstração das alterações nos capitais próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data e as correspondentes Notas anexas às demonstrações financeiras bem como o Relatório de gestão, que examinámos, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, permitem uma adequada compreensão da situação financeira, do resultado das suas operações e os fluxos de caixa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

Parecer

Assim, propomos:

1º Que sejam aprovados o Relatório de gestão, o Balanço em 31 de Dezembro de 2006, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos capitais próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data e as correspondentes Notas anexas às demonstrações financeiras, da Sociedade Comercial Orey Antunes, SA, apresentados pelo Conselho de Administração.

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão.

Lisboa, 12 de Março de 2007

O FISCAL ÚNICO

José Martinho Soares Barroso, em representação de
Barroso, Dias, Caseirão & Associados – SROC



13. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

13.1 BALANÇO CONSOLIDADO

SOCIEDADE COMERCIAL OREY ANTUNES, S.A.

Balanço Consolidado

ACTIVO	Notas	31-Dez-06	31-Dez-05
ACTIVOS NÃO CORRENTES			
Activos Fixos Tangíveis	5	9.106.835	11.346.289
Propriedades de Investimento	6	3.960.119	1.482.209
Goodwill	7	15.436.889	11.294.215
Outros Activos Intangíveis	8	1.062.970	1.053.260
Investimentos Financeiros em Associadas		13.532	932
Outros Activos Financeiros		47.790	45.977
Activos por Impostos Diferidos	9	659.088	138.786
Total dos Activos Não Correntes		30.287.223	25.361.668
ACTIVOS CORRENTES			
Inventários	10	1.499.651	817.967
Contas a Receber- Clientes	11	21.080.866	19.035.925
Contas a Receber- Outras	12	3.827.814	7.295.470
Caixa e Equivalentes de Caixa	13	10.340.823	12.976.917
Total dos Activos Correntes		36.749.154	40.126.279
Activo Total de Unidades Operacionais em Continuidade		67.036.377	65.487.947
Activo Total de Unidades Operacionais em Descontínuação		0	404.349
TOTAL DO ACTIVO		67.036.377	65.892.296

(Unidade Monetária - Euro)

SOCIEDADE COMERCIAL OREY ANTUNES, S.A.

CAPITAL PROPRIO E PASSIVO	Notas	31-Dez-06	31-Dez-05
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	15	10.000.000	5.000.000
Acções Próprias		-407.554	0
Prémios de Emissão	15	4.830.550	0
Reservas	16	3.952.174	3.586.711
Resultados Transitados		63.117	-720.956
Resultado Líquido do Período		1.362.885	1.290.085
Capital Próprio Atribuível ao Grupo		19.801.172	9.155.840
Interesses Minoritários		-27.050	188.669
Total do Capital Próprio		19.774.122	9.344.509
PASSIVO			
PASSIVOS NÃO CORRENTES			
Provisões		449.200	402.224
Empréstimos e Descobertos Bancários	17	7.970.625	10.529.412
Responsabilidades por Benefícios de Reforma	18	793.569	747.937
Contas a Pagar- Outras	20	61.336	413.262
Passivos por Impostos Diferidos	9	1.089.513	863.079
Passivos por Locação Financeira		470.725	522.724
Total dos Passivos Não Correntes		10.834.968	13.478.637
PASSIVOS CORRENTES			
Contas a Pagar- Fornecedores		12.215.908	10.287.659
Empréstimos e Descobertos Bancários	17	8.497.068	11.297.207
Contas a Pagar- Outras	21	15.550.401	20.760.069
Passivo por Impostos Correntes	22	0	122.861
Passivos por Locação Financeira	19	53.908	53.797
Responsabilidades por Benefícios de Reforma	18	110.002	322.350
Total dos Passivos Correntes		36.427.287	42.843.941
Passivo Total de Unidades Operacionais em Continuidade		47.262.255	56.322.578
Passivo Total de Unidades Operacionais em Descontínuação		0	225.209
Total do Passivo		47.262.255	56.547.787
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		67.036.377	65.892.296

(Unidade Monetária - Euro)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



13.2 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas	Notas	31-12-2006	31-12-2005
Proveitos Operacionais			
Vendas		4.922.776	5.795.197
Prestações de Serviços		58.879.399	60.750.680
Outros Proveitos Operacionais		3.527.400	1.218.547
Total dos Proveitos Operacionais		67.329.575	67.764.424
Custos Operacionais			
Custo das Vendas		-3.472.105	-4.119.351
Fornecimentos e Serviços de Terceiros		-47.184.451	-48.947.146
Custos com o Pessoal		-10.832.867	-10.357.489
Provisões		-64.711	-103.794
Ajustamentos		-347.875	-263.209
Outros Custos Operacionais		-1.245.120	-609.694
Total dos Custos Operacionais		-63.147.129	-64.400.683
EBITDA		4.182.445	3.363.741
Amortizações		-1.493.747	-1.332.656
EBIT		2.688.698	2.031.085
Resultados Financeiros		-1.052.248	-645.422
Ganhos/Perdas em Empresas Associadas		-56.078	0
Ganhos/Perdas em Propriedades de Investimento		104.741	117.941
Resultado Antes de Impostos		1.685.113	1.503.603
Gastos (Rendimentos) de Impostos		-96.543	-387.155
Resultado das Unidades Operacionais em Continuidade		1.588.570	1.116.448
Resultado das Unidades Operacionais em Descontinuação		-238.332	180.925
Resultado Consolidado		1.350.238	1.297.373
Atribuível a:			
Accionistas da Empresa Mãe		1.362.885	1.290.086
Interesses Minoritários		-12.647	7.287
Resultado Líquido do Período por Acção			
Básico	29	0,182	0,259
Diluído	29	0,145	0,259

(Unidade Monetária - Euro)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

13.3 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

Sociedade Comercial Orey Antunes S.A.

Demonstração Consolidada de Alterações nos Capitais Próprios

31-Dezembro-2006	Notas	Capital Emitido	Rúbricas Não Distribuíveis					Rúbricas Distribuíveis						
			Acções Próprias Valores Nominais	Acções Próprias Descontos e Prémios	Prémios de Emissão	Ajustamento Conversão Cambial	Reservas Legais	Reservas Reavaliação	Reservas Livres	Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total	Interesses Minoritários	
Saldo em 1 de Janeiro de 2006		5.000.000			22.045	830.727	2.733.938	0	-720.955	1.290.085	9.155.840	188.669	9.344.509	
Aumento de capital		5.000.000			4.830.550					1.290.085	9.830.550		9.830.550	
Transferência do Resultado de 2005										-1.290.085	0		0	
Resultado Líquido do Ano										1.362.885	1.362.885	-12.647	1.350.238	
Aument/dim no exced de valoriz activos fixos											106.360		106.360	
Aumentos de reservas por aplicaç resultados											0		0	
Alteração do perímetro	19										0	-187.649	-187.649	
Gratificações 2005											-226.883		-226.883	
Ajustamento Cambial											-22.045		-22.045	
Aquisição de Acções Próprias											-407.554		-407.554	
Outras Correcções/Transferências											2.019	2.019	-15.423	
Saldo em 31 de Dezembro de 2006		10.000.000	-140.000	-267.554	4.830.550	0	1.106.909	2.840.298	4.967	63.117	1.362.885	19.801.172	-27.050	19.774.122

(Unidade Monetária - Euro)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

13.4 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRECTO)

SOCIEDADE COMERCIAL OREY ANTUNES, S.A.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
(Método Directo)

	Notas	31-Dez-06	31-Dez-05
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes		63.391.244	63.792.071
Pagamentos a Fornecedores		-49.902.384	-49.925.145
Pagamentos ao Pessoal		-7.974.028	-7.664.542
Fluxos Gerado pelas Operações		5.514.831	6.202.384
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento		-464.578	-324.653
Outros Pagamentos relativos à Actividade Operacional		-8.978.258	-3.354.297
Fluxos Gerados antes das Rubricas Extraordinárias		-3.928.005	2.523.434
Recebimentos/Pagamentos Relacionados com Rubricas Extraordinárias		0	0
Fluxos das Actividades Operacionais (1)		-3.928.005	2.523.434
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Alienação de Subsidiárias		850.000	90.310
Outros Activos Financeiros		0	500.000
Activos Fixos Tangíveis		243.920	11.680
Juros e Proveitos Similares		158.937	91.053
Dividendos		0	0
		1.252.857	693.043
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Aquisição de Subsidiárias		-3.652.372	-8.366.226
Activos Fixos Tangíveis		-1.643.150	-1.613.398
Activos Fixos Intangíveis		0	-916.682
		-5.295.522	-10.896.306
Fluxos das Actividades de Investimentos (2)		-4.042.665	-10.203.263
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Empréstimos		12.583.370	16.826.525
Venda de Acções Próprias		0	257.006
Aumentos de Capital e prémios de emissão		10.000.000	0
		22.583.370	17.083.531
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Empréstimos		-16.055.380	-2.560.116
Amortizações de Contratos de Locação Financeira		-74.839	-171.360
Juros e Custos Similares		-1.096.916	-454.764
Dividendos		-61	-464.923
		-17.227.196	-3.651.163
Fluxos de Actividades de Financiamento (3)		5.356.174	13.432.368
Variação de Caixa e seus Equivalentes (1+2+3)		-2.614.496	5.752.539
Efeito das Diferenças de Câmbio		-21.598	260.593
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	13	12.976.917	6.963.785
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	13	10.340.823	12.976.917

(Unidade Monetária - Euro)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

13.5 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Todos os valores são expressos em euros, salvo expressamente indicado)

Nota Introdutória

A Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. ("Sociedade" ou "SCOA") foi fundada em 1886 por Rui d'Orey sob o nome de Rui d'Orey & Cia. e tem por objecto social o comércio de comissões e consignações e qualquer outro ramo de comércio ou indústria que, por deliberação do Conselho de Administração, resolva explorar e lhe não seja vedado por lei.

Actualmente a SCOA é a holding de um Grupo de sociedades que actuam em Portugal, Espanha e nos PALOP's em três actividades diferentes:

- ✓ Navegação (Agentes de Navegação, Transitários, Consignação, Operações Portuárias);
- ✓ Representações técnicas em diferentes áreas (Equipamentos navais e segurança no mar, Petroquímica, Monitorização e controlo e Águas e saneamento);
- ✓ Área Financeira (Gestão de Patrimónios e de Fundos de Investimento).

1. Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia (IAS/IFRS). Devem entender-se como fazendo parte dessas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) quer as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Committee (IASC) e respectivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e Standing Interpretation Committee (SIC), desde que e na versão em que tenham sido publicadas sob a forma de regulamento da Comissão Europeia, no jornal oficial das Comunidades Europeias (tal como previsto no artigo 3º do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho). Estas normas e interpretações serão, de ora em diante, designadas genericamente por "IAS/IFRS".

A nova norma IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros - Divulgação de Informações", bem como as alterações introduzidas à IAS 1 - "Apresentação de Demonstrações Financeiras", são de aplicação obrigatória aos exercícios com início em ou após 1 de Janeiro de 2007. Tratando-se de matérias de reduzido impacto nas Demonstrações Financeiras do Grupo e que apenas afectariam as divulgações efectuadas, o Grupo optou por não antecipar a sua aplicação.

De igual modo, foram emitidas pelo IFRIC um conjunto de interpretações às normas actuais, com entrada em vigor para exercícios económicos com início em ou após 1 de Março de 2006 (nomeadamente a IFRIC 7 - Aplicação da abordagem da reexpressão prevista na IAS 29 - Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias, a IFRIC 8 - Âmbito da IFRS 2, a IFRIC 9 - Reavaliação dos derivados embutidos, a IFRIC 10 - Relato financeiro intercalar e imparidade e a IFRIC 11 - "Group and Treasury Share Transactions") que não têm um impacto relevante e na maioria dos casos não são aplicáveis às actividades desenvolvidas pelo Grupo, pelo que se optou por não antecipar a sua aplicação.

Bases da Consolidação

a) Empresas do Grupo

As subsidiárias ou filiais são as empresas controladas, directa ou indirectamente pela SCOA. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém, directa ou indirectamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral ou tem o poder de determinar as suas políticas operacionais e financeiras. As subsidiárias são consolidadas desde a data em que o Grupo passou a deter o seu controlo.

Nas concentrações empresariais, os activos e passivos de cada filial (incluindo os passivos contingentes) são identificados ao seu justo valor na data de aquisição, conforme estabelecido no IFRS 3 – “Concentrações de Actividades Empresariais”. Qualquer excesso (défice) do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido, respectivamente, como diferença de consolidação positiva (goodwill) e no caso de défice, após reanálise do processo de valorização do justo valor e caso este se mantenha, na demonstração de resultados do exercício. Para a mensuração do custo com a concentração de actividades empresariais são também levados em linha de conta quaisquer ajustamentos decorrentes de acordos (ou opções de compra) que possam estar dependentes de futuros acontecimentos, desde que sejam prováveis e desde que possam ser mensurados com fiabilidade.

Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício são incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas usando o método da compra. Na data de aquisição os activos e passivos são mensurados ao justo valor. Os interesses minoritários são registados tendo em conta o valor contabilístico dos capitais próprios.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda de relato na data em que ocorrem. Os activos e passivos financeiros são transpostos para a moeda de relato ao câmbio da data do balanço.

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

b) Empresas controladas conjuntamente

Os interesses financeiros em empresas controladas conjuntamente (caso único aplicável à Bilbao Atlantic Fruit T. (AIE) – detida em 50%) foram consolidados nas demonstrações financeiras pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo foi partilhado. De acordo com este método, os activos, passivos, proveitos e gastos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

c) Associadas

Foram consideradas associadas todas as entidades sobre as quais o Grupo tenha influência significativa e que não sejam subsidiárias nem interesses em empreendimentos conjuntos. Influência significativa foi considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das investidas mas que não constitui controlo nem controlo

conjunto sobre essas políticas. Presumiu-se a existência de influência significativa quando o Grupo detém, directa ou indirectamente, 20 % ou mais do poder de voto da investida.

As associadas foram contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, pelo qual os investimentos em associadas são inicialmente reconhecidos pelo custo e as quantias escrituradas são aumentadas ou diminuídas para reconhecer as partes do Grupo nos resultados das investidas depois das datas de aquisição; as partes do Grupo nos resultados das investidas são reconhecidas nos resultados dos interesses maioritários; as distribuições recebidas das investidas reduzem as quantias escrituradas dos investimentos; as alterações nos interesses proporcionais do Grupo nas investidas, resultantes de alterações no capital próprio que não tenham sido reconhecidas nos resultados, são reconhecidas directamente no capital próprio do Grupo.

d) Partes relacionadas

Para os efeitos das presentes demonstrações financeiras consolidadas, uma parte é considerada como sendo relacionada com o Grupo se: (i) a parte for membro do pessoal chave de gerência das entidades; (ii) a parte for membro íntimo da família de qualquer indivíduo referido no ponto (i) anterior; (iii) a parte for uma entidade controlada, controlada conjuntamente ou significativamente influenciada por, ou em que o poder de voto significativo nessa entidade reside em, directa ou indirectamente, qualquer indivíduo referido nos pontos (i) e (ii) anteriores; ou (iv) a parte for um plano de benefícios pós-emprego para benefício dos empregados da entidade, ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada dessa entidade.

A posição financeira e os resultados contidos nas presentes demonstrações financeiras consolidadas não foram afectados pela existência de partes relacionadas com o Grupo.

Relato por segmentos

A informação segmental é apresentada tendo em conta que cada segmento de negócio é um componente distinto do Grupo, que fornece produtos ou serviços distintos sujeitos a riscos e retornos diferentes dos outros segmentos de negócio. Um segmento geográfico é um componente distinto do grupo que fornece produtos ou serviços sujeitos a riscos e retornos diferentes dos outros segmentos geográficos.

Assim, foram identificados quatro segmentos de negócio: (i) Navegação;(ii) Representações técnicas;(iii) Área Financeira; e (iv) Outras operações.

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral e proporcional foram associadas aos segmentos acima identificados da seguinte forma:

NOME	Segmento	SEDE	CAPITAL SOCIAL	Moeda	PROPORÇÃO DETIDA
Sociedade Comercial Orey Antunes SA	Holding	Lisboa	10.000.000,00	EUR	-----
Orey Serviços e Organização, Lda.	Outros	Lisboa	25.000,00	EUR	100,00%
Orey- Gestão Imobiliária Lda	Outros	Lisboa	100.000,00	EUR	100,00%
Immobilária Ormer SL	Outros	Bilbao- Espanha	234.390,00	EUR	100,00%
OA Agencies- Navegação e Trânsitos SA	Navegação	Lisboa	1.200.000,00	EUR	100,00%
Orey Comércio e Navegação, Lda.	Navegação	Lisboa	850.000,00	EUR	100,00%
Casa Marítima- Agência de Navegação SA	Navegação	Lisboa	150.000,00	EUR	100,00%
PONP- Navegação e Trânsitos, Lda.	Navegação	Lisboa	74.819,19	EUR	100,00%
Martanque - Ag. Nav. e Logística de Transportes Lda	Navegação	Lisboa	29.927,87	EUR	100,00%
ShipATN – Agentes de Transportes e Navegação, S.A.	Navegação	Lisboa	50.000,00	EUR	100,00%
OA International BV	Navegação	Amesterdão- Holanda	18.000,00	EUR	100,00%
OA International Antilles NV	Navegação	Curacao-Antilhas Holandesas	6.000,00	USD	100,00%
Orey Apresto e Gestão de Navios Lda	Navegação	Funchal	50.000,00	EUR	100,00%
Orey (Cayman) Ltd.	Navegação	Cayman Islands	50.000,00	USD	100,00%
Leme International Lda	Navegação	Cayman Islands	120.000,00	USD	100,00%
Casa Marítima International Ltd	Navegação	Cayman Islands	5.000,00	USD	100,00%
Agemasa- Ag. Marítima de Consignações SA	Navegação	Bilbao- Espanha	248.669,76	EUR	100,00%
Orey Shipping SL	Navegação	Bilbao- Espanha	3.100,00	EUR	100,00%
Storkship- Navegação e Logística SA	Navegação	Lisboa	50.000,00	EUR	100,00%
Orey (Angola)- Comércio e Serviços Lda	Navegação	Luanda-Angola	485.883,53	Kwanza	99,00%
Orey (Moçambique)- Comércio e Serviços Lda	Navegação	Maputo-Moçambique	60.000,00	Meticais	100,00%
Leme- Agência de Navegação Lda	Navegação	Maputo-Moçambique	60.000,00	Meticais	99,00%
OA Technical Representations- Rep.Nav.Ind. SA	Representações Técnicas	Lisboa	450.000,00	EUR	100,00%
Orey Técnica Naval e Industrial, Lda.	Representações Técnicas	Lisboa	350.000,00	EUR	100,00%
Sofema - Soc.Ferramentas e Máquinas,Lda.	Representações Técnicas	Lisboa	100.000,00	EUR	100,00%
Azimute- Aprestos Marítimos Lda	Representações Técnicas	Lisboa	70.000,00	EUR	100,00%
Lalizas Marine- Equipamentos Náuticos Lda	Representações Técnicas	Lisboa	6.000,00	EUR	100,00%
Orey Financial SGPS SA	Sector Financeiro	Lisboa	600.000,00	EUR	100,00%
Orey Gestão de Activos SGFIM SA	Sector Financeiro	Lisboa	700.000,00	EUR	100,00%
Orey Valor - Sociedade Corretora, SA	Sector Financeiro	Lisboa	1.957.190,00	EUR	100,00%
Orey Management (Cayman) Ltd	Sector Financeiro	Cayman Islands	50.000,00	USD	100,00%
Orey Management BV	Sector Financeiro	Amesterdão- Holanda	5.390.000,00	EUR	100,00%
Orey Investments NV	Sector Financeiro	Curacao-Antilhas Holandesas	6.000,00	USD	100,00%
Football Players Funds Management Ltd	Sector Financeiro	Cayman Islands	40.000,00	EUR	100,00%
TRT Initiatoren GmbH	Sector Financeiro	Munique-Alemanha	25.000,00	EUR	70,00%
TRF Transferrechtfonds 1 Management Gmbh	Sector Financeiro	Munique-Alemanha	25.000,00	EUR	70,00%
MCA Economy	Sector Financeiro	S. Paulo- Brasil	12.000,00	Real	99,98%

(Unidade Monetária - Euro)

- Empresas do grupo consolidadas pelo método proporcional:

Bilbao Atlantic Fruit T. (AIE)- Bilbao, Espanha- percentagem detida: 50% (Empreendimento Conjunto)

O relato por segmentos de negócio consta nos mapas apresentados na Nota 4, nos quais se complementa a informação requerida na IAS 14, obtendo-se para cada negócio o detalhe sobre a formação do seu resultado e a síntese dos activos e passivos das empresas nele incluídas.

Unidades Operacionais em Descontinuação

Os activos, passivos e resultados das operações em descontinuação referem-se à empresa subsidiária Orey Viagens e Turismo Lda., que em 31 de Julho de 2005, trespassou o negócio à Star – Viagens e Turismo, SA.

Esta empresa foi liquidada em 28-12-2006.

Rérito e Especialização de Exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de "Contas a Receber – Outras" e "Contas a Pagar – Outras".

Custo histórico

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, com excepção dos activos incluídos nas rubricas "Propriedades de Investimento", "Terrenos" e "Edifícios e Outras Construções", que se encontram reavaliados por forma a reflectir o seu justo valor.

Utilização de estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas que afectam as quantias registadas dos activos e passivos, assim como dos proveitos e custos reportados. Todas as estimativas foram efectuadas com base no melhor conhecimento existente dos eventos e transacções em curso.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, o Conselho de Administração, baseou-se no conhecimento e experiência de eventos passados e/ou correntes e em pressupostos relativos a eventos futuros para determinar as estimativas contabilísticas.

As estimativas contabilísticas mais significativas, reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, incluem:

- » Análise de imparidade do goodwill e outros activos intangíveis;
- » Vidas úteis do activo tangível;
- » Estimativas de proveitos e de custos associadas a processos de navegação e trânsitos em curso;
- » Registo de provisões.

Estas estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer eventos em períodos subsequentes que, em virtude da sua tempestividade, não foram considerados nestas estimativas.

Activos, passivos e resultados expressos em moeda estrangeira

A transposição para a moeda de relato, Euro, das demonstrações financeiras em moeda estrangeira, foi feita do seguinte modo:

- » Activos e passivos financeiros à taxa de câmbio da data do balanço;
- » Proveitos e gastos à taxa de câmbio da data das operações;
- » As outras rubricas do balanço à taxa de câmbio histórica; e

As diferenças de câmbio que surjam com esta transposição são registadas directamente no Capital Próprio.

Activos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo modelo do custo, com excepção dos terrenos e edifícios, os quais são registados pelo modelo da revalorização. Os activos registados pelo modelo do custo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes, de acordo, com a sua vida útil estimada, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados. A vida útil estimada da generalidade dos activos incluídos nas várias rubricas é a seguinte:

	<u>Anos de Vida Útil</u>
Edifícios e Outras Construções	50
Equipamento básico	4
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	3 - 4
Equipamento administrativo	4 - 8

Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendas ou para valorização do capital. Estes activos encontram-se valorizados pelo modelo do justo valor.

Goodwill

O goodwill registado nas contas consolidadas em resultado das aquisições de subsidiárias, representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos e passivos identificáveis de uma subsidiária, associada ou entidade conjuntamente controlada, na data da respectiva aquisição. O goodwill é registado como activo e não é sujeito a amortização. Sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor e, pelo menos, no final de cada exercício, os valores de goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como um gasto na demonstração dos resultados.

Outros Activos Intangíveis

Um activo intangível é um activo não monetário identificável sem substância física.

Um activo intangível é reconhecido se, e apenas se: (i) for provável que os benefícios económicos futuros esperados que sejam atribuíveis ao activo fluam para o Grupo; e (ii) o custo do activo possa ser fiavelmente mensurado.

Os Activos Intangíveis incluem, essencialmente, o valor de 835.602 Euros relativo à aquisição à Navecor – Navegação e Comércio Reunidos, SA das actividades de agência de navegação e de logística, ocorrida em Abril de 2005. O valor deste activo foi objecto de teste de imparidade no final do exercício, não se tendo verificado a existência de quaisquer perdas por imparidade.

Os restantes activos intangíveis incluídos nesta rubrica encontram-se registadas ao custo de aquisição e são depreciados pelo método das quotas constantes.

Impostos sobre o rendimento

A SCOA e a generalidade das suas empresas subsidiárias sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa normal de 25%, incrementada em 10% pela Derrama, resultando numa taxa de imposto agregada de 27,5%. A tributação da Sociedade em sede de IRC e da maioria das suas subsidiárias portuguesas é efectuada conjuntamente, no âmbito do regime especial de tributação dos grupos de sociedades.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as taxas e leis fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Desde o exercício de 2002, o Grupo contabiliza, para além dos impostos correntes, os impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, entre as quantias escrituradas dos activos e passivos e a sua base fiscal (quantia atribuída a esses activos e passivos para efeitos fiscais), bem como os derivados de eventuais prejuízos fiscais reportáveis das empresas do Grupo em que existam fundamentadas expectativas de que os mesmos venham a ser recuperados, face ao plano de negócios existente.

Conforme previsto no IAS 12 – “Impostos sobre o Rendimento”, são reconhecidos activos e passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis, excepto quando associadas ao goodwill ou quando resultem do reconhecimento inicial de activos e passivos que não sejam concentrações de actividades empresariais e que, no momento da transacção, não afectem o lucro contabilístico nem o lucro tributável (perda fiscal). Os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que existe uma segurança razoável de que serão gerados lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais poderão ser utilizadas as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais reportáveis.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam de aplicar no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas e leis fiscais que tenham sido decretadas ou substantivamente decretadas à data do balanço.

Os gastos (rendimentos) de impostos sobre o rendimento são relevados como resultados do exercício, excepto se o imposto se relacionar com itens que sejam creditados ou debitados directamente em rubricas do capital próprio, no mesmo ou num diferente período, caso em que o imposto é também relevado no capital próprio.

Responsabilidades por Benefícios de Reforma

A SCOA assumiu o compromisso de conceder, aos seus empregados e aos empregados de algumas empresas subsidiárias, prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma, os quais configuraram um plano de benefícios definidos, tendo sido constituído para o efeito um fundo de pensões autónomo.

A fim de estimar as suas responsabilidades com os complementos de reforma, a Sociedade obtém, anualmente, estudos actuariais elaborados por uma entidade independente e especializada, de acordo com o método denominado por “Projected Unit Credit” e pressupostos e bases técnicas e actuariais internacionalmente aceites.

Os ganhos e perdas actuariais são registados na Demonstração dos Resultados do período em que ocorrem.

As responsabilidades por complementos de reforma reconhecidas à data do balanço representam o valor presente das obrigações no âmbito do plano de benefícios definidos, reduzido do justo valor dos activos líquidos do fundo de pensões.

Imparidade

Na generalidade dos activos não correntes de valor significativo é efectuada uma avaliação de imparidade à data do Balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indicie que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. No âmbito destas avaliações de imparidade, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a identificar e determinar a extensão de eventuais perdas de imparidade.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda de imparidade, registada na Demonstração dos Resultados.

Os testes de imparidade são também efectuados para os activos financeiros, neste caso ao longo do ano, por forma a determinar os necessários ajustamentos, nomeadamente em relação aos saldos das "Contas a Receber – Clientes" e "Contas a Receber – Outras", por forma a identificar os ajustamentos de imparidade decorrentes de cobranças duvidosas.

Inventários

Os inventários registados no Balanço Consolidado são valorizados ao custo de aquisição, sempre que este seja inferior ao respectivo valor de realização, utilizando-se o custo médio como método de custeio das saídas. São registados ajustamentos por depreciação de inventários, pela diferença entre o valor de custo e o respectivo valor de realização dos inventários, no caso deste ser inferior ao valor de custo.

Provisões

Uma provisão é um passivo de tempestividade ou quantia incerta.

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e que seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

2. Alterações no perímetro de consolidação

As principais alterações no perímetro de consolidação, no exercício de 2006, respeitaram essencialmente a:

► Área Navegação:

Alienação da Sadomarítima – Agência de Navegação e Trânsitos, Lda- Alienação dos 100% dos Capitais Próprios, por 850.000 Euros, acrescido dos resultados da empresa até 31/7/2006 no valor de 238.189 Euros.

Aquisição da Martanque - Agência de Navegação e Logística de Transportes, Lda. pelo valor de 300.000 Euros.

Esta aquisição teve o seguinte impacto nas contas consolidadas da sociedade:

- Proveitos:	1.737.739 Euros
- Activos:	358.998 Euros
- Capitais Próprios:	148.009 Euros

► Área Financeira:

Aquisição da MCA economy consultoria e investimentos, Ltda., sedeadas no Brasil, pelo valor de 2.080.517 Euros.

Esta aquisição teve o seguinte impacto nas contas consolidadas da sociedade:

- Proveitos:	681.385 Euros
- Activos:	127.055 Euros
- Capitais Próprios:	69.036 Euros

Reforço no início de Julho de 2006 da participação financeira na Orey Financial SGPS, SA, tendo a sociedades passado a deter, os 100% do seu capital, através da aquisição de 13,47%, pelo valor de 2.624.772 Euros.

3. Empresas Incluídas na Consolidação

Empresas do grupo consolidadas pelo método integral:

Em 31 de Dezembro de 2006, as empresas incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais e proporção do capital detido, foram as seguintes:

NOME	SEDE	CAPITAL SOCIAL	Moeda	PROPORÇÃO DETIDA
Sociedade Comercial Orey Antunes SA	Lisboa	10.000.000,00	EUR	-----
Orey Serviços e Organização, Lda.	Lisboa	25.000,00	EUR	100,00%
Orey- Gestão Imobiliária Lda	Lisboa	100.000,00	EUR	100,00%
OA Agencies- Navegação e Trânsitos SA	Lisboa	1.200.000,00	EUR	100,00%
Orey Comércio e Navegação, Lda.	Lisboa	850.000,00	EUR	100,00%
Casa Marítima- Agência de Navegação SA	Lisboa	150.000,00	EUR	100,00%
PONP- Navegação e Trânsitos, Lda.	Lisboa	74.819,19	EUR	100,00%
Martanque - Ag. Nav. e Logística de Transportes Lda	Lisboa	29.927,87	EUR	100,00%
ShipATN – Agentes de Transportes e Navegação, S.A.	Lisboa	50.000,00	EUR	100,00%
OA Technical Representations- Rep.Nav.Ind. SA	Lisboa	450.000,00	EUR	100,00%
Orey Técnica Naval e Industrial, Lda.	Lisboa	350.000,00	EUR	100,00%
Sofema - Soc.Ferramentas e Máquinas,Lda.	Lisboa	100.000,00	EUR	100,00%
Azimute- Aprestos Marítimos Lda	Lisboa	70.000,00	EUR	100,00%
Lalizas Marine- Equipamentos Nauticos Lda	Lisboa	6.000,00	EUR	100,00%
OA International BV	Amesterdão- Holanda	18.000,00	EUR	100,00%
OA International Antilles NV	Curaçao-Antilhas Holandesas	6.000,00	USD	100,00%
Orey Apresto e Gestão de Navios Lda	Funchal	50.000,00	EUR	100,00%
Orey (Cayman) Ltd.	Cayman Islands	50.000,00	USD	100,00%
Leme International Lda	Cayman Islands	120.000,00	USD	100,00%
Casa Marítima International Ltd	Cayman Islands	5.000,00	USD	100,00%
Orey Financial SGPS SA	Lisboa	600.000,00	EUR	100,00%
Orey Gestão de Activos SGFIM SA	Lisboa	700.000,00	EUR	100,00%
Orey Valor - Sociedade Corretora, SA	Lisboa	1.957.190,00	EUR	100,00%
Orey Management (Cayman) Ltd	Cayman Islands	50.000,00	USD	100,00%
Orey Management BV	Amesterdão- Holanda	5.390.000,00	EUR	100,00%
Orey Investments NV	Curaçao-Antilhas Holandesas	6.000,00	USD	100,00%
Football Players Funds Management Ltd	Cayman Islands	40.000,00	EUR	100,00%
TRT Initiatoren Gmbh	Munique-Alemanha	25.000,00	EUR	70,00%
TRF Transferrechtefonds 1 Management Gmbh	Munique-Alemanha	25.000,00	EUR	70,00%
MCA Economy	S. Paulo- Brasil	12.000,00	Real	99,99%
Agemasa- Ag. Marítima de Consignaciones SA	Bilbao- Espanha	248.669,76	EUR	100,00%
Imnobiliária Ormer SL	Bilbao- Espanha	234.390,00	EUR	100,00%
Orey Shipping SL	Bilbao- Espanha	3.100,00	EUR	100,00%
Storkship- Navegação e Logística SA	Lisboa	50.000,00	EUR	100,00%
Orey (Angola)- Comércio e Serviços Lda	Luanda-Angola	485.883,53	Kwanza	99,00%
Orey (Moçambique)- Comércio e Serviços Lda	Maputo-Moçambique	60.000	Meticais	100,00%
Leme- Agência de Navegação Lda	Maputo-Moçambique	60.000	Meticais	99,00%

(Unidade Monetária - Euro)

- Empresas do grupo consolidadas pelo método proporcional:

Bilbao Atlantic Fruit T. (AIE)- Bilbao, Espanha- percentagem detida: 50% (Empreendimento Conjunto)

4. Relato por segmentos

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a repartição por segmentos por actividade era a seguinte:

<i>Por Segmento</i>	Navegação	Representações Técnicas	Sector Financeiro	Outras operações	Eliminações	Op. em Continuidade	Op. em descontinuação	Total
	31-Dez-06	31-Dez-06	31-Dez-06	31-Dez-06	31-Dez-06	31-Dez-06	31-Dez-06	31-Dez-06
Vendas e Prestação de Serviços								
Vendas externas	54.758.816	6.141.976	2.799.780	101.602		63.802.175	0	63.802.175
Vendas inter-segmentais	6.415.542	470.827	0	2.329.627	-9.215.996	0	0	0
Réditos totais	61.174.358	6.612.803	2.799.780	2.431.229	-9.215.996	63.802.175	0	63.802.175
Resultados								
Resultados segmentais	3.283.504	504.739	35.119	-106.875	545.221	4.261.709	-232.115	4.029.594
Gastos Gerais Administrativos						-1.573.010	0	-1.573.010
Resultados operacionais						2.688.698	-232.115	2.456.583
Custos e gastos financeiros	-1.329.238	-33.934	-43.242	-592.238	66.760	-1.931.892	-6.281	-1.938.173
Proveitos e ganhos financeiros	778.781	21.396	13.665	502.827	-388.362	928.307	63	928.370
Resultado Antes de Impostos						1.685.113	-238.332	1.446.781
Impostos s/os lucros						-96.543	0	-96.543
Resultados Líquido Consolidado						1.588.570	-238.332	1.350.238
Interesses Minoritários						12.647	0	12.647
Resultado Consolidado Atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe						1.601.217	-238.332	1.362.885
Património e Outras informações								
Activos do segmento	35.156.286	5.512.596	4.170.272	5.196.119	5.295.147	55.330.421	0	55.330.421
Investimento em Associadas	932	0	12.600			13.532	0	13.532
Activos da holding não imputados a segmentos								11.692.424
Activos totais consolidados								67.036.377
Passivos do segmento	28.666.323	3.867.890	3.162.252	2.002.564	-4.825.044	32.873.985	0	32.873.985
Passivos da holding não imputados a segmentos								14.388.270
Passivos totais consolidados								47.262.255
Dispêndios em capital Fixo	942.824	131.446	113.297	1.530.540				
Depreciação de Activos Fixos	869.069	97.127	107.694	425.291				
(Unidade Monetária - Euro)								

<i>Por Segmento</i>	Navegação	Representações Técnicas	Sector Financeiro	Outras operações	Eliminações	Op. em Continuidade	Op. em descontinuação	Total
	31-Dez-05	31-Dez-05	31-Dez-05	31-Dez-05	31-Dez-05	31-Dez-05	31-Dez-05	31-Dez-05
Vendas e Prestação de Serviços								
Vendas externas	57.175.687	6.967.035	2.355.007	48.148		66.545.877	2.772.649	69.318.526
Vendas inter-segmentais	4.714.151	105.420	0	1.601.997	-6.421.568	0	0	0
Réditos totais	61.889.838	7.072.455	2.355.007	1.650.145	-6.421.568	66.545.877	2.772.649	69.318.526
Resultados								
Resultados segmentais	2.178.974	620.239	240.484	-102.517	689.818	3.626.998	163.450	3.790.448
Gastos Gerais Administrativos						-1.508.832	0	-1.508.832
Resultados operacionais						2.118.166	163.450	2.281.616
Custos e gastos financeiros	-787.334	-32.662	-58.777	-434.714	-3.994	-1.317.481	-1.223	-1.318.702
Proveitos e ganhos financeiros	570.708	15.295	53.561	325.902	-262.546	702.919	44.764	747.683
Resultado Antes de Impostos						1.503.604	206.991	1.710.594
Impostos s/os lucros						-387.155	-26.065	-413.220
Resultados Líquido Consolidado						1.116.449	180.925	1.297.372
Interesses Minoritários						-7.287	0	-7.287
Resultado Consolidado Atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe						1.109.162	180.925	1.290.085
Património e Outras informações								
Activos do segmento	40.267.989	5.116.488	2.895.111	3.448.019	4.172.327	55.899.934	404.349	56.304.283
Investimento em Associadas	932		0	0		932	0	932
Activos da holding não imputados a segmentos								9.587.081
Activos totais consolidados								65.892.296
Passivos do segmento	37.787.371	3.471.360	1.521.794	1.748.569	-8.625.897	35.903.197	225.208	36.128.405
Passivos da holding não imputados a segmentos								20.419.382
Passivos totais consolidados								56.547.787
Dispêndios em capital Fixo	1.935.932	184.225	180.943	1.666.597				
Depreciação de Activos Fixos	617.364	116.319	84.655	361.197				
(Unidade Monetária - Euro)								

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos é o seguinte:

Vendas e Prestações de Serviços por mercados geográficos	31-Dez-06	31-Dez-05
Portugal	44.785.110	47.949.552
Brasil	657.946	0
Espanha	16.064.716	9.275.221
Angola	10.030.181	12.279.026
Moçambique	1.480.218	3.463.646
Ajustamentos	-9.215.996	-6.421.568
Total das Operações em Continuidade	63.802.175	66.545.877
Operações em Descontinuação	0	0
Total	63.802.175	66.545.877

Nota: O sector "Turismo" corresponde à actividade com operações em descontinuação.

As transacções inter-segmentos são feitas a preços de mercado.

5. Activos Fixos Tangíveis

Durante o ano de 2006, o movimento ocorrido nas rubricas de activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações, foi o seguinte:

Activo Bruto	Saldo Inicial	Reavaliações	Aumentos	Alteração de Perímetro	Transferencia	Abates	Saldo Final
Terreno e Recursos Naturais	1.551.935	1.494	-	-	(938.576)	(25.757)	589.096
Edifícios e o construções	6.697.973	17.698	166.506	(102.877)	(970.626)	(77.271)	5.731.403
Equipamento Básico	6.926.231	-	942.149	8.816	(15.485)		7.861.712
Equipamento Transporte	1.207.109	-	55.967	(59.780)	(19.067)	(230.856)	953.373
Ferramentas e Utensílios	195.245	-	2.834		203.909		401.989
Equipam Administrativo	3.131.393	-	72.952	(4.243)	(582.713)	(4.965)	2.612.424
O Imob Corpóreas	914.068	-	19.410	482	160.536	(55.561)	1.038.934
Imobiliz em Curso	632.227	-	632.157		(1.164.306)		100.077
	21.256.182	19.193	1.891.975	(157.602)	(3.326.328)	(394.410)	19.289.009
Depreciações e Perdas de imparidade acumuladas	Saldo Inicial	Reavaliações	Aumentos	Alteração de Perímetro	Transferencia	Abates	Saldo Final
Terreno e Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e o construções	1.881.334	-	193.059		(610.553)	(28.848)	1.434.992
Equipamento Básico	4.147.087	-	680.793	8.816	137.692		4.974.389
Equipamento Transporte	888.990	-	92.571	14.405	(58.064)	(217.104)	720.797
Ferramentas e Utensílios	155.961	-	27.903		36.149		220.014
Equipam Administrativo	2.232.015	-	214.670	42.408	(591.872)	(4.002)	1.893.219
O Imob Corpóreas	604.506	-	127.539	376	226.263	(19.921)	938.763
	9.909.893		1.336.536	66.005	(860.384)	(269.875)	10.182.174
Valor Líquido	11.346.289	19.193	555.439	(223.607)	(2.465.944)	(124.535)	9.106.835

(Unidade Monetária - Euro)

Conforme referido na nota 1, os terrenos e os edifícios e outras construções encontram-se registados pelo modelo de revalorização. As respectivas quantias revalorizadas, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, correspondentes ao justo valor desses activos, foram determinadas através de avaliações, efectuadas nessas mesmas datas por peritos avaliadores. O justo valor retirado das avaliações de 2006 é bastante semelhante ao de 2005.

As transferências verificadas nas rubricas de terrenos e recursos naturais e edifícios e outras construções, referem-se, essencialmente, à afectação de parte dos imóveis da sociedade à actividade de arrendamento e consequente transferência para a rubrica de propriedades de investimento.

Os imóveis da casa-mãe situados na Rua dos Remolares e em Alcântara, estão hipotecados ao Banco Espírito Santo, como garantia do financiamento de médio-longo prazo, contraído em 2004 para a aquisição da First Portuguese (hoje Orey Financial). Este financiamento efectuado no Banco Espírito Santo, teve um valor inicial de 6.500.000 de Euros.

6. Propriedades de Investimento

Conforme referido na nota 1, as propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendas ou para valorização do capital.

I - Quadro Evolução

Saldo Inicial	Aquisições	Dispêndios Subsequentes	Alterações de Perímetro	Ajust. Justo valor Ganhos e Perdas Líquidos	Transferências	Saldo Final
1.482.209	400.000	0	0	200	2.077.710	3.960.119 (Unidade Monetária - Euro)

As aquisições referem-se à aquisição, pela Orey Gestão Imobiliária Lda, de 79.800 unidades de participação do "Orey Reabilitação Porto – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado".

As transferências, referem-se, essencialmente, à adaptação de parte dos imóveis da Sociedade Comercial Orey Antunes SA à actividade de arrendamento e consequente transferência de Edifícios e Outras Construções.

II – Quantias reconhecidas nos resultados

	2006	2005
Rendimentos de rendas	104.741	118.616 (Unidade Monetária - Euro)

7. Goodwill

O goodwill apurado na aquisição de participações financeiras em empresas do grupo, discrimina-se da seguinte forma:

Goodwill	31-Dez-06	31-Dez-05
Agemasa - Agência Marítima de Consignaciones S.A.	5.157.538	5.157.538
Orey Financial, SGPS, S.A.	8.009.266	5.603.824
Sadomarítima - Agência de Navegação e Trânsitos Lda	-	407.217
Oreyvalor - Sociedade Corretora, S.A.	83.937	83.937
Prime Trees - Explorações Florestais, S.A.	-	37.499
TRF Initiatoren GmbH	2.100	2.100
TRF 1 Management GmbH	2.100	2.100
MCA Economy	1.983.915	-
Martanque - Agência de Navegação e Logística de Transportes, Lda	198.033	-
Total	15.436.889	11.294.215
		(Unidade Monetária - Euro)

Conforme referido na nota 1, o goodwill resultante da concentração de actividades é registado como activo e não é sujeito a amortização. Sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor e, pelo menos, no final de cada exercício, os valores de goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Durante o exercício não ocorreram quaisquer perdas de imparidade.

Os pressupostos de avaliação foram os seguintes:

AGEMASA

Período de Projecção	2006	2007	2008	2009	2010
DR					
Variação Vendas	31,4%	-55,3%	25,6%	26,4%	19,5%
Variação Subcontratos	70,0%	-56,5%	24,0%	24,5%	16,8%
Margem Bruta	13,2%	15,7%	16,7%	17,9%	19,8%
Variação FSE	-1,6%	-24,7%	0,2%	2,0%	0,0%
Variação C. Pessoal	-67,6%	7,4%	6,5%	2,4%	3,0%
BALANÇO					
PMR Clientes	66	67	70	71	72
PMR outros devedores	5	5	3	2	2
PMP Fornecedores	57	65	65	65	65
PMP Outros credores	5	3	2	1	1
Investimento	529.373	742.986	0	0	0 1.000.000 *
Desinvestimento		-1.640.282	0	0	0
WACC					
Taxa de actualização	6,35%				
Taxa de crescimento dos fluxos futuros**					
	1% , 2% e 3%				
Anos de Valor Residual		25 anos			

* Valor de investimento de substituição de 1 milhão de euros a ocorrer em 2022.

** Foram adoptadas 3 taxas (análise de sensibilidade) o que permitiu apurar um intervalo de valor mínimo e máximo. Qualquer delas não está acima da inflação.

MARTANQUE

Período de Projecção	2006	2007	2008	2009	2010
DR					
Variação Vendas	9,4%	1,6%	3,2%	3,8%	4,0%
Variação Subcontratos	12,7%	1,6%	3,2%	3,8%	4,0%
Margem Bruta	11,0%	11,0%	11,0%	11,0%	11,0%
Variação FSE	-4,2%	-36,0%	1,8%	1,7%	1,8%
Variação C. Pessoal	1,5%	-37,3%	2,0%	1,2%	2,0%
BALANÇO					
PMR Clientes	7	9	11	11	12
PMR outros devedores	12	12	13	13	13
PMP Fornecedores	25	25	25	25	25
PMP Outros credores	8	7	7	7	6
Investimento	0	0	0	0	0
Desinvestimento	0	0	0	0	0
WACC					
Taxa de actualização	6,94%				
Taxa de crescimento dos fluxos futuros*					
	1% , 2% e 3%				
Anos de Valor Residual		8 anos			

* Foram adoptadas 3 taxas (análise de sensibilidade) que permitiu apurar um valor mínimo e máximo. Qualquer destas não está acima da inflação

OREY FINANCIAL

Projecções Efectuadas	2006	2007	2008	2009
Variação Activos Sob Gestão	13,9%	96,0%	46,4%	36,6%
Variação Comissões Líquidas	12,3%	44,5%	54,5%	41,8%
Variação Encargos de Estrutura	33%	25%	5%	4%
Variação das Necessidades de Fundo Maneio	168,3%	39,3%	39,3%	17,6%
Investimento	2.000.000	114.000		
Desinvestimento	172.575			
Distribuição de Dividendos	328.858	29.856	115.828	463.784
WACC	12,9%			
Taxa de crescimento dos fluxos futuros**	3% , 4% e 5%			
Anos de Valor Residual	10 anos			

** Foram adoptadas 3 taxas (análise de sensibilidade) o que permitiu apurar um intervalo de valor mínimo e máximo.

8. Outros Activos Intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

Outros Activos Intangíveis							
2006	Saldo Inicial	Reavaluações	Aumentos	Alterações de Perímetro	Transferências	Abates	Saldo Final
Activo Bruto							
Vida útil indefinida							
Direitos Comerciais	875.824	-	-	-	-	(40.222)	835.602
Direitos de Arrendamento	134.795	-	-	(134.795)	-	-	-
Vida útil definida							
Despesas de Investigação	-	-	67.000	-	-	-	67.000
Outros	136.507	-	163.565	85.947	-	(10.823)	375.196
Total	1.147.126	-	230.565	(48.848)	-	(51.045)	1.277.798
Depreciação e perdas de imparidade acumuladas							
Vida útil indefinida							
Direitos Comerciais	-	-	-	-	-	-	-
Direitos de Arrendamento	-	-	-	-	-	-	-
Vida útil definida							
Despesas de Investigação	-	-	(22.333)	-	-	-	(22.333)
Outros	(93.866)	-	(29.418)	(69.211)	-	-	(192.495)
Total	(93.866)	-	(51.751)	(69.211)	-	-	(214.828)
Valor Líquido	1.053.260	-	178.814	(118.059)	-	(51.045)	1.062.970
(Unidade Monetária - Euro)							

Os direitos comerciais referem-se à aquisição à Navecor – Navegação e Comércio Reunidos, S.A., das suas actividades de agência de navegação e logística. Esta aquisição foi efectuada em 16 de Março de 2005, tendo estes activos sido registados nas subsidiárias Storkship – Navegação e Logística, S.A. (actividades de logística e linhas regulares: 718.241 Euros) e Orey Comércio e Navegação, S.A. (actividade de agenciamento de navegação: 117.361 Euros).

Estes direitos comerciais constituem activos intangíveis de vida útil indefinida, pelo que são sujeitos a testes de imparidade sempre que haja indícios de que possam existir perdas de imparidade e, pelo menos, no final de cada exercício. Durante o exercício não se verificaram quaisquer perdas de imparidade com estes activos.

Os pressupostos de avaliação da empresa Storkship foram os seguintes:

STORKSHIP		2006	2007	2008	2009	2010
Período de Projecção						
DR						
Variação Vendas	-37,4%	37,3%	7,4%	10,1%	5,0%	
Variação Subcontratos	-41,0%	9,4%	5,4%	8,3%	4,0%	
Margem Bruta	17,0%	33,9%	35,1%	36,2%	36,8%	
Variação FSE	186,1%	70,5%	2,6%	2,6%	2,6%	
Variação C. Pessoal	-0,3%	-47,4%	2,5%	2,5%	3,0%	
BALANÇO						
PMR Clientes	70	62	61	59	59	
PMR outros devedores	17	18	19	18	20	
PMP Fornecedores	104	98	92	84	77	
PMP Outros credores	15	13	12	11	10	
Investimento	0	75	0	0	0	
Desinvestimento	0	0	0	0	0	
Dotação para Prest. Suplement.	233					
WACC						
Taxa de actualização	5,08%					
Taxa de crescimento dos fluxos futuros*	1% , 2% e 3%					
Anos de Valor Residual	10 anos					

* Foram adoptadas 3 taxas (análise de sensibilidade) que permitiu apurar um valor mínimo e máximo. Qualquer destas não está acima da inflação

9. Activos e Passivos por Impostos Diferidos

Durante o primeiro semestre de 2006, os movimentos nas rubricas de Activos e Passivos por Impostos Diferidos foram os seguintes:

Activos por Impostos Diferidos	Saldo em 31/12/2005	Constituição	Reversão	Saldo em 31/12/2006
Benefícios de Reforma	82.358	237.317	(71.193)	248.482
Prejuízos Fiscais Reportáveis	56.428	311.328	-	367.756
Aumento de Capital	-	42.850	-	42.850
Total	138.786	591.495	(71.193)	659.088

Passivos por Impostos Diferidos	Saldo em 31/12/2005	Constituição	Reversão	Saldo em 31/12/2006
Reavaliações	754.565	1.233	(90.823)	664.975
Amortizações Aceleradas	108.514	-	-	108.514
Amortização fiscal do Goodwill		289.581		289.581
Outros	-	26.443	-	26.443
Total	863.079	317.257	(90.823)	1.089.513

(Unidade Monetária - Euro)

Os acréscimos verificados nos passivos e nos activos por impostos diferidos referem-se, essencialmente, (i) às diferenças temporárias tributáveis associadas à amortização do goodwill para efeitos fiscais, na participada Orey Shipping S.L. (Bilbao) ao abrigo do regime fiscal do País Basco e (ii) aos prejuízos fiscais reportados daí decorrentes, os quais, ao abrigo do plano de negócio existente, a Sociedade tem fundamentadas expectativas de vir a recuperar.

10. Inventários

Inventários	31-Dez-06	31-Dez-05
Valor bruto	1.499.651	866.911
Perdas de imparidade acumuladas	-	(48.944)
Valor líquido	1.499.651	817.967

(Unidade Monetária - Euro)

11. Contas a Receber – Clientes

Contas a Receber - Clientes	31-Dez-06	31-Dez-05
Valor bruto	21.799.316	20.025.523
Perdas de imparidade acumuladas	(718.450)	(989.598)
Valor líquido	21.080.866	19.035.925

(Unidade Monetária - Euro)

12. Contas a Receber - Outras

Em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

Contas a Receber - Outras	31-Dez-06	31-Dez-05
Estado e Outros Entes Públicos		
- IVA	1.256.547	968.067
- IRC	280.668	-
Adiantamentos a Fornecedores	173.095	83.437
Outros Devedores	153.536	75.628
Acréscimos de Proveitos	1.260.200	4.062.836
Custos Diferidos	703.767	2.105.502
Total	3.827.814	7.295.470

(Unidade Monetária - Euro)

A rubrica “Acréscimos de Proveitos” refere-se principalmente aos proveitos estimados (por facturar) nos processos de navegação. A diminuição registada face a 31 de Dezembro de 2005 resulta das alterações no perímetro de consolidação (com a venda da Sadomarítima), da diminuição da actividade da PONP e ainda da diminuição das estimativas dos processos na Orey Angola Ltd.

(Ver nota 22)

13. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

Caixa e Equivalentes de Caixa	31-Dez-06	31-Dez-05
Caixa	86.397	61.956
Depósitos à Ordem	7.931.340	11.268.494
Depósitos a Prazo	2.157.487	1.000.000
Títulos negociáveis	90.787	521.456
Outras Aplicações de Tesouraria	74.812	125.011
Total das unidades em continuidade	10.340.823	12.976.917
Caixa	-	21.510
Depósito à Ordem	-	98.065
Total das unidades em descontinuidade	-	119.575
Total da caixa e equivalentes de caixa	10.340.823	13.096.492

(Unidade Monetária - Euro)

Conforme referido na nota 2, a aquisição da Martanque teve um desembolso de 300.000 Euros, mas por outro lado com esta aquisição, o saldo de caixa e equivalente de caixa do Grupo foi acrescido do montante de 176.970 Euros, referente ao saldo de caixa e equivalentes de caixa da empresa adquirida.

14. Unidades Operacionais em Descontinuação

Os valores relativos a Unidades Operacionais em Descontinuação, na Demonstração de Resultados, referem-se ao negócio do segmento das Viagens e Turismo, representado no Grupo pela subsidiária Orey Viagens e Turismo, Lda. (OVT), o qual foi trespassado em 31 de Julho de 2005 à Star - Viagens e Turismo, S.A.

Aquela empresa, Orey- Viagens e Turismo Lda registou a liquidação com data de 28/12/2006, tendo a socia única, Sociedade Comercial Orey Antunes S.A., assumido os passivos e os activos da sociedade.

Os activos e passivos referentes a esta unidade operacional discriminam-se da seguinte forma:

Activos	31-Dez-06	31-Dez-05
Activos Fixos Tangíveis	-	6.567
Contas a Receber - Clientes	-	198.978
Contas a Receber - Outras	-	79.229
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	119.575
Total	-	404.349
Passivos	31-Dez-06	31-Dez-05
Contas a Pagar - Fornecedores	-	164.858
Contas a Pagar - Outras	-	60.351
Total	-	225.209

(Unidade Monetária - Euro)

15. Capital e Prémios de Emissão

Concretização no início de Julho de uma operação de reforço de capitais, envolvendo duas operações distintas: (i) uma operação pública de subscrição de 10 milhões de euros através da emissão de 5 milhões de novas acções com valor nominal de 1 euro e um prémio de emissão de 1 euro e (ii) uma emissão de 9,975 milhões de euros de valores mobiliários



obrigatoriamente permutáveis em acções Orey, organizada pelo Banco Espírito Santo de Investimento, SA.

Os encargos com a emissão (deduzidos dos respectivos impostos diferidos) ascenderam a 169.450 euros.

A emissão dos valores mobiliários obrigatoriamente permutáveis em acções Orey, foi reservada aos accionistas da sociedade, com a emissão de 3.750.000 títulos, ao valor nominal de 2 Euros, com um preço de subscrição de 2,66 Euros, que perfaz o montante total de 9,975 milhões de euros, vencendo-se em 30 de Junho de 2009.

16. Reservas

Em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

Reservas	31-Dec-06	31-Dec-05
Ajustamentos de Conversão Cambial	-	22.045
Reservas de Reavaliação	2.840.298	2.733.938
Reservas Legais	1.106.909	830.728
Reservas Livres	4.968	-
Total	3.952.174	3.586.711
<i>(Unidade Monetária - Euro)</i>		

17. Empréstimos e Descobertos Bancários

Em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

Empréstimos e Descobertos Bancários		
Passivo Não Corrente	31-Dec-06	31-Dec-05
- Sociedade Comercial Orey Antunes	3.650.000	4.350.000
- Orey Shipping S.L.	3.986.111	5.580.556
- Imobiliária Ormer S.L.	-	475.486
- Agemasa - Ag. Marítima de Consignaciones S.A.	159.228	123.370
- Orey Gestão e Imobiliária, Lda	175.286	-
Total	7.970.625	10.529.412
<i>(Unidade Monetária - Euro)</i>		
Passivo Corrente	31-Dec-06	31-Dec-05
- Sociedade Comercial Orey Antunes	1.650.000	5.250.000
- Empréstimos bancários	4.061.020	3.907.564
- Descobertos bancários	1.594.444	1.594.444
- Orey Shipping S.L.	7.500	145.000
- Orey Serviços e Organização, Lda	320.000	160.056
- Orey Financial, SGPS, S.A.	864.103	240.143
Total	8.497.068	11.297.207
<i>(Unidade Monetária - Euro)</i>		

As condições de financiamento são as seguintes:

Empresa	Banco	Forma	Valor total Aprovado	Montante em Dívida	Taxa de Juro
Soc Com Orey Antunes SA	BES	Médio/Longo Prazo	4.500.000	4.050.000	Euribor 3M + Spread de 1,0%
Soc Com Orey Antunes SA	BES	Descoberto Autorizado	2.500.000	1.935.456	Euribor 3M + Spread de 1,5%
Soc Com Orey Antunes SA	BES	Conta Corrente Caucianada	2.000.000	0	Euribor 3M + Spread de 1,0%
Soc Com Orey Antunes SA	CGD	Médio/Longo Prazo	1.000.000	750.000	Euribor 3M + Spread de 1,0%
Soc Com Orey Antunes SA	CGD	Curto Prazo	1.000.000	0	Euribor 3M + Spread de 0,625%
Soc Com Orey Antunes SA	Fortis Bank	Descoberto Autorizado	2.000.000	521.427	Euribor 1M + Spread de 0,9%
Soc Com Orey Antunes SA	BTA	Conta Corrente Caucionada	2.000.000	514.867	Euribor 3M + Spread de 0,75%
Soc Com Orey Antunes SA	BCP	Descoberto Autorizado	2.000.000	1.589.081	Euribor 3M + Spread de 1,5%
Orey Shipping S.L.	Caixa Nova	Médio/Longo Prazo	7.175.000	5.580.555	Euribor 3M + Spread de 1,0%

18. Responsabilidades por Benefícios de Reforma

Conforme referido na nota 1, a sociedade tem um plano de benefícios definidos de reforma, atribuível aos trabalhadores admitidos até 1980, que cobre a diferença entre 80% do último salário como trabalhador activo e o valor pago pela Segurança Social a título de reforma. Este plano é de benefícios definidos, com fundo constituído e gerido por uma entidade terceira. Os ganhos e perdas actuariais são reconhecidos em resultado no exercício em que são, respectivamente, obtidos ou incorridos.

A fim de estimar as suas responsabilidades com os complementos de reforma, a Sociedade obtém, anualmente, estudos actuariais elaborados por uma entidade independente e especializada, de acordo com o método denominado por "Projected Unit Credit" e pressupostos e bases técnicas e actuariais internacionalmente aceites, os quais, para o estudo reportado a 31 de Dezembro de 2006, são como segue nos quadros seguintes:

	Evolução das Responsabilidades Líquidas	2006		
		Reformados	Activos	Total
Saldo Inicial		322.350	747.937	1.070.287
Benefícios e prémios pagos				
- Contribuições para o fundo		(258.885)	-	(258.885)
- Benefícios pagos		(107.216)	-	(107.216)
Custo serviços correntes		-	28.855	28.855
Cortes/liquidações		-	-	-
Custo dos juros		35.771	38.473	74.244
Retorno real dos activos		(32.103)	-	(32.103)
Ganhos e perdas actuariais		150.085	(21.696)	128.389
Total		110.002	793.569	903.571
(Unidade Monetária - Euro)				

Evolução valor do fundo de pensões	2006	2005
Saldo Inicial	605.252	637.395
Contribuições para o fundo	258.885	-
Benefícios e prémios pagos pelo fundo	(64.942)	(81.507)
Rendimento dos activos do fundo	32.103	49.364
Total	831.298	605.252

(Unidade Monetária - Euro)

Diferencial entre responsabilidade e o valor dos activos do fundo	2006	2005
Valor das responsabilidades	1.734.869	1.675.539
Valor do fundo	831.298	605.252
Déficit	903.571	1.070.287

(Unidade Monetária - Euro)

Descrição dos custos	2006		
	Reformados	Activos	Total
Custo serviços correntes	-	28.855	28.855
Custo dos juros	35.771	38.473	74.244
Perdas actuariais	42.869	(21.696)	21.173
Rendimento dos activos do fundo	(32.103)	-	(32.103)
Total	46.537	45.632	92.169

(Unidade Monetária - Euro)

Pressupostos e bases técnicas actuariais	2006	2005
Pressupostos financeiros		
Taxa técnica actuarial	4,5%	4,5%
Taxa anual do rendimento do fundo	5,0%	5,0%
Taxa anual do crescimento salarial	3,0%	3,0%
Taxa anual do crescimento das pensões	0,0%	0,0%
Pressupostos demográficos		
Idade normal de reforma	65 anos	65 anos
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de invalidez	SR	SR

19. Passivo por Locação Financeira

Passivos por locação financeira		2006	2005
		Passivo corrente	Passivo não correntes
Terrenos e Recursos Naturais	7.693	113.823	8.783
Edifícios e Outras Construções	23.078	341.469	26.350
Equipamento Básico	-	-	-
Equipamento de Transporte	23.137	15.433	-
Ferramentas e Utensílios	-	-	-
Equipamento Administrativo	-	-	18.664
Outras Imobilizações em Curso	-	-	32.670
Total	53.908	470.725	53.797
			522.724

(Unidade Monetária - Euro)

O valor presente das responsabilidades distribui-se do seguinte modo:

- não mais de 1 ano 53.908 Euros
- mais de 1 ano e não mais de 5 anos 357.920 Euros
- mais de 5 anos 112.805 Euros

20. Contas a Pagar – Outras (Passivos não correntes)

O valor inscrito nesta rubrica reflecte o justo valor da opção de compra detida por uma entidade terceira sobre 16,32% das 41 736 acções da subsidiária Agemasa, ao preço de exercício de um euro por acção, com possibilidade de exercício da call nos anos de 2008 a 2010, caso o EBITDA da Agemasa seja igual ou superior a 2.430.000 euros em 2007, 2008 ou 2009. A redução do justo valor desta opção, entre 31 de Dezembro de 2005 e 31 de Dezembro de 2006, foi registada em resultados do exercício.

21. Contas a Pagar - Outras (Passivos Correntes)

Em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

Contas a Pagar - Outras	31-Dez-06	31-Dez-05
Adiantamentos de Clientes	3.033.795	1.222.696
Impostos	871.299	719.005
Accionistas	18.910	40.860
Outros credores	8.983.494	11.325.831
Acréscimos de Custos	2.222.433	6.505.418
Proveitos Diferidos	420.470	946.259
Total	15.550.401	20.760.069
<i>(Unidade Monetária - Euro)</i>		

A rubrica “Outros Credores” diz respeito principalmente aos fluxos financeiros nos processos de navegação. Na rubrica “Acréscimos de Custos” registam-se os custos estimados com esses processos. A diminuição registada face a 31 de Dezembro de 2005, resulta da alteração do perímetro de consolidação.

22. Activos / Passivos por Impostos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-06	31-Dez-05
IRC estimado	(110.589)	(461.446)
Retenções na fonte por terceiros	63.514	48.084
Pagamento especial por conta	75.498	86.925
Pagamento por conta	249.155	226.554
Imposto a pagar	(14.239)	(25.867)
Imposto a recuperar	17.329	2.889
Total	280.668	(122.861)
<i>(Unidade Monetária - Euro)</i>		

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais relativas ao imposto sobre o rendimento estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2002 a 2006 ainda poderão estar sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da SCOA entende que eventuais correções a efectuar pelas autoridades fiscais a essas declarações não terão um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2006.

(Ver nota 12)

23. Outros Proveitos Operacionais

Em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

Outros Proveitos Operacionais	31-Dez-06	31-Dez-05
Prestações suplementares	293.075	44.317
Reversão de Amortizações e Ajustamentos	180.266	158.119
Ganhos em Imobilizações	186.325	180.799
Redução de Provisões	17.259	102.061
Benefícios de Penalidades Contractuais	1.465.462	-
Outros	1.385.013	733.251
Total	3.527.400	1.218.547

(Unidade Monetária - Euro)

Os benefícios de penalidades contratuais referem-se à indemnização recebida pela subsidiária PONP em resultado da aquisição da P&O Nedlloyd pela Maersk, que tem representação em Portugal, o que conduziu á rescisão do contrato de agencia de navegação.

No que se refere à rúbrica de Outros, o aumento deve-se às alterações nas estimativas dos processos de navegação, na subsidiária Orey Angola Ltd.

24. Resultados Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

Resultados Financeiros	31-Dez-06	31-Dez-05
Rendimentos e Ganhos Financeiros		
- Juros Obtidos	163.127	90.422
- Diferenças de Câmbio Favoráveis	653.191	532.425
- Outros	7.247	4.998
Total	823.566	627.845
Gastos e Perdas Financeiros		
- Juros Suportados	(786.872)	(566.498)
- Serviços Bancários	(226.058)	(152.898)
- Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	(859.242)	(543.238)
- Outros	(3.641)	(10.633)
Total	(1.875.814)	(1.273.267)
Resultados Financeiros	(1.052.248)	(645.422)

(Unidade Monetária - Euro)

25. Gastos (Rendimentos) de Impostos

O saldo apurado de Gastos (Rendimentos) de Impostos é decomposto do seguinte modo:

Gastos (rendimentos de impostos)	31-Dez-06	31-Dez-05
Imposto Corrente	(218.424)	393.616
Impostos Diferidos		
- Origem e reversão de diferenças temporárias	121.881	(6.461)
Gasto de impostos sobre o rendimento de unidades em continuidade	(96.543)	387.155
Gasto de impostos correntes de unidades descontinuadas	-	1.293
Total	(96.543)	388.448

(Unidade Monetária - Euro)

26. Dividendos

Durante o ano de 2006, a Sociedade Comercial Orey Antunes S.A. não efectuou qualquer pagamento de dividendos aos accionistas, referentes ao ano de 2005.

27. Aquisições de Subsidiárias

Conforme nota 2, foram adquiridas as empresas Martanque para o sector da navegação e a empresa MCA Economy no Brasil para o sector Financeiro.

28. Activos e passivos contigentes

Em 31 de Dezembro de 2006, os compromissos financeiros que não figuram no balanço são os seguintes:

✓ Garantias prestadas a favor de outras empresas	EUR 2.081.644,00
✓ Garantias prestadas a favor de outras empresas	USD 50.000,00
✓ Garantias prestadas a favor de outras empresas	MZM 10.000.000,00
✓ Garantias prestadas a favor do Estado	EUR 577.079,00

29. Resultados por acção

Em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005, os resultados por acção têm a seguinte composição:

Resultados Financeiros	31-Dez-06	31-Dez-05
Resultado por acção básico	0,182	0,259
Resultado por acção diluído	0,145	0,259

O resultado por acção básico é calculado tendo em conta o resultado líquido atribuível à casa-mãe e o número médio de acções em circulação, o que corresponde a 7.500.000 acções, em resultado de 5.000.000 acções em circulação no 1º semestre e 10.000.000 acções no 2º semestre.

O resultado por acção diluído é consistente com o resultado por acção básico, tendo em conta as acções ordinárias potenciais, que no caso desta sociedade são os VMOP (3.750.000), o que corresponde a 9.375.000 acções em circulação, em resultado de 5.000.000 acções em circulação no 1º semestre e 10.000.000 acções acrescida dos 3.750.000 acções de acções potenciais em circulação no 2º semestre.

30. Eventos Subsequentes

Em Janeiro de 2007, a participada Imobiliaria Ormer S.L., vendeu o seu edifício que estava registado em propriedade de investimento por 1.950.000 Eur + Iva, o que se traduziu numa mais valia de 580.173 Eur.

Em Fevereiro de 2007, a participada Orey Financial, SGPS, S.A., adquiriu 3% da SGF-Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., por 114.000 Eur, estando a aguardar da parte dos accionistas daquela sociedade resposta sobre o seu direito de preferência.

31. Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o detalhe do número de colaboradores do Grupo, repartido por área de negócio é o seguinte:

Pessoal	2006		2005		Diferença	
	Médio	Total	Médio	Total	Médio	Total
Navegação (Portugal)	85	68	122	120	(37)	(52)
Navegação (International)	104	93	98	114	6	(21)
Representações Técnicas	34	36	35	35	(1)	1
Viagens e Turismo	-	-	7	-	(7)	-
Private Banking e Gestão de Activos	37	40	22	24	15	16
Serviços Administrativos	42	39	22	25	20	14
Total	302	276	306	318	(5)	(42)

32. Remunerações dos Órgãos Sociais

No exercício de 2006 e 2005, as remunerações pagas aos Órgãos Sociais da Sociedade foram as seguintes:

Remunerações dos Órgãos Sociais	31-Dec-06	31-Dec-05
Conselho de Administração	758.687	788.306
Conselho Fiscal (a)	107.500	166.460
Total	866.187	954.766

(Unidade Monetária - Euro)

(a) inclui SROC

33. Ajustamentos e Provisões

Durante 2006, o movimento efectuado na rubrica dos ajustamentos e provisões foi o seguinte:

Ajustamentos	Saldo em 31/12/05	Reforço	Utilizações / Reversões	Saldo em 31/12/06
Devedores Cobrança Duvidosa	990.097	347.875	619.522	718.450
Depreciação de Existências	48.944	-	48.944	-
Provisões	Saldo em 31/12/05	Reforço	Utilizações/Rever sões	Saldo em 31/12/06
	402.224	64.711	17.735	449.200
Total	1.441.265	412.586	686.201	1.167.650

(Unidade Monetária - Euro)

34. Estrutura Accionista

O capital social da Sociedade está representado por 10.000.000 de acções ao portador com o valor nominal de 1 Euro cada.

Em 31 de Dezembro de 2006, a estrutura accionista da Sociedade era a seguinte:

Accionista	Quantidade	Percentagem do Capital Social	Percentagem dos direitos de voto
Duarte Maia de Albuquerque d'Orey			
Directamente:	0	0,00%	0,00%
Indirectamente:			
- Através da Triangulo-Mor, Consultoria Económica e Financeira, S.A.	7.097.671	70,98%	71,98%
- Através da Orey Gestão de Activos SGFIM, S.A.	280.748	2,81%	2,85%
carteiras de clientes de gestão discricionária			
	7.378.419	73,79%	74,83%
MCFA, SGPS, S.A.	200.000	2,00%	2,03%
Jochen Michalski	300.000	2,69%	3,04%
MRF, SGPS, S.A.	200.000	2,00%	2,03%
António de Arriaga Mardel Correia	201.300	2,01%	2,04%

* As acções da Orey Inversiones Financieras, Slu, passaram a ser detidas pela empresa Triangulo-Mor, Consultoria Económica e Financeira, S.A.

35. Partes Relacionadas

Todas as relações comerciais e financeiras são só entre as várias empresas subsidiárias do grupo e a casa-mãe do grupo, conforme nota 4.

NOTA:

EBITDA = Total dos Proveitos Operacionais – Total dos Custos Operacionais

EBIT = EBITDA – Amortizações

* Arredondado para 1 Euro



13.6 CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, da Sociedade Comercial Orey Antunes, SA (adiante também designada por Empresa), as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 67 036 377 euros e um total de capital próprio de 19 774 122 euros, incluindo um resultado líquido de 1 362 885 euros); a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data; e as correspondentes Notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que não o tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- (ii) a verificação das operações de consolidação;
- (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e
- (vi) a apreciação sobre se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Sociedade Comercial Orey Antunes, SA em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 12 de Março de 2007

José Martinho Soares Barroso, em representação de
Barroso, Dias, Caseirão & Associados – SROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

Senhores Accionistas,

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2006, a actividade da Sociedade Comercial Orey Antunes, SA, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e assistimos ao processo de elaboração das contas consolidadas.

O Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2006, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, bem como o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados consolidados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

Parecer

Assim, propomos que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, da Sociedade Comercial Orey Antunes, SA, apresentados pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 12 de Março de 2007

O FISCAL ÚNICO

José Martinho Soares Barroso, em representação de
Barroso, Dias, Caseirão & Associados – SROC



14. EXTRACTO DA ACTA DE APROVAÇÃO DE CONTAS

Ao terceiro dia do mês de Abril de dois mil e sete, pelas quinze horas, reuniu na EURONEXT, sita na Avenida de Liberdade, número 196, em Lisboa, a Assembleia Geral da sociedade comercial anónima com a firma "SOCIEDADE COMERCIAL OREY ANTUNES, S.A.", Sociedade Aberta, com o número único de matrícula e de Pessoa Colectiva 500 255 342 com o capital social integralmente subscrito e realizado de dez milhões de euros, (...)

(...) A reunião havia sido regularmente convocada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por anúncios publicados em 2 de Março de 2007, nos sítio da internet www.mj.gov.pt/publicacoes, www.cmvm.pt e ainda www.euronext.com, para deliberar sobre a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício nos termos do disposto na alínea a) do número 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais.

PONTO DOIS: Apreciação do relatório consolidado de gestão e das contas consolidadas, nos termos do nº 2 do artigo 508.º-A do Código das Sociedades Comerciais.

PONTO TRÊS: Deliberar sobre uma proposta de aplicação de resultados nos termos da alínea b) do número 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais.

PONTO QUATRO: Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade nos termos da alínea c) número 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais.

PONTO CINCO: Deliberar sobre uma proposta de alteração de sede e, em consequência, alterar o número um do artigo 2º dos respectivos estatutos que passará a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 2º

1 – A sociedade tem a sua sede no prédio urbano, designado por "Amoreiras Square", sito em Lisboa, com entradas pelas Rua Joshua Benoliel, nºs 1 A, 1B, 1C, 1D, 1, 1E e 1F, Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, nºs 17 A, 17B, 17 e 17C e Rua Silva Carvalho nº265Ano 6ºPiso, Letra A, da freguesia de Santa Isabel, concelho de Lisboa.

PONTO SEIS: Deliberar sobre uma proposta de alteração do número um do artigo 11º, números um e quatro do artigo 15º, artigo 19º e número dois do 21º dos respectivos Estatutos, tendo em conta as alterações ao Código das Sociedades Comerciais resultantes do Decreto-Lei 76-A/2006, que passam a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 11º

1 – Os accionistas que sejam pessoas singulares só poderão fazer-se representar em Assembleia Geral. Os accionistas que sejam pessoas colectivas serão representados por pessoa a quem o respectivo órgão de representação nomear para o efeito.

2-

ARTIGO 15º

1 – A Administração da Sociedade será exercida por um Conselho de Administração, composto por um número mínimo de três e máximo de nove, eleitos em Assembleia Geral por períodos de três anos, sendo sempre permitida a sua reeleição, por uma ou mais vezes.

2 – (...)

3 –(...)

4 – Um número de membros do Conselho de Administração não excedente a um terço daquele Conselho, poderá ser isoladamente eleito de entre as pessoas propostas em listas subscritas por grupos de accionistas, contanto que nenhum desses grupos possua acções representativas de mais de 20% ou menos de 10% do capital social.

5 – (...)

ARTIGO 19º

1- A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal composto por três membros efectivos e um suplente e um Revisor Oficial de Contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, eleitos pela Assembleia Geral, por um período de três anos.

2- O presidente do Conselho Fiscal será designado pela Assembleia Geral de entre os membros eleitos.

3- As competências quer do Conselho Fiscal quer do Revisor Oficial de Contas são as que decorrem da lei.

ARTIGO 21º

1 - (...)

2 - O exercício do cargo de membro da Comissão de Remunerações é incompatível com o de membro do Conselho de Administração ou membro do Conselho Fiscal.

3 -(...)

PONTO SETE: Proceder à eleição dos membros do Conselho Fiscal, para o triénio em curso, tendo em conta as alterações introduzidas ao Código das Sociedades Comerciais pelo Decreto-Lei 76-A/2006.

PONTO OITO: Deliberar sobre uma proposta do Conselho de Administração relativa a um plano para o exercício do direito de opção de aquisição de acções da sociedade por parte de colaboradores e administradores.

PONTO NOVE: Deliberar sobre uma proposta de aquisição e alienação de acções próprias nos termos do disposto nos artigos 319º e 320º do Código das Sociedades Comerciais e nos termos do disposto no Regulamento (CE) nº 2273/2003.

Para cumprimento do disposto na alínea d) do nº 5 do artigo 377º do Código das Sociedades Comerciais, transcrevem-se os artigos décimo e décimo primeiro do Contrato de Sociedade:

"Artigo 10º

1 - A Assembleia Geral regularmente constituída representa a universalidade dos accionistas, mas só têm direito a estar presentes e participar em Assembleia Geral os accionistas com direito a voto, cabendo um voto a cada acção.

2 - Têm direito de voto os accionistas que, desde o décimo dia útil anterior à data marcada para uma determinada Assembleia Geral e até à data da sua realização, tiverem um mínimo de cem acções:

a) tratando-se de acções tituladas nominativas, averbadas em seu nome no livro de registo da sociedade;

b) tratando-se de acções tituladas ao portador não registadas, depositadas numa instituição bancária; ou

c) tratando-se de acções escriturais, averbadas em seu nome em conta de títulos junto de intermediário financeiro autorizado a exercer a custódia de títulos.

3 - Os accionistas titulares de acções em número inferior ao exigido para conferir o direito de voto apenas terão direito a estar presentes e participar em Assembleia Geral se se agruparem de forma a completar o número mínimo exigido, fazendo-se então representar por qualquer um deles.

4 - Poderão ainda assistir às reuniões da Assembleia Geral o representante comum dos obrigacionistas e o representante comum dos titulares de acções preferenciais sem voto, caso existam, e as demais pessoas cuja presença seja autorizada pelo Presidente da Mesa.

ARTIGO 11º

1 - Os accionistas que sejam pessoas singulares só poderão fazer-se representar em Assembleia Geral por qualquer outro accionista, por um membro do Conselho de Administração ou por cônjuge, ascendente ou descendente. Os accionistas que sejam pessoas colectivas serão representados por pessoa a quem o respectivo órgão de representação nomear para o efeito.

2 - Os accionistas deverão comunicar ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por carta recebida com pelo menos dez dias úteis de antecedência relativamente à data marcada para a reunião, a identidade de quem os representa".

O Senhor Presidente da Assembleia Geral, Senhor Dr. Rui Machete, começou por desejar as boas vindas aos accionistas presentes, tendo após verificação de que se encontravam efectuadas as publicações legais, a legalidade da reunião e que se encontravam presentes e representados accionistas detentores de acções correspondentes a 72,43% (setenta e dois vírgula quarenta e três por cento do capital social) e correspondentes a 74,41% (setenta e

quatro vírgula quarenta e um por cento) dos direitos de voto a Assembleia estava em condições de, validamente, deliberar, declarou-a aberta.

Pelo Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Geral, Senhor Dr. Joaquim Correia Botelho, foi solicitada a palavra para pedir a sua demissão do cargo que vem desempenhando, atendo às recentes alterações ao Código das Sociedades Comerciais que estabelecem novos impedimentos. Não quis deixar de agradecer a todos os membros dos órgãos sociais toda a colaboração prestada.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Geral foi manifestado o seu pesar por esta decisão, ainda que atendendo aos motivos indicados a mesma seja inevitável.

De imediato, pela accionista TRIÂNGULO MOR foi pedida a palavra para apresentar a seguinte proposta:

"Em virtude da demissão do Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Geral, pelas razões apresentadas, proponho que se eleja, em sua substituição e para completar o mandato, a Senhora Dra. Cristiana Teixeira Lopes Soares Calheiros, Advogada, com escritório na Rua 1.º de Maio, n.º 22, porta 2, em Lisboa.

Proponho ainda que, caso a Assembleia aprove esta proposta, a Senhora Dra. Cristiana Calheiros assuma desde já o cargo, em consonância com as razões apresentadas pelo Senhor Dr. Joaquim Correia Botelho, Secretário demissionário."

Colocada esta proposta à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, tendo a Dra. Cristiana Calheiros assumido de imediato o lugar de Secretária da Mesa, passando a Mesa da Assembleia Geral a ser constituída por

Presidente – Dr. Rui Chancerelle de Machete

Secretária - Dra. Cristiana Calheiros

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi de imediato dado entrada no primeiro e segundopontos da ordem de trabalhos, dando a palavra ao Conselho de Administração para que o mesmo se pronunciasse sobre o relatório de gestão e as contas do exercício, individuais e consolidadas.

O Senhor Presidente da Mesa perguntou, seguidamente, se alguém queria usar da palavra e, como ninguém o quisesse fazer, submeteu à votação da Assembleia o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício relativos ao ano de dois mil e seis, tendo sido, os referidos documentos, aprovados por unanimidade.

Entrando seguidamente no ponto dois da ordem de trabalhos o Senhor Presidente, perguntou se alguém quereria usar da palavra relativamente ao relatório consolidado de gestão e das contas consolidadas e, como ninguém o quisesse fazer submeteu-o à aprovação da Assembleia, tendo sido aqueles documentos aprovados por unanimidade, bem como aprovado foi o resultado consolidado de € 1.362.885,00 (um milhão, trezentos e sessenta e dois mil oitocentos e oitenta e cinco euros).

Entrando no ponto três da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa referiu que tinha em seu poder uma proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração do seguinte teor: "A Sociedade Comercial Orey Antunes S.A encerrou o exercício de 2006 com um resultado líquido positivo, apurado em base consolidada, de 1.362.885 Euros e com um resultado negativo (individual) de 953.591 Euros, o qual se propõe que seja transferido para Resultados Transitados. Considerando que ao resultado individual acresce uma reserva de valorização dos investimentos ao justo valor, as reservas distribuíveis ascendem a 18.012.196 Euros.

Considerando as disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que, daquelas reservas, seja feita a distribuição de 0.07 Euros por acção."

O Senhor Presidente da Mesa perguntou, então, se alguém quereria usar da palavra e, como ninguém o quisesse fazer submeteu à aprovação da Assembleia a proposta apresentada pelo Conselho de Administração, tendo a Assembleia aprovado a mesma por unanimidade.

Entrando no ponto quatro da ordem de trabalhos e no que respeita à apreciação geral da Administração e Fiscalização, o Senhor Presidente perguntou se alguém queria usar da palavra.

Pediu então a palavra o Senhor Dr. Tiago Bianchi, em representação da accionista TRIÂNGULOMOR, e propôs a aprovação de um voto de louvor e confiança em todos e cada um dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, pela forma como conduziram os negócios da sociedade e desempenharam o seu papel.

Pediu, então, a palavra o Senhor Presidente do Conselho de Administração, Senhor Dr. Duarte d'Orey, para propor a extensão do voto de louvor ao Senhor Dr. Joaquim Correia Botelho, pela forma como desempenhou as funções de Secretário da Mesa da Assembleia Geral, bem como aos auditores que ainda se encontram em funções, esclarecendo que a alteração da constituição do Conselho Fiscal se justifica apenas por aplicação de normas internas de rotatividade dos titulares do órgão fiscalizador.

Posta à votação a proposta da TRIÂNGULO-MOR com a extensão proposta pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Entrando no quinto ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente referiu que para a alteração de estatutos, estabelece o Código das Sociedades Comerciais a necessidade de maioria qualificada de 2/3.

Perguntou o Senhor Presidente se alguém quereria usar da palavra sobre a proposta de alteração do número um do artigo 2.º dos estatutos referente à sede e, como ninguém o quisesse fazer, submeteu-a à aprovação da Assembleia, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Assim, o número um do artigo 2º passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 2º

A sociedade tem a sua sede em Lisboa na Rua Professor Carlos Alberto da Mota Pinto nº 17, 6ºA, freguesia de Santa Isabel, concelho de Lisboa.

Entrando no ponto seis da ordem de trabalhos, fez novamente o Senhor Presidente a advertência para a necessidade de uma maioria qualificada de 2/3 para a aprovação das alterações de estatutos em causa neste ponto.

Procedeu o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral à leitura dos novos termos dos artigos dos estatutos, salientando as alterações a introduzir.

No que se refere à primeira parte do artigo 11.º, informou o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral que o texto inserido na Convocatória continha um lapso de escrita. Pelo que foi pelo Senhor Presidente lido o texto constante da proposta que será colocado à votação e que se transcreve:

"1- Os accionistas que sejam pessoas singulares poderão fazer-se representar em Assembleia Geral. Os accionistas que sejam pessoas colectivas serão representados por pessoa a quem o respectivo órgão de representação nomear para o efeito.

2 - ..."

Perguntou o Senhor Presidente se alguém quereria usar da palavra sobre a proposta de alteração do número um do artigo 11.º dos estatutos e, como ninguém o quisesse fazer, submeteu-a à aprovação da Assembleia, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Em relação ao artigo 15.º, ninguém quis usar a palavra, pelo que colocado à votação, foi o seu teor aprovado por unanimidade.

Também em relação ao artigo 19.º não houve nenhuma intervenção por parte dos accionistas, tendo o teor do mesmo sido aprovado por unanimidade quando colocado à votação.

Igualmente, em relação ao n.º 2 do artigo 21.º, perguntado pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral se algum accionista pretendia usar da palavra, e, como ninguém o quisesse fazer, foi o seu teor aprovado por unanimidade.

Entrados no ponto sete, informou o Presidente da Mesa da Assembleia Geral ter na Mesa uma proposta da TRIÂNGULO-MOR da qual constava o seguinte:

"Tendo em conta as recentes alterações ao Código das Sociedades Comerciais que impõem que a fiscalização da sociedade seja exercida por um conselho fiscal e um Revisor Oficial de Contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, a Triângulo-Mor – Consultadoria Económica e Financeira, S.A., propõe aos Senhores Accionistas da Sociedade, que, para o triénio em curso, seja deliberado eleger os membros do órgão de fiscalização da sociedade de acordo com a seguinte lista:

Conselho Fiscal:

Presidente:

Dr. José Martinho Soares Barroso

Morada: Av. Das Forças Armadas, n.º 133, Quinta das Mil Flores, Lt D. 7E – 1600 -081 Lisboa

Estado Civil: Casado

N.º de Contribuinte: 148 756 344

N.º de Inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas: 724

Vogal Efectivo:

Dr. Acácio Augusto Lougares Pita Negrão, casado, Advogado com escritório na Avenida António Augusto de Aguiar, n.º 24 – 7.º Esq. em Lisboa.

Residente: Avenida General Norton de Matos, n.º 35, Edifício A – 1.º Frente, 1495 Algés.

Vogal Efectivo:

Dr. José Eliseu Chasqueira Mendes, solteiro, Advogado, com escritório na Avenida António Augusto de Aguiar, n.º 24, 7.º Esq., 1.º Lisboa

N.º Contribuinte: 198 167 121

Suplente:

Dr. Nuno de Deus Vieira Paisana Salvador Pinheiro, divorciado, Advogado, com escritório na Avenida António Augusto de Aguiar, n.º 24, 7.º Esq., em Lisboa

Residente na Rua Tomás da Anunciação, n.º 73 – 2.º Esq., 1350-324 Lisboa

Revisor Oficial de Contas

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, SA

N.º de contribuinte fiscal – 505 988 283

Inscrição OROC – 178

Morada da sede – Av. da República n.º 90 – 6.º - 1600-206 Lisboa

Inscrição n.º 9011 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

Representada por:

Dr. João Carlos Miguel Alves (ROC n.º 896)

Via Azulina – Rua Fausto Figueiredo – Birre

2750 – 073 Cascais

Casado em regime de comunhão de bens adquiridos

BI n.º 118 755 563 – 19.08.1999 Lisboa

N.º Contribuinte: 201 621 231"

O Senhor Presidente da Mesa perguntou, então, se alguém quereria usar da palavra e, como ninguém o quisesse fazer, submeteu à aprovação da Assembleia a proposta apresentada pela Triângulo-Mor, tendo a Assembleia aprovado a mesma por unanimidade.

Na medida em que se encontravam presentes na sala todos os eleitos, foi pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral perguntado a cada um se aceitavam o cargo, pergunta a que todos responderam afirmativamente, tendo solicitado que tal aceitação ficasse lavrada em acta.

Passando para o ponto oito, foi pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho de Administração, Senhor Dr. Duarte d'Orey para apresentar a seguinte proposta:

"Propomos que a Assembleia Geral delibere aprovar o plano para o exercício do direito de opção de aquisição de acções da sociedade por parte de colaboradores nos termos da seguinte proposta elaborada pelo Conselho de Administração:

I- Objectivos:

- 1) Alinhar interesses das pessoas chave da empresa com os accionistas;
- 2) Associar a componente variável da remuneração à evolução do valor accionista;
- 3) Atrair e reter Recursos Humanos
- 4) Incentivar e partilhar o sucesso
- 5) Premiar empenho na conquista de objectivos e procura de resultado

II- Condições de Acesso

- 1) Pertencer ao quadro de efectivos do grupo OREY, à data do exercício do direito;
- 2) O título da Sociedade estar cotado em Bolsa;
- 3) Ter avaliação de desempenho positiva todos os anos e de acordo com os seguintes critérios:
 - 3.1 Pontuação > 60% – mantém todas as opções
 - 3.2 Pontuação >= 50% e <= a 60% – perde 1/3 das opções, ou seja equivalentes a um ano dado que o plano é a 3 anos
 - 3.3 Pontuação <50% – perde todas as opções
- 4) Mobilidade: São excluídos do plano de opções os colaboradores que recusem a mudança para outra empresa do grupo desde que esta se situe na mesma cidade ou num raio de 100 (cem) quilómetros;
- 5) Assiduidade e pontualidade (critérios)
 - 5.1 São excluídos do plano os colaboradores que
 - tenham uma baixa prolongada com excepção da licença de parto;
 - tenham um número de faltas anual superior a 22 dias úteis, seguidos ou interpolados.
 - 5.2 Em caso de ausência por licença sem vencimento o colaborador perderá opções proporcionalmente ao tempo de duração da licença, ie (nº de dias de licença / 3 x 365).

III- Ficha Técnica

- 1) Os colaboradores abrangidos serão distribuídos por três níveis: Nível 1) Administradores das Sub Holdings; Nível 2) Gerentes ou Directores; Nível 3) Outros Quadros.
Nível 1) Os colaboradores integrados neste nível poderão exercer a opção de adquirir 32.000. acções da sociedade cada um;
- Nível 2) Os colaboradores integrados neste nível poderão exercer a opção de adquirir 16.000. acções da sociedade cada um;
- Nível 3) Os colaboradores integrados neste nível poderão exercer a opção de adquirir 8.000. acções da sociedade cada um;
Caberá ao Conselho de Administração indicar os elementos abrangidos.
- 2) O plano é constituído para o triénio 2007 a 2009;
- 3) Quantidade total das acções sobre as quais pode ser exercido o direito de opção: até um milhão de acções.
- 4) "Strike Price": € 3,081 (três euros e oito céntimos e uma décima) correspondente à média ponderada do valor do título "OREY" nos últimos seis meses de 2006.
- 5) Período e número de vezes em que pode ser exercida a opção: Entre um de Janeiro e trinta de Junho de 2010 e, no máximo, por seis vezes.
- 6) Ao Plano de Opções e aos rendimentos gerados pelo respectivo exercício dos correspondentes direitos aplica-se a legislação fiscal e parafiscal que, no momento, estiver em vigor.
- 7) Ajustamentos ao "strike price":

- O preço do exercício e número de acções serão ajustados caso haja eventos que tenham impacto no número de acções emitidas como, por exemplo, aumento e redução de capital, "stock split", etc.
- Não haverá ajustamento decorrente da Operação Pública de Subscrição de Valores Mobiliários Obrigatoriamente Permutáveis por acções, operação designada por "Capital Orey 2006 – 2009 uma vez que este efeito foi ajustado na cotação de 08/06/2006."

Relativamente a esta proposta, o Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém quereria usar da palavra, tendo a mesma sido pedida pela accionista TRIÂNGULO-MOR para apresentar a seguinte proposta:

"Sem prejuízo da fundamentação da proposta do Conselho de Administração, vimos propor a seguinte proposta alternativa à proposta de deliberação apresentada pelo Conselho de Administração relativamente à Ficha Técnica no sentido de que seja criado mais um nível de colaboradores, abrangendo os administradores da própria sociedade, os quais poderão exercer a opção de adquirir, cada um deles, 64.000 acções, respeitando sempre os requisitos previstos naquela proposta.

Esta opção não é cumulável com qualquer dos restantes níveis.

Assim o número 1 da Ficha Técnica fica com a seguinte redacção:

Os colaboradores abrangidos serão distribuídos por quatro níveis: Nível 1) Administradores da sociedade; 2) Administradores das Sub Holdings; Nível 3) Gerentes ou Directores; Nível 4) Outros Quadros.

Nível 1) Os colaboradores integrados neste nível poderão exercer a opção de adquirir 64.000 acções da sociedade cada um;

Nível 2) Os colaboradores integrados neste nível poderão exercer a opção de adquirir 32.000 acções da sociedade cada um;

Nível 3) Os colaboradores integrados neste nível poderão exercer a opção de adquirir 16.000.

Nível 4) Os colaboradores integrados neste nível poderão exercer a opção de adquirir 8.000."

Perguntou o Senhor Presidente se alguém mais quereria usar da palavra e, como ninguém o quisesse fazer e tendo em conta a alteração da proposta apresentada pelo Conselho de Administração da sociedade, colocou a mesma à votação, tendo esta sido aprovada por unanimidade.

Entrando-se no ponto nove da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente referiu que tinha sobre a Mesa uma Proposta formulada pelo Conselho de Administração da sociedade:

"Propomos que a Assembleia Geral delibere mandatar o Conselho de Administração para:

1. Nos termos do disposto no Artº 319º do Código das Sociedades Comerciais, e do Regulamento (CE) nº 2273/2003 e caso seja aprovado o plano para o exercício do direito de opção e aquisição de acções por parte de colaboradores, promover a aquisição, pela Sociedade e suas participadas, na Bolsa de Valores, de acções próprias da Sociedade, até ao limite de 10% do respectivo capital social, aos preços mínimo e máximo que resultarem da aplicação das regras constantes do aludido Regulamento. O prazo de validade desta deliberação é de 18 meses contados a partir da data desta Assembleia Geral.

2. Nos termos do disposto no Artº 320º do Código das Sociedades Comerciais, e do Regulamento (CE) nº 2273/2003 promover a alienação pela Sociedade e suas participadas, de acções próprias da Sociedade, tendo como limite mínimo o montante de 1 acção e como preço mínimo o que resultar da aplicação das regras constantes do aludido Regulamento. O prazo de validade desta deliberação é de 18 meses contados da data desta Assembleia Geral.

Lisboa, 16 de Março de 2007

O Conselho de Administração,"

Perguntou o Senhor Presidente se alguém quereria usar da palavra e, como ninguém o quisesse fazer, colocou à votação, primeiro o ponto 1. da proposta que foi aprovado por unanimidade, e em seguida o ponto 2. que também foi aprovado por unanimidade.

Terminando a Ordem de Trabalhos, foi pedida a palavra pelo Senhor Dr. Duarte d'Orey, que apresentou um voto de louvor à Mesa pela forma como conduziu os trabalhos.

Posto à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Mesa agradeceu o voto de louvor, e concluídos que foram os trabalhos, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, pelas 16,30 horas, a qual, para constar, se encontra lavrada nesta acta que, depois de lida, vai ser assinada por si e pelo Secretário.



**Relatório sobre o Governo da Sociedade
Exercício de 2006**

Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.
Sociedade Aberta
Rua dos Remolares, nº 14, 1200-371 Lisboa – Portugal
Capital Social € 10.000.000 NIPC 500 255 342
Matrícula de Registo Comercial de Lisboa nº 5489

ÍNDICE

Introdução	Pág. 04
0. Declaração de Cumprimento	Pág. 04
1. Divulgação da Informação	Pág. 05
1.1. Organização e Pelouros do Órgão de Administração	Pág. 05
1.2. Comissões específicas criadas pela Sociedade	Pág. 08
1.3. Sistema de controlo de riscos da Sociedade	Pág. 08
1.4. Evolução da cotação das acções	Pág. 09
1.5. Política de distribuição de dividendos	Pág. 12
1.6. Planos de aquisição e atribuição de opções de compra de acções	Pág. 12
1.7. Negócios entre a Sociedade e os Órgãos Sociais	Pág. 13
1.8. Gabinete de Relação com os investidores	Pág. 14
1.9. Composição da comissão de vencimentos	Pág. 14
1.10. Remuneração anual paga ao auditor	Pág. 15
2. Exercício de direito de voto e representação dos accionistas	Pág. 15
2.1. Exercício do direito de voto	Pág. 15
2.2. Voto por correspondência	Pág. 16
2.3. Voto por meios electrónicos	Pág. 16
2.4. Antecedência exigida para participação na Assembleia Geral	Pág. 16
2.5. Prazo entre a recepção do voto por correspondência e a Assembleia Geral	Pág. 16
2.6. Número de acções a que corresponde um voto	Pág. 16
3. Regras societárias	Pág. 17
3.1. Códigos de conduta	Pág. 17
3.2. Procedimentos de controlo do risco	Pág. 17
3.3. Medidas susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição	Pág. 18
4. Órgão de Administração	Pág. 18
4.1. Composição	Pág. 18
4.2. Comissão executiva	Pág. 21
4.3. Funcionamento do órgão de administração	Pág. 21
4.4. Política de remuneração do órgão de administração	Pág. 21
4.5. Remuneração auferida pelos membros do órgão de administração	Pág. 22
4.6. Política de comunicações de irregularidades	Pág. 22
4.7. Política de comunicações de irregularidades	Pág. 23

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como objectivo divulgar as práticas de Governo adoptadas pela Sociedade Comercial Orey Antunes, SA (SCOA ou Sociedade). Para maior facilidade de consulta por parte dos Senhores accionistas e investidores, foi organizado de acordo com o modelo anexo ao Regulamento da Comissão de Mercados de Valores Mobiliários (CMVM), nº 7/2001, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Regulamentos nº 11/2003, 10/2005 e 3/2006.

O relatório é referente à data de 28 de Fevereiro de 2007, identificando as alterações relevantes ocorridas até esta data.

0. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

O Conselho de Administração (C.A.) tem como preocupação constante cumprir as recomendações e boas práticas relativas ao Governo das Sociedades, razão pela qual tem vindo a aperfeiçoar o modelo de prestação de informação. O C.A. adapta as regras à dimensão da Sociedade e da intervenção da estrutura accionista na gestão da empresa.

A SCOA cumpre integralmente todas as recomendações da CMVM relativas ao governo das sociedades, excepto nos seguintes aspectos:

- a) A existência de códigos de conduta dos órgãos da sociedade ou de outros regulamentos internos. A Sociedade espera elaborar brevemente um conjunto de códigos e regulamentos que estabeleçam regras e procedimentos comuns a todas as empresas do Grupo.
- b) O sistema de remuneração do Conselho de Administração da SCOA e a sua divulgação pública respeitam os princípios e objectivos das recomendações da CMVM. No entanto e ponderados os interesses do Grupo e dos seus accionistas actuais e potenciais, as necessidades de mercado e os objectivos invocados nas recomendações da Comissão, o C.A. da SCOA considerou que a explicitação das remunerações individuais dos seus membros não iria acrescentar informação relevante para aqueles interesses, necessidades e objectivos.
- c) Nos termos das convocatórias para a Assembleia Geral de 2006 e 2007, os direitos de voto por correspondência deverão ser apresentados ou recebidos na Sociedade até ao oitavo dia anterior ao da data marcada para a realização da mesma.
- d) A Sociedade não possui Administradores Não Executivos e por consequência também não cumpre a recomendação da existência de membros não executivos independentes.
- e) A Comissão de Vencimentos da Sociedade não submeteu à aprovação em Assembleia Geral a política de remunerações dos Órgãos Sociais.
- f) Dada a dimensão da Sociedade, não está formalizada uma política de comunicação de irregularidades.

1. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

1.1. Organização e Pelouros do Órgão de Administração

Organização

Em termos organizacionais, o Grupo Orey encontra-se estruturado por três áreas de negócio através de quatro sub-holdings. A SCOA, holding do grupo, é responsável pelo desenvolvimento estratégico e pela gestão global das diferentes áreas de negócio, garantindo uma coordenação em matéria de recursos, segundo os critérios e orientações definidas de acordo com os grandes objectivos do Grupo.

Em cada área de negócio, a gestão é assegurada pelas respectivas sub-holdings ou sociedades, segundo princípios de autonomia de gestão, com competências claramente definidas em documento escrito. As competências da holding do grupo situam-se, essencialmente, ao nível de das seguintes decisões da gestão das sub-holdings: medidas estratégicas, assembleias gerais, aquisição e venda de negócios, contratação de financiamentos, aquisição/alienação de imóveis, nomeação dos órgãos de gestão e centralização de serviços não “core” do negócio.

Sub-holdings:



OREY Shipping: A área de navegação e transportes internacionais agrupa as várias empresas que, em Portugal, desenvolvem as actividades de:

- Linhas Regulares - Agenciamento de serviços de linha regular e controlo logístico de contentores dos armadores que representamos.
- Fornecedor de serviço de entrega porta a porta, combinando um vasto leque de modos de shipping para assegurar um serviço em tempo, fiável e credível para os nossos clientes.
- Trânsitos - Organização de transportes e prestação de serviços complementares à medida dos clientes.
- Serviços Portuários - Agenciamento de navios, organização de operações portuárias, assistência a navios e tripulações.
- Representação de armadores, transhipment, parking de contentores.
- Operações Portuárias e Logística.



OREY Technical: É a sub-holding que agrupa todas as representações técnicas do grupo, divididas em diferentes actividades:

- Naval: Venda de equipamento de segurança e salvaguarda da vida no mar, aprestos marítimos e de precisão, jangadas pneumáticas, cartas e publicações náuticas, entre outros.
- Estação de serviço Naval: Inspecção periódica certificada de jangadas pneumáticas salva-vidas.
- Petroquímica: Venda e assistência de equipamentos de movimentação de fluidos das indústrias químicas e



petroquímicas.

- » Monitorização e controlo: Fornecimento de sinalização marítima, venda e assistência a equipamentos para medição de caudais, controlo de canais e observação hidrometeorológica.

OREY International: Engloba toda a área de transportes em Angola, Espanha e Moçambique, sendo as actividades semelhantes às referidas para a Orey Shipping, isto é:

- » Linhas Regulares - Agenciamento de serviços de linha regular e controlo logístico de contentores dos armadores que representamos.
- » Fornecedor de serviço de entrega porta a porta, combinando um vasto leque de modos de shipping para assegurar um serviço em tempo, fiável e credível para os nossos clientes.
- » Trânsitos - Organização de transportes e prestação de serviços complementares à medida dos clientes.
- » Serviços Portuários - Agenciamento de navios, organização de operações portuárias, assistência a navios e tripulações.
- » Representação de armadores, transhipment, parking de contentores.
- » Operações Portuárias e Logística.

OREY Financial: Esta sub-holding reúne as actividades de gestão de activos e de *private banking* divididas em dois segmentos principais:

- » Gestão discricionária de patrimónios: Serviço de selecção e gestão dinâmica de activos financeiros adaptados às necessidades e ao perfil de risco dos clientes.
- » Fundos de investimento: Criação de fundos de investimento inovadores, com particular incidência na área dos investimentos alternativos e dos fundos de passes de jogadores de futebol.
- » Corporate Finance.
- » Corretagem online através de uma plataforma *trading online* de elevada abrangência (www.oreyitrade.com).
- » Reestruturação e consolidação de dívida bancária.

Para além das áreas de negócio, o grupo concentra em duas unidades de serviços partilhados a gestão dos seus recursos:

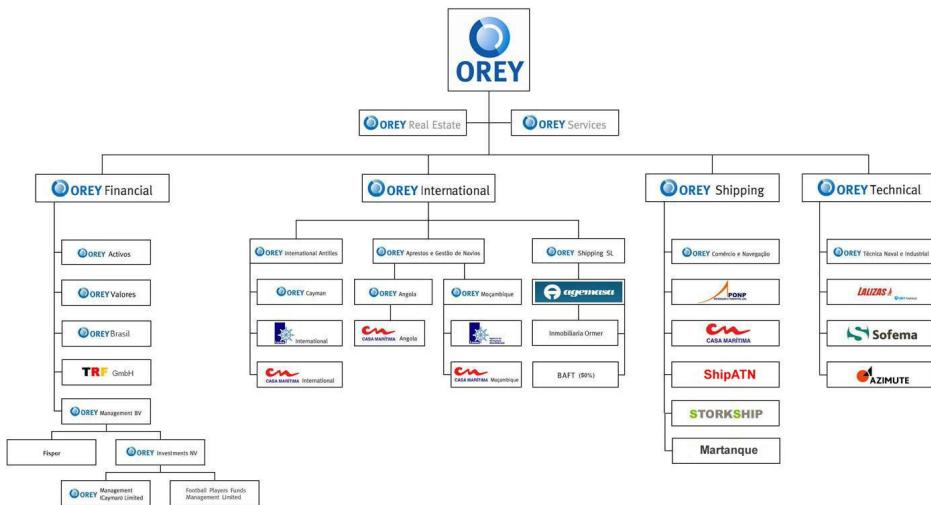
OREY Real Estate: Gestão do parque imobiliário e infra-estrutura dos edifícios.

OREY Services: Gestão operacional de Recursos Humanos, Sistemas Informáticos, Serviços de contabilidade, fiscalidade e tesouraria, Análise de processos e Sistemas da Qualidade, Gestão da Comunicação e Conteúdos, Gestão de Compras, Planeamento e Controlo de Gestão, Marketing.

A estrutura de cada área de negócio está constituída de acordo com as características e condições da respectiva actividade, visando o melhor aproveitamento das sinergias de grupo e do enquadramento mais favorável à prossecução dos objectivos definidos.



Actualmente, o Grupo apresenta a seguinte estrutura:



Pelouros dos membros da Administração

<u>Duarte d'Orey</u>	<u>Rui d'Orey</u>	<u>Francisco Bessa</u>
Coordenação do Modelo de Negócio	Coordenação da Área de Negócio Navegação	Relações com Mercado
Coordenação do Planeamento Estratégico	Coordenação da Área de Negócio Internacional	Relações com Entidades Reguladores
Coordenação da Área de Negócio Financeiro	Coordenação da Área de Negócios Representações Técnicas	<i>Legal & Compliance Officer</i>
Estratégia de Recursos Humanos	Coordenação do Asset Allocation	Contabilidade, planeamento e Controlo de Gestão
Marketing	Relações Institucionais	Gestão do Risco Cambial e Taxa de Juro
Relações Internacionais	Relações com Parceiros	Planeamento Fiscal
Relações com Parceiros	Relações com Clientes de Referência	Auditoria Externa
Relações com Accionistas	Relações Comerciais com África	Projecto de Redução de Custos
Relação com Clientes de Referência		Sistemas Informáticos
Desenvolvimento de Novos Negócios		Operações

Qualidade e Gestão de
Processos

Recursos Humanos
Operacionais

Entrepise Risk
Management

Gestão do Imobiliário &
Compras

1.2. Comissões específicas criadas pela Sociedade

Atendendo à dimensão da Sociedade e ao controlo efectivo exercido pelo Órgão de Administração, não foi sentida a necessidade, até ao momento, de criação de comissões específicas.

1.3. Sistema de controlo de riscos da Sociedade

As grandes linhas de orientação estratégica do Grupo são definidas em C.A. da SCoA sob proposta, quando tal é o caso, dos Conselhos de Administração/Gerência das sub-holdings.

É o C.A. que aprova o plano e orçamento anual; acompanha e avalia a evolução do Grupo face ao orçamento; define, anualmente, a política de Recursos Humanos do Grupo; delibera sobre a aquisição e alienação de participações sociais em outras empresas; define a cada momento, e se tal se tornar necessário, a política de organização do Grupo; aprova as contas intercalares do Grupo e a comunicação das mesmas ao mercado, entre outras.

Toda a actuação do C.A. é, por lei, sujeita a apreciação anual da Assembleia Geral que a tem aprovado, por unanimidade.

Toda a actividade do Grupo tem sido sempre acompanhada pelo respectivo órgão de fiscalização, actualmente composto por um Fiscal Único efectivo e um suplente, que afere da concordância de tal actividade com a lei e com os estatutos.

No entanto, por forma a dar cumprimento às recentes alterações ao Código das Sociedades Comerciais, provocadas pelo Decreto-Lei 76-A/2006, está proposta para apreciação da Assembleia Geral, convocada para 3 de Abril de 2007, uma alteração estatutária que contempla que a fiscalização da sociedade passe a ser efectuada por um Conselho Fiscal, composto por três membros efectivos e um suplente e um revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.

Para além do acompanhamento da actividade por parte do órgão de fiscalização, o Grupo recorre, ainda, a auditores externos e independentes, cuja missão principal é de acompanhar a gestão, verificar e assegurar o cumprimento das normas internas e legais para que a informação financeira apresente a posição financeira da empresa de uma forma verdadeira e adequada e que seja considerada pelo universo dos utilizadores, como uma ferramenta de tomada de decisão. Está definida como política de Grupo a alteração dos auditores em cada mandato dos órgãos sociais.

A SCOA tem, ainda, na sua estrutura, um Secretário da Sociedade, que, para além das atribuições que lhe são cometidas por lei, está presente em todos os Conselhos de Administração, elabora as respectivas actas e fá-las aprovar pelos respectivos membros.

Em 15 de Outubro de 2004 foi aprovado em reunião do C.A. da Sociedade, a criação de dois órgãos de Governo Corporativo, um Comité Financeiro denominado de ALCO (Asset-Liability Committee) e um Comité de Pessoal.

O Comité Financeiro (Asset-Liability Committee) tem como objectivo assessorar o C.A. na gestão financeira do Grupo, definindo e controlando a aplicação da política de financiamento da sua actividade e crescimento, incluindo o planeamento do balanço e dos fundos próprios.

O Comité de Pessoal tem como objectivo apoiar o C.A. da Sociedade na recolha periódica de informação sistematizada sobre o desempenho dos recursos humanos, permitindo o conhecimento e o acompanhamento das situações particulares, de forma a promover a aplicação fundamentada da política de recursos humanos.

1.4. Evolução da cotação das acções

O capital social da Sociedade Comercial Orey Antunes S.A. encontra-se presentemente representado por 10.000.000 de acções ordinárias, escriturais e ao portador, com o valor nominal de 1 Euro cada, admitidas à cotação no Mercado de Cotações Oficiais da Euronext Lisboa.

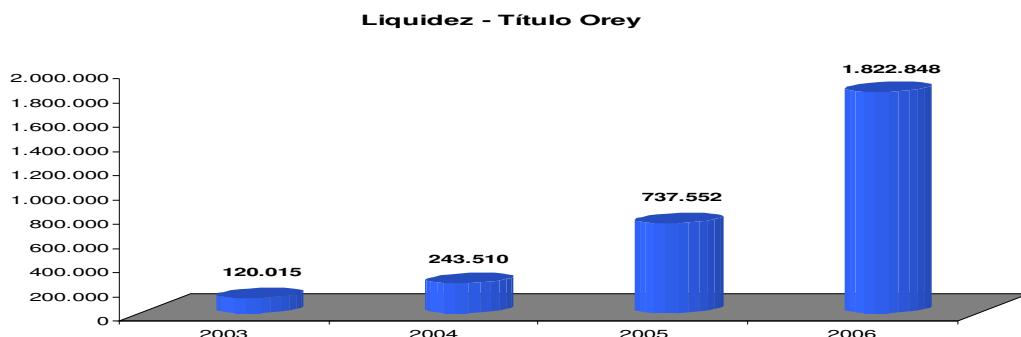
A acção Orey proporcionou aos seus accionistas uma desvalorização de 18,5% entre 1 de Janeiro de 2006 e 31 de Dezembro de 2006. A acção fechou, no último dia de 2005, a 3,35 eur e fechou, em 31 de Dezembro de 2006, a 2,73 eur.

A evolução durante o ano de 2006 das cotações do título Orey foi a seguinte:



Nota importante: no ano de 2006, a cotação do título Orey sofreu um ajustamento por via da operação conjunta de aumento de capital e de emissão de valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis ocorrida em Julho desse ano. Assim sendo, todos os dados relativos às cotações da acção Orey são apresentados já corrigidos do efeito no preço decorrente das operações referidas.

A evolução da liquidez desde o ano de 2003 até ao final de 2006 foi a seguinte:



A quantidade de títulos Orey transaccionados em bolsa durante o ano 2006 atingiu um montante de 1.822.848, resultando de um aumento de 147,1%, correspondendo a um acréscimo de 1.085.296 de acções.

Em 4 de Janeiro de 2005, a Sociedade assinou com o Caixa - Banco de Investimento, S.A. um contrato de "liquidity provider" sobre as acções da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. O contrato, que entrou em vigor em 6 de Janeiro, teve como objectivo aumentar a liquidez do título cotado na Euronext Lisboa, o que se verificou durante os anos de 2005 e 2006, com o aumento da quantidade transaccionada. Durante parte do ano 2006, a Sociedade manteve um contrato de "liquidity provider" com o Banco Big, facto que deu um impulso significativo na liquidez do título.

Analizando a evolução da cotação após as datas de apresentação de resultados e distribuição de dividendos, temos:

28 de Fevereiro de 2007

A Sociedade apresentou os seus resultados consolidados referentes ao ano de 2006. No dia 28 a acção fechou a 2,80 eur, mantendo a cotação no dia seguinte.

31 de Janeiro de 2007

A Sociedade apresentou os seus resultados consolidados referentes ao ano de 2006. No dia 28 a acção fechou a 2,80 eur, mantendo a cotação no dia seguinte. No dia 31 a acção fechou a 2,78 eur, subindo a cotação no dia seguinte para 2,80 eur.

30 de Novembro de 2006

A Sociedade apresentou os seus resultados consolidados referentes ao terceiro trimestre de 2006. No dia 30 a acção fechou a 3,10 eur, subindo a cotação no dia seguinte para 3,15 eur.

21 de Setembro de 2006

A Sociedade apresentou os seus resultados consolidados referentes ao primeiro semestre de 2006. No dia 21 a acção fechou a 3,21 eur. No dia seguinte, a acção registou uma subida de 3,74%, fechando a 3,33 eur.

21 de Agosto de 2006

A CMVM autorizou o alargamento dos serviços prestados pela Orey Valores à actividade de execução de ordens para o mercado a prazo e a disponibilização do

domínio de internet www.oreyitrade.com. No dia 21 a acção fechou a 2,99 eur. No dia seguinte, a acção registou uma subida de 4,78%, fechando a 3,14 eur.

1 de Agosto de 2006

A Sociedade Comercial Orey Antunes, S. A. informou o mercado que procedeu realização da escritura de venda da totalidade do capital social da sua participada SADOMARÍTIMA – AGÊNCIA DE NAVEGAÇÃO E TRÂNSITOS, LDA. à Grimaldi Lines. No dia 1 a acção fechou a 2,90 eur. No dia seguinte, a acção registou uma subida de 0,34%, fechando a 2,91 eur.

5 de Junho a 3 de Julho de 2006

A Sociedade Realizou de uma operação de reforço de capitais, envolvendo duas operações distintas: (i) uma operação pública de subscrição de 10 milhões de euros através da emissão de 5 milhões de novas acções, onde a procura excedeu três vezes a oferta e (ii) uma emissão de 9,975 milhões de Euros de valores mobiliários obrigatoriamente permutáveis em acções OREY, organizada pelo Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., tendo sido a primeira operação deste género em Portugal. No dia 5 a acção fechou a 3,11 eur. No dia 3 de Julho a acção encerrou a 3,14 eur, correspondendo a uma valorização de 0,96% durante o período de referencia.

30 de Maio de 2006

A Sociedade apresentou os seus resultados consolidados referentes ao primeiro trimestre de 2006. No dia 30 a acção fechou a 3,03 eur. No dia seguinte, a acção registou uma descida de 0,33%, fechando a 3,02 eur.

6 de Abril de 2006

A Sociedade informou o mercado informou o mercado que, na sequência da aquisição da P&O Nedlloyd, Ltd. pela AP Moller e sua subsequente integração na Maersk Line, a sua participada PONP – Navegação e Trânsitos, Lda. concluiu o acordo de cessação do contrato de agência que mantinha com a P&O Nedlloyd, Ltd. No dia 7 a acção fechou a 3,02 eur. No dia seguinte de cotação, a acção registou uma descida de 2,98%, fechando a 2,93 eur.

1 de Março de 2006

A Sociedade informou o mercado para o facto de a sua participada Orey Financial, SGPS, S.A., ter chegado a acordo para a aquisição de 100% do capital da MCA Economy Consultoria e Investimentos, Ltda., sociedade administradora de carteiras e de valores mobiliários, domiciliada em São Paulo, Brasil e regulada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). No dia 1 a acção fechou a 2,96 eur. No dia seguinte, a acção registou uma subida de 0,68%, fechando a 2,98 eur.

23 de Fevereiro de 2006

A Sociedade apresentou os seus resultados consolidados referentes ao ano de 2005. A acção fechou a 3.01 eur. No dia seguinte o preço manteve-se.

1.5. Política de distribuição de dividendos

A empresa tem tido uma política de distribuição de dividendos pautada pela preocupação de proporcionar um nível de rendimentos aos accionistas sem pôr em causa o investimento e as perspectivas de desenvolvimento da sociedade.

A proposta de distribuição de dividendos é de exclusiva responsabilidade do Conselho de Administração da SCOA, subordinada ao estipulado na legislação portuguesa e nos estatutos da Sociedade.

O dividendo bruto distribuído por acção e o *dividend yield*, nos últimos anos, foram os seguintes:

Ano	Dividendo (€)	Dividend Yield (*)
2002	0,050	2,00%
2003	0,050	2,30%
2004	0,088	2,21%
2005	-----	-----

(*) com base na cotação de fecho do ano

Atendendo à realização de um aumento de capital em 2006, a Assembleia Geral decidiu pela não distribuição de dividendos referente ao ano de 2005. Previamente à realização do referido aumento de capital, o CA da SCOA divulgou um plano de negócios em que manifestava a intenção de propor uma distribuição de dividendos equivalente a um “pay-out ratio” de, pelo menos, 50%. A proposta distribuição de resultados apresentada à Assembleia Geral de 3 de Abril de 2007 segue os princípios então definidos.

1.6. Planos de aquisição e atribuição de opções de compra de acções

Actualmente, a sociedade não tem qualquer plano de atribuição de acções ou opções sobre aquisições de acções aos membros do órgão de administração e/ou colaboradores.

No entanto, vai ser apresentada à Assembleia Geral de 3 de Abril de 2007 a seguinte proposta de atribuição de um plano de acções aos colaboradores:

- I- Objectivos:
- 1) Alinhar interesses das pessoas chave da empresa com os accionistas;
 - 2) Associar a componente variável da remuneração à evolução do valor accionista;
 - 3) Atrair e reter Recursos Humanos
 - 4) Incentivar e partilhar o sucesso
 - 5) Premiar empenho na conquista de objectivos e procura de resultado
- II- Condições de Acesso
- 1) Pertencer ao quadro de efectivos do grupo OREY, à data do exercício do direito;
 - 2) O título da Sociedade estar cotado em Bolsa;
 - 3) Ter avaliação de desempenho positiva todos os anos e de acordo com os seguintes critérios:
 - 3.1 Pontuação > 60% - mantém todas as opções
 - 3.2 Pontuação >= 50% e < = a 60% - perde 1/3 das opções, ou seja equivalentes a um ano dado que o plano é a 3 anos
 - 3.3 Pontuação < 50% - perde todas as opções

- 4) Mobilidade: São excluídos do plano de opções os colaboradores que recusem a mudança para outra empresa do grupo desde que esta se situe na mesma cidade ou num raio de 100(cem) quilómetros;
- 5) Assiduidade e pontualidade (critérios)
 - 5.1 São excluídos do plano os colaboradores que
 - tenham uma baixa prolongada com excepção da licença de parto;
 - tenham um número de faltas anual superior a 22 dias úteis, seguidos ou interpolados.
 - 5.2 Em caso de ausência por licença sem vencimento, o colaborador perderá opções proporcionalmente ao tempo de duração da licença, ie (nº de dias de licença / 3 x 365).

III- Ficha Técnica

- 1) Os colaboradores abrangidos serão distribuídos por três níveis: Nível 1) Administradores das Sub Holdings; Nível 2) Gerentes ou Directores; Nível 3) Outros Quadros.
 Nível 1) Os colaboradores integrados neste nível poderão exercer a opção de adquirir 32.000. acções da sociedade cada um;
 Nível 2) Os colaboradores integrados neste nível poderão exercer a opção de adquirir 16.000. acções da sociedade cada um;
 Nível 3) Os colaboradores integrados neste nível poderão exercer a opção de adquirir 8.000. acções da sociedade cada um;
 Caberá ao Conselho de Administração indicar os colaboradores abrangidos.
 - 2) O plano é constituído para o triénio 2007 a 2009
 - 3) Quantidade total das acções sobre as quais pode ser exercido o direito de opção: até um milhão de acções.
 - 4) "Strike Price": € 3,081 (três euros, oito cêntimos e uma décima) correspondente à média ponderada do valor do título "OREY" nos últimos seis meses de 2006.
 - 5) Período e número de vezes em que pode ser exercida a opção: Entre um de Janeiro e trinta de Junho de 2010 e, no máximo, por seis vezes.
 - 6) Ao Plano de Opções e aos rendimentos gerados pelo respectivo exercício dos correspondentes direitos aplica-se a legislação fiscal e parafiscal que, no momento, estiver em vigor.
 - 7) Ajustamentos ao "strike price":
 - o preço do exercício e número de acções serão ajustados caso haja eventos que tenham impacto no número de acções emitidas como, por exemplo, aumento e redução de capital, "stock split", etc.
- Não haverá ajustamento decorrente da Operação Pública de Subscrição de Valores Mobiliários Obrigatoriamente Permutáveis por acções, operação designada por "Capital Orey 2006 – 2009" uma vez que este efeito foi ajustado na cotação de 08/06/2006.

1.7. Negócios entre a Sociedade e os Órgãos Sociais

Não existem negócios relevantes entre a Sociedade e os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, com excepção do seguinte:

Em Julho de 2006 a Sociedade fez um contrato-promessa para compra da participação de 16.070 acções que a Triângulo-Mor detinha na Orey Financial, SGPS, S.A, representativas de 13,39%. Esta transacção permite que a Sociedade Comercial

Orey Antunes, S.A. passa a deter 100,00% da Orey Financial, SGPS, S.A. e está dependente de aprovação do Conselho Fiscal.

1.8. Gabinete de Relação com os investidores

A função de *Investor Relations* é exercida por um membro do Conselho de Administração, o Dr. Francisco Manuel de Lemos dos Santos Bessa. O seu endereço profissional o seguinte:

Francisco Bessa
Rua dos Remolares, n.º 14, 1200-371 Lisboa
Telef: + 351 21 340 70 00
Fax: + 351 21 347 24 92
email: francisco.bessa@orey.com

Embora mantendo esta responsabilidade ao nível do Conselho de Administração, a SCOA tem um gabinete de apoio ao investidor, nos termos das recomendações da CMVM sobre governo das sociedades cotadas.

Os investidores podem aceder ao Gabinete através do telefone +351 213407030, fax +351 213472492 e email: ir@orey.com. O horário de atendimento é em todos os dias úteis entre as 9h00 horas e as 12h30 horas e entre as 14h00 horas e as 17h30 horas.

O gabinete tem como principal função assegurar a prestação ao mercado de toda a informação relevante, divulgação da informação financeira intercalar e notícias relacionadas com o Grupo e, paralelamente, responder a questões ou pedidos de esclarecimento, de investidores ou público em geral, sobre informação financeira e informação de carácter público relacionada com o desenvolvimento das actividades do Grupo.

1.9. Composição da comissão de vencimentos

As remunerações, quer fixas quer variáveis, dos membros do Conselho de Administração e dos restantes órgãos sociais, bem como os eventuais complementos, são fixados por uma Comissão de Remunerações eleita em Assembleia Geral, podendo a remuneração dos Administradores consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade, em percentagem que, no global, não poderá exceder 15% do lucro do exercício distribuível.

O exercício do cargo de membro da Comissão de Remunerações é incompatível com o de membro do Conselho de Administração ou Fiscal Único.

A escolha dos membros que integram a comissão de vencimentos tem subjacente uma cuidadosa ponderação, tendo em vista a garantia de isenção e melhor prossecução dos interesses da Sociedade.

Actualmente, a comissão de vencimentos é composta pelos seguintes membros independentes:

Rui Chancerelle de Machete*
José Carlos Moreira Rato
Tristão José da Cunha Mendonça e Menezes

*Presidente da Mesa da Assembleia Geral



1.10. Remuneração anual paga ao auditor

Durante o exercício de 2006, as remunerações pagas aos auditores externos pelas empresas do Grupo Orey, ascenderam a 113.500 Euros. Destes valores, 5,3% respeitam a outros serviços de garantia e fiabilidade.

Os honorários pagos pelo Grupo Orey apresentam a seguinte decomposição:

- (i) Honorários referentes à auditoria externa e revisão legal das contas das empresas do Grupo: 107 500 euros
- (ii) Honorários referentes a outros serviços de garantia e fiabilidade (Due Diligence): 6 000 euros.

2. EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO E REPRESENTAÇÃO DOS ACCIONISTAS

2.1. Exercício do direito de voto

As Assembleias Gerais são convocadas com uma antecedência mínima de 30 dias mediante publicação de anúncios nos sítios da Internet www.mj.gov.pt/publicações, www.cmvm.pt, www.euronext.com e www.orey.com. A Assembleia Geral regularmente constituída representa a universalidade dos accionistas, mas só têm direito a estar presentes e participar em Assembleia Geral os accionistas com direito a voto, cabendo um voto a cada acção.

Têm direito de voto os accionistas que, desde o décimo dia útil anterior à data marcada para uma determinada Assembleia Geral e até à data da sua realização, tiverem um mínimo de cem acções:

- a) tratando-se de acções tituladas nominativas, averbadas em seu nome no livro de registo da sociedade;
- b) tratando-se de acções tituladas ao portador não registadas, depositadas numa instituição bancária; ou
- c) tratando-se de acções escriturais, averbadas em seu nome em conta de títulos junto de intermediário financeiro autorizado a exercer a custódia de títulos.

Os accionistas titulares de acções em número inferior ao exigido para conferir o direito de voto apenas terão direito a estar presentes e participar em Assembleia Geral se se agruparem de forma a completar o número mínimo exigido, fazendo-se então representar por qualquer um deles.

Em primeira convocação, a Assembleia Geral só poderá deliberar quando nela estiverem presentes ou representados accionistas que detenham, no seu conjunto, mais de metade dos votos correspondentes à totalidade do capital social. Em segunda convocação, a Assembleia Geral poderá deliberar seja qual for o número de accionistas presentes ou representados.

As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por simples maioria, seja qual for a percentagem do capital social nela representado, salvo disposição contrária da lei ou do contrato. As abstenções não são contadas.

2.2. Voto por correspondência

Nos termos do disposto no art.22º do Cód VM, o direito de voto em Assembleia Geral sobre matérias que constem da convocatória pode ser exercido por correspondência. Para estes efeitos, a convocatória da Assembleia Geral deve incluir:

- a) indicação de que o direito de voto pode ser exercido por correspondência;
- b) descrição do modo por que se processa o voto por correspondência, incluindo o endereço e o prazo para a recepção das declarações de voto. A Sociedade deve verificar a autenticidade do voto e assegurar, até ao momento da sua votação, a sua confidencialidade.

2.3. Voto por meios electrónicos

Este tipo de voto não está previsto nos Estatutos da Sociedade.

2.4. Antecedência exigida para participação na Assembleia Geral

Nos termos da lei e do contrato de sociedade da SCoA, os accionistas que sejam pessoas singulares podem fazer-se representar nas Assembleias Gerais pelo seu cônjuge, descendente, ascendente, por outro accionista ou por um membro do Conselho de Administração da sociedade. As pessoas colectivas far-se-ão representar por pessoas devidamente nomeadas para o efeito, devendo os documentos dos quais constem tais autorizações ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral. A representação do accionista poderá ser feita através de carta dirigida ao Presidente da Mesa, com a antecedência mínima de cinco dias relativamente à data marcada para a realização da reunião da Assembleia.

No entanto, por forma a dar cumprimento às recentes alterações ao Código das Sociedades Comerciais, provocadas pelo Decreto-Lei 76-A/2006, está proposta para apreciação da Assembleia Geral, convocada para 3 de Abril de 2007, uma alteração estatutária para permitir a representação das pessoas singulares sem as limitações anteriormente previstas.

2.5. Prazo entre a recepção do voto por correspondência e a Assembleia Geral

Nos termos das convocatórias para a Assembleia Geral de 2005 e 2006, os direitos de voto por correspondência deverão ser apresentados ou recebidos na Sociedade até ao oitavo dia anterior ao da data marcada para a realização da mesma.

2.6. Número de acções a que corresponde um voto

A cada acção corresponde um voto.

3. REGRAS SOCIETÁRIAS

3.1. Códigos de conduta

Atendendo à sua dimensão e forma de controlo dos riscos de negócio atrás descritos, a sociedade não tem código de conduta ou regulamento interno escrito sobre a regulação de conflitos de interesse entre os membros do orgão de Administração e a Sociedade.

No entanto, as condições particulares da sua actividade, justificam que a Orey Gestão de Activos, SGFIM, S.A., participada da Orey Financial, SGPS, S.A., tenha um manual de controlo interno e um manual de procedimentos.

3.2. Procedimentos de controlo do risco

Os negócios do Grupo são afectados por um grande número de factores de risco, uns fora do controlo da gestão e outros que devem ser geridos pró-activamente.

Os riscos afectam as operações, as receitas, os resultados, os activos, a liquidez e os recursos do Grupo e, consequentemente, o valor de mercado da empresa. Os principais factores de risco inerentes aos negócios do Grupo Orey são os seguintes:

- ➔ A SCOA tem como principais activos as acções representativas do capital social das sociedades por si participadas. A Sociedade depende, assim, da eventual distribuição de dividendos por parte das sociedades suas participadas, do pagamento de juros, do reembolso de empréstimos concedidos e de outros cash-flows gerados por essas sociedades.
- ➔ As sociedades participadas pela SCOA desenvolvem as suas actividades de Navegação, Trânsitos, Representações Técnicas e Área Financeira, sendo nessa medida afectadas negativamente por períodos de recessão económica.
- ➔ Os negócios em que opera o Grupo Orey estão sujeitos a uma forte concorrência por parte de outros grupos nacionais e estrangeiros. Essa concorrência pode ter efeitos adversos na situação financeira e nos resultados da Sociedade.
- ➔ O desenvolvimento da actividade das principais participadas da SCOA poderá implicar o reforço de investimento nessas participadas. Este reforço poderá ser efectuado por recurso a capitais próprios ou alheios. A Sociedade não pode assegurar que esses fundos, se necessários, sejam obtidos, ou que o sejam nas condições inicialmente pensadas.
- ➔ O desenvolvimento de negócios de navegação em Angola e Moçambique por parte de algumas participadas expõe a SCOA aos riscos decorrentes da evolução política, económica e legal desses países, podendo afectar negativamente a sua situação financeira e os seus resultados.

Pela sua dimensão, o acompanhamento dos riscos da actividade do Grupo é feito através dos órgãos de administração e gerência de cada uma das sociedades. Em cada um destes órgãos está presente um ou mais elementos do C.A. da holding que acompanha directamente e transmite a este último órgão as preocupações mais relevantes.

Os Conselhos de Administração/Gerência das empresas participadas com actividade operacional reúnem com uma periodicidade mensal.

A política do Grupo orienta-se no sentido de uma diversificação dos diversos negócios, de forma a equilibrar a presença do grupo em diversos mercados.

3.3. Medidas susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição

Não existem limitações aos direitos de voto, restrições à transmissibilidade de acções, direitos especiais de algum accionista ou acordos parassociais conhecidos pela Sociedade.

4. ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

4.1. Composição

A Administração da Sociedade é, actualmente, exercida por um C.A. composto por três membros executivos. Os estatutos prevêm a possibilidade do Conselho ser composto por um mínimo de três membros e um máximo de sete membros.

No entanto, por forma a dar cumprimento às recentes alterações ao Código das Sociedades Comerciais, provocadas pelo Decreto-Lei 76-A/2006, está proposta para apreciação da Assembleia Geral, convocada para 3 de Abril de 2007, uma alteração estatutária para permitir a composição do CA por um número mínimo de três membros e um máximo de nove.

Ao C.A. cabe zelar pelos interesses da Sociedade, competindo-lhe os mais amplos poderes de gestão podendo deliberar sobre todos os assuntos e praticar todos os actos legalmente considerados como de exercício daqueles poderes de gestão.

O C.A. da Sociedade, eleito em Assembleia Geral de 16 de Março de 2006 para o triénio 2006-2009, era composto em 31 de Dezembro de 2006, pelos seguintes membros:

Duarte Maia de Albuquerque d' Orey – Presidente
Rui Maria Campos Henriques de Albuquerque d' Orey - vogal
Francisco Manuel de Lemos dos Santos Bessa – vogal

Elementos Curriculares



Duarte Maya de
Albuquerque d'Orey
(Presidente)

2003: Eleito Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Comercial Orey Antunes S.A.;
1999: Administrador Delegado e Fundador do First Portuguese Group;
1997 a 1998: Responsável da Tesouraria Integrada do Grupo Banco Mello;
1995 a 1996: Responsável da Tesouraria do Banco Mello e da União de Bancos Portugueses após ter sido Co-Responsável da mesa de derivativos;
1992 a 1994: dealer de mercados monetários, mercado de capitais, derivativos e moeda no Citibank Portugal S.A..

Licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica de Lisboa.

Em 31 de Dezembro de 2006, não detém directamente acções da Sociedade.



Rui Maria Campos
Henriques de Albuquerque
d'Orey
(vogal)

2003: Administrador da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.;
1997: Eleito como Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.;
1994: Eleição para o Conselho de Administração da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.;
1991: Participação na criação e implementação em Angola da empresa Orey (Angola) - Comércio e Serviços, Lda.;
1989: Participação na criação da CGM - Companhia Geral Marítima - Agentes de Navegação, S.A. fazendo parte do respectivo Conselho de Administração;
1986: Participação na criação da PORTWAL - Transportes Marítimos Portugal Africa, Lda, tendo assumido a respectiva gerência desde o início;
1984: Início da actividade a tempo completo no Departamento comercial de Orey Antunes - Transportes e Navegação, Lda.

Licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica de Lisboa.

Em 31 de Dezembro de 2006, detém 1.116 acções da Sociedade.



Francisco Manuel de
Lemos dos Santos Bessa
(Vogal)

2004: Administrador da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.;
1998 - 2004: Director do Banco Comercial Português:
 ➤ Interbanco, S.A. – Director de Controlo de Gestão;
 ➤ Credibanco – Director de Planeamento e Risco;
 ➤ Banco Mello – Director Adjunto Direcção Financeira.
1996 - 1998: Ernst & Young Senior Manager – Financial Services Group;
1992 - 1996: União de Bancos Portugueses:
 ✓ Uniger, SGFIM – Director Geral;
 ✓ Ascor Dealer, SFC – Administrador (CFO);
 ✓ Mello Fiduciária, SGP – Director de Investimentos.
1989 - 1992: KPMG – Auditor Sénior.

Licenciado em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Gestão.

Em 31 de Dezembro de 2006, detém 930 acções da Sociedade.

Cargos desempenhados em empresas do Grupo

Empresa	Duarte d'Orey	Rui d'Orey	Francisco Bessa
Agemasa - Agencia Marítima de Consignaciones, S.A.	A	A	A
Azimute - Aprestos Marítimos, Lda.		G	
Casa Marítima - Agentes de Navegação, S.A.		A	A
Casa Marítima International Limited	D	D	D
Cotavalo - Sociedade Corretora, S.A.	A		
Lalizas Marine - Equipamentos Náuticos, Lda.	G	G	
Leme - Agência de Navegação, Lda.	G	G	
Leme International Limited	C	D	D
OA Agencies - Navegação e Trânsitos, S.A.	A	A	A
OA International Antilles N.V.	C	D	
OA International B.V.	C	D	
OA Technical Representations - Rep. Navais e Industriais, S.A.	A	A	A
Orey (Angola) - Comércio e Serviços, Lda.	G	G	
Orey (Cayman) Limited	C	D	D
Orey (Moçambique) - Comércio e Serviços, Lda.	G	G	
Orey Aprestos e Gestão de Navios, Lda.	G	G	G
Orey Comércio e Navegação, S.A.		A	
Orey Financial SGPS, S.A.	A		A
Orey Gestão de Activos, SGFIM, S.A.	A		A
Orey Gestão Imobiliária, Lda.	G	G	G
Orey Management (Cayman) Ltd.	D		
Orey Serviços e Organização, Lda.	G	G	G
Orey Shipping S.L.	G	G	G
Orey Técnica Naval e Industrial, Lda.	G	G	
Cotavalo - Sociedade Corretora, S.A.	A		
PONP - Navegação e Trânsitos, Lda.	G	G	
SHIPATN - Agentes de Transportes e Navegação, S.A.		A	
Sofema - Sociedade de Ferramentas e Máquinas, Lda.		G	
StorkShip - Navegação e Logística, S.A.		A	A
TRF Initiatoren GmbH	A		
TRF Transferrechtfonds 1 Management GmbH	A		

C: Chairman

A: Administrador

G: Gerente

D: Director

Cargos desempenhados em empresas fora do Grupo

Duarte d' Orey

Presidente do Conselho de Administração da Triângulo-Mor - Consultadoria Económica e Financeira, S.A.

Administrador Único da Monte S. José - Actividades Agrícolas, Imobiliárias e Recreativas, S.A.

Membro da Direcção do Instituto D. João de Castro

Rui d'Orey

Administrador da Sociedade Imobiliária Santa Maria Madalena, Lda.



Francisco Bessa

Não desempenha qualquer cargo em empresas fora do Grupo.

4.2. Incompatibilidades

Não existe qualquer incompatibilidade nos cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração da Sociedade.

4.3. Comissão executiva

Não existe. Todos os administradores são executivos. Durante o ano de 2006 ocorreram 33 reuniões do Conselho de Administração da Sociedade.

4.4. Funcionamento do órgão de administração

As regras de funcionamento do Conselho de Administração, decorrem dos Estatutos da SCOA e passam por:

A Administração da Sociedade será exercida por um Conselho de Administração, composto por um número ímpar de membros, num mínimo de três e máximo de nove, eleitos em Assembleia Geral por períodos de três anos, sendo sempre permitida a sua reeleição, por uma ou mais vezes.

A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração designará de entre os seus membros o respectivo Presidente, cabendo ao Conselho de Administração a designação do respectivo Vice-Presidente.

Um dos membros do Conselho de Administração poderá ser isoladamente eleito de entre as pessoas propostas em listas subscritas por grupos de accionistas, contando que nenhum desses grupos possua acções representativas de mais de 20% ou menos de 10% do capital social.

Ao Conselho de Administração competem os mais amplos poderes de gestão da Sociedade, cabendo-lhe deliberar sobre todos os assuntos e praticar todos os actos legalmente considerados como de exercício de poderes de gestão.

O Conselho de Administração reúne sempre que for convocado pelo seu Presidente ou por dois vogais, verbalmente ou por escrito, com uma antecedência mínima de três dias úteis relativamente à data das reuniões, que terão lugar quando e onde o interesse social o exigir, e no mínimo uma vez por trimestre.

O Conselho de Administração só pode validamente deliberar desde que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros, podendo qualquer Administrador impedido de comparecer à reunião votar por correspondência ou fazer-se representar por outro Administrador. Os votos por correspondência serão exercidos e os poderes de representação serão conferidos por carta ou qualquer outro meio de comunicação escrita dirigida ao Presidente.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria dos votos dos Administradores presentes ou representados e dos que votem por correspondência.

O C.A. reúne normalmente, em reunião de trabalho, uma vez por semana.

As deliberações são tomadas por maioria e, em caso de empate, o Presidente tem voto de qualidade.

4.5. Política de remuneração do órgão de administração

A remuneração do CA tem uma componente fixa e uma componente variável, esta última deliberada em Assembleia Geral, e que é atribuída em função dos resultados da sociedade.

As remunerações, quer fixas quer variáveis, dos membros do Conselho de Administração e dos restantes órgãos sociais, bem como os eventuais complementos, são fixados pela Comissão de Remunerações, podendo a remuneração dos Administradores consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade, em percentagem que, no global, não poderá exceder 15% do lucro do exercício distribuível.

O exercício do cargo de membro da Comissão de Remunerações é incompatível com o de membro do Conselho de Administração ou Fiscal Único.

A Assembleia Geral poderá deliberar a constituição de um regime de reforma ou de complementos de reforma em benefício dos Administradores cujos anos de mandato, seguidos ou interpolados, sejam superiores a seis anos.

4.6. Remuneração auferida pelos membros do órgão de administração

Componente fixa e variável

No exercício de 2006 e 2005, as remunerações fixas e variáveis auferidas pelos administradores foram as seguintes:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Remunerações fixas *	629.679	645.680
Participação nos lucros	129.008	142.626
	-----	-----
	758.687	788.306
	=====	=====
	(Unidade Monetária - Euro)	

* inclui 180.248 eur pagos a administradores que cessaram funções em 2006

O sistema de remuneração do Conselho de Administração da SCoA e a sua divulgação pública respeitam os princípios e objectivos das recomendações da CMVM. No entanto e ponderados os interesses do Grupo e dos seus accionistas actuais e potenciais, as necessidades de mercado e os objectivos invocados nas recomendações da Comissão, o C.A. da SCoA considerou que a explicitação das remunerações individuais dos seus membros não iria acrescentar informação relevante para aqueles interesses, necessidades e objectivos.

Regimes complementares de pensões

A Sociedade garante ao ex-administrador Senhor Dr. João Manuel d'Orey, reformado em Novembro de 2006, um regime complementar de pensões, beneficiando, na reforma, da diferença entre 80% do último salário como trabalhador no activo e o valor da reforma que receberá da Segurança Social.

Para garantia deste benefício, foi feita, em 2006, uma contribuição de 176.511 euros para o fundo de pensões. Tendo-se verificado, à data da reforma, uma diferença entre os pressupostos actuariais do fundo e o valor definitivo pago pela Segurança Social, o valor de contribuição para o fundo de pensões excedeu o valor financiado à data da reforma em 88.345 euros.

Os membros do CA não beneficiam de qualquer regime complementar de pensões. No entanto, nos termos estatutários, poderão vir a beneficiar, no futuro, caso se mantenham em funções durante um período de 6 anos seguidos ou interpolados.

4.7. Política de comunicações de irregularidades

Atendendo à dimensão da Sociedade, o Conselho de Administração não sentiu, até à data, a necessidade de dispor de uma política de comunicação de irregularidades. A Administração da Sociedade encontra-se em permanente contacto com os seus auditores e com os Gerentes e Directores das principais áreas de negócio, potenciando, desta forma, que qualquer irregularidade detectada seja devidamente comunicada.